

Angola: fonte de tensões entre Portugal e a ONU (1961-1975)

Nuno Miguel Pinto Martins Direito

Mestrado em História Moderna e Contemporânea

Orientadora:

Doutora Ana Mónica Fonseca, Professora Auxiliar Convidada / Investigadora Integrada
ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa

Novembro, 2020

Angola: fonte de tensões entre Portugal e a ONU (1961-1975)

Nuno Miguel Pinto Martins Direito

Mestrado em História Moderna e Contemporânea

Orientadora:

Doutora Ana Mónica Fonseca, Professora Auxiliar Convidada / Investigadora Integrada

ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa

Novembro, 2020

Dedico esta dissertação de mestrado aos meus pais e irmão, cujo incentivo e força foram constantes durante todo o meu percurso académico, mesmo nos momentos mais difíceis, sendo que sem eles a chegada a esta etapa da minha vida académica não teria sido possível. Agradeço também à minha orientadora, a Doutora Ana Mónica Fonseca, o seu apoio e disponibilidade em me ajudar a realizar esta dissertação de mestrado, ao longo das várias etapas e apesar das dificuldades causadas pela pandemia de Covid-19.

Resumo

Apesar das tensões entre Portugal e a ONU começarem logo em 1955, altura em que Portugal adere à organização, nomeadamente no que se refere à política colonial portuguesa, as relações entre estes ainda se mantiveram em relativamente bons termos até 1961. Foi com o início da Guerra Colonial em Angola neste ano que as tensões entre Portugal e a ONU seriam agravadas, levando à sua rápida deterioração. Esta dissertação pretende analisar de que forma a Guerra Colonial em Angola influenciou a relação entre Portugal e a ONU, desde o seu início até à independência, em 1975.

Keywords: Angola, Estado Novo, ONU, Guerra Colonial, política colonial portuguesa, autodeterminação

Abstract

Despite the tensions between Portugal and the UN beginning in 1955, precisely when Portugal joins the organization, namely the Portuguese colonial policy, the relations between both remained in relatively good terms until 1961. The beginning of the Colonial War in Angola in this year worsened the relations between Portugal and the UN, leading to its quick deterioration. This dissertation intends to analyze how the Colonial War in Angola influenced the relationship between Portugal and the UN, from its beginning until 1975, when this colony acquires its independence.

Keywords: Angola, Salazarism, UN, Colonial War, Portuguese colonial policy, self-determination

Conteúdo

Abreviaturas	vii
Introdução	1
Estado de Arte sobre o tema.....	3
Conceitos chave e metodologia	7
A visão do Estado Novo sobre o colonialismo	9
As origens dos movimentos de libertação	13
<i>MPLA</i>	<i>17</i>
<i>FNLA</i>	<i>18</i>
<i>UNITA</i>	<i>20</i>
Relações entre Portugal e a ONU entre 1955 e 1960	23
<i>A situação em Angola.....</i>	<i>23</i>
<i>O debate sobre a questão colonial na ONU e a reação portuguesa</i>	<i>24</i>
O início da Guerra Colonial em Angola	31
<i>A Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria: a sua influência nos impérios coloniais em geral</i>	<i>31</i>
<i>A influência da Guerra Fria nas colónias portuguesas</i>	<i>34</i>
<i>Eventos que levaram ao início da guerra</i>	<i>37</i>

<i>Reação da comunidade internacional ao início da guerra colonial e a resposta portuguesa</i>	<i>40</i>
<i>O papel dos EUA na inscrição da questão colonial portuguesa na agenda da ONU e de que forma afetou as relações com Portugal.....</i>	<i>46</i>
Relações entre Portugal e a ONU de 1962 a 1974	53
<i>A situação em Angola.....</i>	<i>53</i>
<i>A reação do Estado Novo aos desenvolvimentos relativamente a Angola entre 1962 e 1974.....</i>	<i>55</i>
<i>Relações entre Portugal e os EUA durante entre 1962 e 1974</i>	<i>59</i>
Relações entre Portugal e a ONU entre 1974 e 1975	63
<i>A situação em Angola aquando do derrube do Estado Novo.....</i>	<i>63</i>
<i>Contexto internacional em que se insere o derrube do Estado Novo e a subsequente questão sobre a resolução do problema de Angola.....</i>	<i>64</i>
<i>A nova estratégia da URSS para Angola e a reação dos EUA</i>	<i>65</i>
<i>As consequências do contexto mundial na questão de Angola após o derrube do Estado Novo</i>	<i>67</i>
<i>O envolvimento da China e da URSS.....</i>	<i>67</i>
<i>O envolvimento dos EUA.....</i>	<i>67</i>
<i>Fatores que levaram ao derrube do Estado Novo.....</i>	<i>68</i>
<i>Fatores internos</i>	<i>68</i>
<i>Fatores externos.....</i>	<i>74</i>
<i>Consequências do derrube do Estado Novo nas relações entre Portugal e Angola.....</i>	<i>75</i>

<i>Consequências do derrube do Estado Novo nas relações entre Portugal e a comunidade internacional e a reação portuguesa</i>	<i>78</i>
<i>O Acordo de Alvor.....</i>	<i>80</i>
<i>A situação em Angola após a assinatura do Acordo de Alvor.....</i>	<i>83</i>
Conclusões.....	89
Bibliografia	93
Fontes.....	97

Abreviaturas

AMANGOLA – Amigos do Manifesto Angolano

CDS – Partido do Centro Democrático Social

EUA – Estados Unidos da América

FLN – Frente de Libertação Nacional

FNLA – Frente Nacional de Libertação de Angola

JSN – Junta de Salvação Nacional

MFA – Movimento das Forças Armadas

MINA – Movimento de Independência Nacional Angolano

MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola

ONU – Organização das Nações Unidas

PCA – Partido Comunista Angolano

PCP – Partido Comunista Português

PDA – Partido Democrático Angolano

PIDE – Polícia Internacional e de Defesa do Estado

PLUA – Partido de Luta Unida dos Africanos de Angola

PPD – Partido Popular Democrático

PS – Partido Socialista

RFA – República Federal da Alemanha

UNITA – União Nacional para a Independência Total de Angola

UPA – União das Populações de Angola

UPNA – União dos Povos do Norte de Angola

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

Introdução

A história geral sobre a descolonização portuguesa e as relações entre Portugal e a ONU neste contexto, na sua forma mais geral, é atualmente um assunto amplamente estudado e conhecido, contudo o mesmo não ocorre relativamente ao estudo destes elementos num universo mais restrito de análise colónia a colónia, conforme veremos seguidamente no Estado de Arte. É precisamente um destes casos específicos que esta dissertação pretende analisar, nomeadamente a situação de Angola, procurando-se analisar qual o impacto que a Guerra Colonial teve nesta então colónia portuguesa, desde o seu início, em 1961, até à sua independência, em 1975, nas relações entre Portugal e a ONU.

Para o fim acima referido iremos dividir esta análise em três grandes momentos: (1) de 1955 a 1960, onde a política colonial portuguesa, apesar de ir contra a ideia de autodeterminação definida pela ONU, foi largamente ignorada por esta instituição; (2) de 1961, altura em que se iniciou a Guerra Colonial em Angola, até 1974, altura em que se dá o 25 de abril, que depõe o Estado Novo. Neste período os desenvolvimentos da guerra nesta colónia levam a uma atenção crescente da ONU relativamente à política colonial portuguesa, opondo-se esta instituição de forma cada vez mais eficaz relativamente à política colonial portuguesa, sendo tal a pressão da ONU no sentido de Portugal descolonizar neste período que deixou de existir qualquer outra solução viável; (3) de 1974 a 1975, altura em que Angola obtém a sua independência. Iremos ainda analisar mais dois elementos importantes, a saber: (1) a origem dos movimentos de libertação, indo desde a origem do pensamento nacionalista e anticolonialista para a origem dos três grandes movimentos angolanos, o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), bem como (2) a forma como a Guerra Colonial em Angola decorria em cada um dos três grandes períodos anteriores.

Para nos apoiar na pesquisa e melhor orientar na investigação e análise, elaborámos várias questões que consideramos pertinentes abordar, nomeadamente: (1) Qual a política colonial do Estado Novo entre 1955, altura em que Portugal adere à ONU, e 1975, quando é negociada a independência de Angola?; (2) De que forma a Guerra Colonial em Angola, com os seus desenvolvimentos específicos, afetou a posição da ONU sobre o colonialismo?; (3) Qual a reação portuguesa às tomadas de posição na ONU acerca da sua política colonial?; (4) Foi a Guerra Colonial em Angola influenciada pelo contexto internacional em que decorre? Se sim, de que forma; (5) De que forma a Guerra Colonial em Angola afetou as relações entre Portugal e os EUA, um dos aliados mais poderosos no seio da ONU antes da guerra?

Estado de Arte sobre o tema

Existem vários autores que abordam temas próximos daquele que se irá abordar neste projeto de dissertação. Na minha análise da bibliografia detetei várias grandes abordagens, nomeadamente com: (1) Enfoque na resistência portuguesa à descolonização, abordando este tema de forma mais generalista em relação a todas as colónias; (2) Enfoque na forma como a resistência portuguesa à descolonização moldou o conceito de autodeterminação na ONU, tendo em conta os desenvolvimentos das situações em todas as colónias; (3) Enfoque nas resoluções da ONU contra o colonialismo e o papel português na sua aprovação; (4) Cariz mais generalista sobre a ONU e a sua relação com Portugal; (5) Sobre a Guerra Colonial, nomeadamente as suas origens, desenvolvimento e fim; (6) A forma como surgiu o nacionalismo nas colónias portuguesas; (7) Estudos generalizados sobre a história de Angola.

Relativamente à primeira abordagem, sobre a resistência portuguesa à descolonização, existem vários autores que usaram esta abordagem, como Bruno Cardoso Reis, José Carlos Lopes Marques, A. E. Duarte Silva, entre outros.

Bruno Cardoso Reis, no seu artigo *“Portugal and the UN: A Rogue State Resisting the Norm of Decolonization (1956-1974)”*¹, aborda a questão da descolonização do ponto de vista sobretudo português, focando-se em vários pontos: (1) nas estratégias utilizadas por Salazar face às pressões impostas pela ONU no sentido de descolonizar; (2) a eficiência destas estratégias desde a adesão portuguesa a esta organização até ao fim do Estado Novo; (3) o interesse de Salazar em aderir a esta organização e se manter nesta ao nível interno e internacional, justificando assim por que motivo Portugal nunca saiu da ONU mesmo quando esta começou a ser mais dura e mais pressionante relativamente à descolonização portuguesa.

José Carlos Lopes Marques, na sua dissertação de mestrado intitulada *“Sob o signo do artigo 73. A política colonial do “Estado Novo” português orgulhosamente só na ONU (1955-1974)”*², aborda, em primeiro lugar, a ideologia e políticas do Estado Novo relativamente ao colonialismo e as suas consequências, quer nas colónias, quer a nível interno. Seguidamente este autor aborda a formação da ONU, os seus principais órgãos e diretrizes relativamente ao direito de autodeterminação dos

¹ REIS, Cardoso Bruno. Portugal and the UN: A Rogue State Resisting the Norm of Decolonization (1956–1974). *Portuguese Studies* [Em linha]. Inglaterra, Modern Humanities Research Association, 2013, vol. 29, n.º 2, pp. 251-276 [Consultado a 16/04/19]. Disponível em http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/22869/1/ICS_BCReis_ARI.pdf

² MARQUES, José Carlos Lopes. *Sob o signo do artigo 73. A política colonial do “Estado Novo” português orgulhosamente só na ONU (1955-1974)* [Em linha]. Dissertação de Mestrado, ISCTE-IUL, 2011 [Consultada a 20/04/19]. Disponível em <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/4126>,

povos coloniais, passando seguidamente a tratar das relações conturbadas entre Portugal e a ONU no que se referia à sua aplicação nas colónias portuguesas, tratando da resistência portuguesa à descolonização, incluindo as estratégias utilizadas pelo Estado Novo para justificar a manutenção das suas colónias, e a reação da ONU a estas, nomeadamente aprovando várias resoluções e medidas que visavam desconstruir os argumentos portugueses. Neste contexto conturbado o autor refere ainda os efeitos que a Guerra Colonial, iniciada em 1961 em Angola, teve nesta relação, nomeadamente reforçando o ataque da ONU ao colonialismo português, bem como o mesmo ocorre por parte da comunidade internacional, sendo que Portugal passa a contar sobretudo com alguns aliados ocidentais, com destaque para os EUA, que inserem a situação portuguesa na lógica maior da Guerra Fria e detinham poder de veto na ONU.

A. E. Duarte Silva também aborda a problemática da questão colonial entre Portugal e a ONU, no seu artigo *“O litígio entre Portugal e a ONU (1960-1974)”*³ as estratégias utilizadas pelo Estado Novo para evitar o cumprimento das obrigações que tinha para com a ONU no que se refere aos territórios coloniais, bem como a sua eficiência e a forma como esta organização lutou contra a resistência portuguesa, desde a adesão portuguesa à ONU até ao fim do Estado Novo.

No que se refere à segunda abordagem, a forma como a resistência portuguesa moldou o conceito de autodeterminação na ONU, é uma abordagem pouco utilizada, tendo sido detetada, durante a pesquisa de estudos já existentes, somente uma vez, por Aurora Almada e Santos. Esta autora foca-se, no artigo *“Os Debates da Organização das Nações Unidas sobre a Questão Colonial Portuguesa e o Desenvolvimento da Ideia de Autodeterminação (1961-1975)”*⁴ no desenvolvimento da ideia de autodeterminação e alteração do seu significado ao longo do tempo, abordando a sua origem e significado, a sua alteração dos mesmos por Woodrow Wilson, a sua adoção no seio da ONU segundo estes princípios, o papel que esta organização desempenhou na disseminação da ideia de autodeterminação e as alterações que esta foi sofrendo ao nível do seu significado à medida que a ONU tentava lutar contra a resistência portuguesa de manter uma política colonial tradicional.

A terceira grande abordagem, com especial enfoque nas resoluções aprovadas no seio da ONU contra o colonialismo e o papel português na sua aprovação, também não parece ter sido

³ SILVA, Duarte A. E. O litígio entre Portugal e a ONU (1960-1974). *Análise Social* [Em linha]. Lisboa, ICS-UL, 1995, vol. 130, pp. 5-50 [Consultado a 20/04/19]. Disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/122337927506tBL0an1Az23CC9.pdf>

⁴ SANTOS, Aurora Almada e. Os Debates da Organização das Nações Unidas sobre a Questão Colonial Portuguesa e o Desenvolvimento da Ideia de Autodeterminação (1961-1975). *Caderno de Estudos Africanos* [Em linha]. Lisboa, Centro de Estudos Internacionais do ISCTE-IUL, 2018, n.º 35, pp. 13-32 [Consultado a 16/04/19]. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/pdf/cea/n35/n35a02.pdf>

amplamente usada, tendo sido detetada somente por parte de Aurora Almada e Santos em dois artigos, e em A. E. Duarte Silva, no artigo mencionado na primeira abordagem.

Aurora Almada e Santos, no 25º Simpósio Nacional de História, em Fortaleza, intitulado de “*O Comité de Descolonização Da Organização Das Nações Unidas e a Legitimação da Luta Armada nas Colónias Portuguesas: 1965-1974*”⁵, abordou a forma como a ONU legitimou a luta armada dos movimentos de libertação como forma de obtenção da autodeterminação dos povos colonizados, não esquecendo a importância de Portugal neste processo.

Também da autoria de Aurora Almada e Santos, temos o artigo “*A ONU e as resoluções da Assembleia Geral de Dezembro de 1960*”⁶, onde a autora analisa o papel de Portugal, que se recusou a fornecer informações sobre as suas colónias, afirmando que não tinha territórios não-autónomos mas sim Províncias Ultramarinas, na adoção de três grandes resoluções na ONU contra o colonialismo, todas de Dezembro de 1960: a 1514, que afirmava o direito de todos os povos colonizados à autodeterminação, entendida neste contexto como independência, a 1541, que determinava de forma mais precisa o que eram territórios não-autónomos, e finalmente a 1542, que listava todos os territórios que integravam a resolução 1541, e no qual se incluíam as colónias portuguesas. A autora analisa ainda de forma breve as consequências que estas resoluções teriam na luta da ONU contra o colonialismo.

A quarta abordagem, de cariz mais generalista, é abordada por vários autores, sobretudo por Aurora Almada e Santos, entre outros autores.

Aurora Almada e Santos, na sua tese de doutoramento, intitulada “*A Organização das Nações Unidas e a Questão Colonial Portuguesa: 1961-1970*”⁷, aborda as origens da ONU, a evolução do conceito de autodeterminação no seio da instituição entre 1945 e 1960, bem como a importância do início da Guerra Colonial em Angola para tornar, na ONU, a questão do colonialismo português prioritário. Esta autora aborda ainda as medidas tomadas por esta instituição no sentido de forçar Portugal a obedecer às normas por si estabelecidas relativamente aos territórios coloniais, bem como a forma como o governo português reagiu às mesmas, falando, adicionalmente, das consequências

⁵ SANTOS, Aurora Almada e. *O Comité de Descolonização da Organização das Nações Unidas e a Legitimação Da Luta Armada nas Colónias Portuguesas: 1965-1974*. Em *XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA (Fortaleza, 2009)* [Em linha]. Brasil, ANPUH, 2009, pp. 1-9 [Consultado a 20/04/19]. Disponível em <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/anpuhnacional/S.25/ANPUH.S25.0401.pdf>

⁶ SANTOS, Aurora Almada e. *A ONU e as resoluções da Assembleia Geral de Dezembro de 1960. Relações Internacionais*, Lisboa, IPRI, 2011, n.º 30, pp. 61-69 [Consultado a 22/04/19]. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/pdf/ri/n30/n30a04.pdf>

⁷ SANTOS, Aurora Alexandrina Vieira Almada e. *A Organização das Nações Unidas e a Questão Colonial Portuguesa: 1961-1970* [Em linha]. Tese de Doutoramento, FCSH, 2014 [Consultada a 22/04/14]. Disponível em <https://run.unl.pt/handle/10362/13087>

da resistência portuguesa no que se refere ao processo de descolonização iniciado após o derrube do Estado Novo em 1974.

A quinta abordagem, focada na origem, desenvolvimentos e fim da Guerra Colonial, é tratada por vários autores, como Luís Alves de Fraga, entre outros autores.

Luis Alves de Fraga, no seu texto intitulado “*A Guerra Colonial (1961 – 1974)*”⁸ aborda as origens dos movimentos de libertação que iriam lutar pela independência nas colónias, os desenvolvimentos em Angola e nas outras colónias que dariam origem à Guerra Colonial, os apoios externos que os movimentos de libertação tiveram ao longo do tempo, os armamentos e táticas utilizados pelos portugueses, bem como o que causou o fim do conflito e suas consequências ao nível humano.

A sexta abordagem, nomeadamente sobre a forma como surgiu o nacionalismo nas colónias portuguesas, é objeto de análise por parte de Zeferino Capoco, entre outros autores.

Zeferino Capoco, na sua obra “*Do nacionalismo à construção do Estado: Angola 1961-1991, uma síntese analítica*”⁹ elabora um estudo, de forma resumida, sobre as origens e formas de disseminação do nacionalismo angolano, analisando um a um os fatores que permitiram a criação de uma consciência nacional em Angola.

A sétima e última abordagem, os estudos sobre a história de Angola, tem como grande referência os autores Douglas Wheeler e René Pelissier, que na sua obra “*História de Angola*”¹⁰ se debruçam a fundo na análise deste tema, começando pela análise da estrutura social e geográfica de Angola, passando depois à análise da história deste país desde 1910 até 2008.

⁸ FRAGA, Luís Alves de. *A Guerra Colonial (1961 – 1974)* [Em linha]. s/local, s/editor, s/ano [Consultado a 22/04/19]. Disponível em <http://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/653/1/A%20Guerra%20Colonial.pdf>, acedido a 22/04/19

⁹ CAPOCO, Zeferino. *Do nacionalismo à construção do Estado: Angola 1961-1991, uma síntese analítica* [Em linha]. s/local, s/editor, s/ano [Consultado a 27/03/20]. Disponível em https://www.academia.edu/32197382/Nacionalismo_Angolana

¹⁰ WHEELER, Douglas e PELISSIER, René. *História de Angola*. 6ª Edição. Lisboa, Tinta da China, 2016. ISBN 978-989-671-074-3

Conceitos chave e metodologia

Para responder às questões acima mencionadas, bem como comprovar a ideia supramencionada, irei basear-me em dois conceitos centrais, descolonização e autodeterminação, sendo que para este fim irei utilizar estes conceitos segundo foram definidos por Aurora Almada e Santos, doutorada em História Contemporânea e atual investigadora do Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa.

No que se refere à ideia de autodeterminação Aurora Almada e Santos, uma das principais autoras no que se refere à temática da evolução do conceito de descolonização no seio da ONU, bem com à influência portuguesa no mesmo, diz que esta assumiu, ao longo do tempo, “(...) diferentes formas e significados”¹¹, sendo precisamente esta ideia de mutabilidade do conceito de autodeterminação, que destaca: Na altura do seu surgimento, e estando “(...) relacionada com o desenvolvimento do liberalismo e do nacionalismo e com acontecimentos como a independência dos EUA ou a Revolução Francesa, o conceito de autodeterminação foi usado por representantes de diferentes filiações ideológicas”¹². Mais tarde adaptado por Woodrow Wilson para se acomodar à realidade europeia, o conceito de autodeterminação passa a ser considerado, por parte dos “(...) nacionalistas anticoloniais (...) como argumento para dissolução dos impérios coloniais”¹³. Aquando da criação oficial da ONU, em 1945, a autodeterminação é inserida na Carta das Nações Unidas enquanto conceito legal sem significado definido, pretendendo somente “(...) o desenvolvimento de relações pacíficas e amigáveis entre os países e o respeito pela não interferência nos assuntos internos dos Estados”¹⁴. Por fim, após vários desenvolvimentos no seio da ONU, que levaram em conta o que se passava ao nível colonial, sobre uma definição mais precisa do conceito de autodeterminação, este passa a ser associado como conducente à independência. Relativamente ao outro grande conceito base desta dissertação, a descolonização, diz Aurora Almada e Santos, este

¹¹ SANTOS, Aurora Almada e. Os Debates da Organização das Nações Unidas sobre a Questão Colonial Portuguesa e o Desenvolvimento da Ideia de Autodeterminação (1961-1975). *Caderno de Estudos Africanos* [Em linha]. Lisboa, Centro de Estudos Internacionais do ISCTE-IUL, 2018, n.º 35, p. 18 [Consultado a 16/04/19]. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/pdf/cea/n35/n35a02.pdf>

¹² Idem

¹³ Idem

¹⁴ Idem

surge nos anos 30, sendo um “(...) conceito amplo para caracterizar a dissolução dos impérios coloniais”^{15,16}

No que se refere à metodologia que iremos utilizar esta terá como base sobretudo uma análise qualitativa, na qual iremos recorrer a um misto de fontes primárias, a saber o arquivo on-line da ONU, o Arquivo da Fundação Mário Soares, nomeadamente no que se refere ao Diário de Lisboa, e o Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, bem como iremos recorrer a estudos variados, sendo estes últimos pesquisados de forma hermenêutica, com vista a complementar a informação fornecida pelas fontes primárias. Esta análise será feita de forma longitudinal, sendo que se irá abordar de forma mais sucinta o período entre 1945 e 1960, isto é, a fundação da ONU, a adesão de Portugal a esta instituição em 1955, terminando no ano crítico para a conjuntura internacional do colonialismo em 1960. Neste ano, 16 países recém-independentes são admitidos na ONU, reforçando intensamente o bloco anticolonialista nesta instituição. Passaremos depois para uma análise pormenorizada do período entre 1961, quando começa a Guerra Colonial em Angola, até 1975, altura em que é negociada a independência desta colónia com os movimentos de libertação designados pela ONU como legítimos representantes da sua população.

¹⁵ SANTOS, Aurora Almada e. (2018), Os Debates da Organização das Nações Unidas sobre a Questão Colonial Portuguesa e o Desenvolvimento da Ideia de Autodeterminação (1961-1975). *Caderno de Estudos Africanos* [Em linha]. Lisboa, Centro de Estudos Internacionais do ISCTE-IUL, n.º 35, pp. 15-16 [Consultado a 16/04/19]. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/pdf/cea/n35/n35a02.pdf>

¹⁶ SANTOS, 2018; pp. 15-19

A visão do Estado Novo sobre o colonialismo

Segundo Fernando Tavares Pimenta, investigador do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra, o Estado Novo teve o colonialismo como fator central do regime, dando assim continuidade ao que este autor chama de “(...) nacionalismo colonialista” defendido pela Primeira República. Ao nível oficial, diz Fernando Tavares Pimenta, o colonialismo foi instituído pelo Estado Novo como pilar do regime em 1930, aquando da “(...) promulgação do Acto Colonial”¹⁷, onde passou a fazer parte do “(...) dispositivo constitucional português”¹⁸, tendo sido mesmo, três anos depois, “(...) reproduzido na Carta Orgânica do Império Colonial Português”¹⁹. Opinião semelhante à de Fernando Tavares Pimenta tem José Luís Lima Garcia, que na sua tese de doutoramento em História Contemporânea de 2011 apresenta como fatores base do Estado Novo, no que se refere à questão colonial, “(...) as questões da «inalienabilidade» e da «Nação multirracial e pluricontinental» (...) consagrados no Acto Colonial de 1930 (...) e na Constituição de 1933”²⁰. Segundo Lima Garcia, Salazar limitou-se a fazer ligeiras alterações ao nível do discurso e termos utilizados para fazer face ao volte-face da mudança da opinião internacional relativamente ao tema da colonização, sendo esta, desde o final da II Guerra Mundial, cada vez mais desfavorável à existência de impérios coloniais. Um exemplo deste tipo de discurso é citado por Valentim Alexandre, onde Salazar diz num dos seus discursos a 25 de novembro de 1947 que “«Por feliz coincidência ou providencial disposição, os destinos de toda a África são solidários com a Europa do Ocidente (...) a Inglaterra, a França, a Bélgica, a Itália, Portugal e a Espanha têm, através de regimes políticos ou económicos diversos, a direção efetiva e a responsabilidade do trabalho, progresso e bem-estar do sentimento (...) africano. Uma política concertada de defesa e de valorização económica porá ao dispor do Ocidente produtos e riquezas que aumentarão de maneira assombrosa as suas possibilidades de vida e a sua contribuição para o intercâmbio mundial. A África é base suficiente

¹⁷ PIMENTA, Fernando Tavares. A Ideologia Do Estado Novo, a Guerra Colonial e a Descolonização em África. Em NUNES, João Paulo Avelãs e FREIRE, Américo (coordenadores), *Historiografias Portuguesa e Brasileira no Século XX: Olhares Cruzados* [Em linha]. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013, p. 188 [Consultado a 22/04/20]. ISBN 978-989-26-0646-0. Disponível em <http://hdl.handle.net/10316.2/38578>

¹⁸ Idem

¹⁹ Idem

²⁰ GARCIA, José Luís Lima. *Ideologia e Propaganda Colonial no Estado Novo: Da Agência Geral das Colónias à Agência Geral do Ultramar 1924 – 1974: O Império Português: Ideia e Instituição: O Contexto Nacional* [Em linha]. Tese de Doutoramento, Universidade de Coimbra, 2011, pp. 109-110 [Consultado a 05/01/20]. Disponível em <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/20029/1/Tese-AGC-Lima%20Garcia.pdf>

para a política que se deseje fazer. [...] Será necessário alguma coisa de decidido e construtivo, se a Europa não quer demitir-se da sua posição”^{21,22}

Torna-se importante analisar, face às informações anteriormente referidas, os motivos inerentes à política colonial portuguesa. Segundo Luís Alves de Fraga existem vários motivos por trás desta resistência, nomeadamente no plano económico, onde “(...) subsistiu, desde o século XIX, a concepção liberal de que, perdido o Brasil, os territórios africanos seriam o sustentáculo da existência autónoma de Portugal”²³. Também no plano histórico e da retórica nacionalista onde “(...) Governo do Estado Novo, naturalmente ultra nacionalista, soube explorar, ao longo do tempo, certos eventos e certas lembranças para recordar que Portugal havia sido o grande pioneiro dos Descobrimentos e que, por via disso, se tinha alcandorado, no século XV, a grande potência europeia”²⁴. Fernando Tavares Pimenta reforça as ideias de Luís Alves de Fraga sobre as origens e expansão do nacionalismo colonial português, confirmando a vertente nacionalista do Estado Novo afirmando que o “(...) nacionalismo colonialista teve a sua origem nas políticas expansionistas monárquicas da segunda metade do século XIX, mas foram os republicanos que o exacerbaram do ponto de vista ideológico, transformando-o num dos vectores principais da sua política. O Estado Novo herdou essa forma de nacionalismo colonialista dos republicanos, exaltando-o ao extremo.”²⁵ Valentim Alexandre, por sua vez, corrobora a ideia que existia desde o século XIX sobre colónias portuguesas como base da autonomia portuguesa elaborada Luís Alves de Fraga, referindo que o Estado Novo, numa posição privilegiada no que se refere ao nível de capitais após a Segunda Guerra Mundial, fruto de Portugal se ter mantido neutro durante o conflito, apostou no desenvolvimento de infraestruturas, nomeadamente ao nível de transportes e comunicações, bem como ao nível económico “A conjuntura específica do imediato após-guerra criou (...) condições para a reformulação do modelo de relações económicas que interligavam a metrópole e as colónias. Esse modelo, tal como se começara a esboçar em finais do século XIX, fundava-se no regime chamado «Pacto Colonial», que

²¹SALAZAR, António de Oliveira. Miséria e Medo, Características do Momento Atual. *Discursos e Notas Políticas*, 25-11-1947, vol. IV, pp. 293-295. Apud ALEXANDRE, Valentim. *As Colónias de África: A Política Externa. Contra o Vento: Portugal, O Império e a Maré Anticolonial (1945-1960)*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2017, p. 93. ISBN 978-989-644-457-0

²² Pimenta, 2013; pp. 183-189; Garcia, 2011; pp. 86-117; Alexandre, 2017; p. 93

²³ FRAGA, Luís Alves de. *A Guerra Colonial (1961 – 1974)* [Em linha]. s/local, s/editor, s/ano, p. 2 [Consultado a 22/04/19]. Disponível em <http://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/653/1/A%20Guerra%20Colonial.pdf>, acedido a 22/04/19

²⁴ Idem

²⁵ PIMENTA, Fernando Tavares. A Ideologia Do Estado Novo, a Guerra Colonial e a Descolonização em África. Em NUNES, João Paulo Avelãs e FREIRE, Américo (coordenadores), *Historiografias Portuguesa e Brasileira no Século XX: Olhares Cruzados* [Em linha]. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013, pp. 183-201 [Consultado a 22/04/20]. ISBN 978-989-26-0646-0. Disponível em <http://hdl.handle.net/10316.2/38578>

dava à metrópole o papel de fornecedor de bens manufacturados ao ultramar, a este cabendo a exportação de matérias primas”²⁶, uma relação que o Estado Novo procurou reforçar.²⁷

Podemos assim resumir que a visão do Estado Novo sobre o colonialismo foi sempre constante e assentou sobre vários pilares, nomeadamente: numa visão nacionalista criada pela Primeira República, na qual ideologicamente o colonialismo era um dos grandes vetores da política portuguesa e; no Pacto Colonial, uma visão económica onde as colónias e metrópole deveriam ter uma relação próxima ao nível económico, cabendo às colónias a exportação de matérias primas para e à metrópole o papel de fornecer bens manufacturados aos territórios coloniais.

²⁶ ALEXANDRE, Valentim. *As Colónias de África: A Política Externa. Contra o Vento: Portugal, O Império e a Maré Anticolonial (1945-1960)*. Lisboa, Círculo de Leitores, 2017, p. 81. ISBN 978-989-644-457-0

²⁷ FRAGA, s/ano; p. 2; PIMENTA, 2013; pp. 187-188; ALEXANDRE, 2017; pp. 79-81

As origens dos movimentos de libertação

Segundo António Costa Pinto, “As primeiras elites independentistas germinaram entre o reduzido sector assimilado, muitas vezes mestiço, de Angola e Moçambique”²⁸, sendo que “Algumas clivagens que marcaram os movimentos anticoloniais (...) nasceram da socialização diferenciada desta reduzidíssima elite, alimentada e formada quer pelo escasso aparelho colonial, quer (...) pelos missionários protestantes e católicos.”²⁹ Mas esta formação, continua este autor, seria em alguns casos “(...) continuada nas universidades da metrópole, em contacto mais estreito com a oposição ao Salazarismo.”³⁰ Neste sentido, continua António Costa Pinto, “A Casa dos Estudantes do Império, organismo associado à Mocidade Portuguesa, criado em 1944 para albergar e unir os estudantes universitários vindos das colónias, acabou por ter um papel importante, ao servir de plataforma associativa e cultural muito próxima do movimento estudantil antissalazarista”³¹, sendo que destas plataformas culturais saíam os futuros líderes dos movimentos de libertação. Esta ideia da importância da Casa do Império formulada por António Costa Pinto na formação dos movimentos anticolonialistas é também mencionada por Tea Jahić, na sua dissertação de mestrado, que diz “(...) a Casa dos Estudantes do Império (...) para acomodar e unir os estudantes universitários provenientes das colónias, acabou por ter um papel importantíssimo porque servia de plataforma associativa e cultural próxima do movimento estudantil antissalazarista”³², sendo que, continua o autor, “(...) por essa casa passaram vários estudantes que, mais tarde, aderiram aos movimentos de libertação.”³³ Esta ideia exposta por Tea Jahić sobre a adesão aos movimentos de libertação por parte dos estudantes que passaram por Portugal é corroborada por Luís Alves de Fraga. que refere que foram “(...) os jovens estudantes africanos”³⁴ que criaram “(...) ligações com movimentos incipientes (...) no terreno, nas diferentes colónias — em especial Angola, Guiné e Moçambique”^{35,36}

²⁸ PINTO, António Costa. O Salazarismo e a Guerra Colonial. *O Fim do Império Português: A Cena Internacional, A Guerra Colonial, e a Descolonização, 1961-1975*. Lisboa, Livros Horizonte, 2001, p. 35. ISBN 972-24-1147-0

²⁹ Idem

³⁰ Idem

³¹ PINTO, António Costa. O Salazarismo e a Guerra Colonial. *O Fim do Império Português: A Cena Internacional, A Guerra Colonial, e a Descolonização, 1961-1975*. Lisboa, Livros Horizonte, 2001, p. 36. ISBN 972-24-1147-0

³² JAHÍĆ, Tea. *Angola e a luta pela emancipação nacional: A Guerra Colonial e o Fim do Império Português* [Em linha], Dissertação de Mestrado, Universidade de Zagreb, 2014, p. 17 [Consultada a 27/03/20]. Disponível em <http://darhiv.ffzg.unizg.hr/id/eprint/5320/1/Tea%20Jahic%20-%20portugalski.pdf>

³³ Idem

³⁴ Idem

³⁵ FRAGA, Luís Alves de. *A Guerra Colonial (1961 – 1974)* [Em linha]. s/local, s/editor, s/ano, p. 10 [Consultado a 22/04/19]. Disponível em <http://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/653/1/A%20Guerra%20Colonial.pdf>

³⁶ PINTO, 2001; pp. 35-36; JAHÍĆ, 2014; pp. 16-17; FRAGA, s/ano; pp. 9-10

Zeferino Capoco, doutorando em Ciência Política e Relações Internacionais na Universidade Católica, também corrobora as ideias de António Costa Pinto, dizendo que os fatores que levaram à consciência nacionalista angolana e subsequente luta anticolonialista foram: (1) “(...) o aparecimento de elites intelectuais angolanos (...) que tomaram consciência da impossibilidade de atingir a dignidade do homem no seu próprio país”³⁷, aspirando assim ao “(...) fim da dominação”; (2) a constituição de “(...) espaços de reflexão e associações culturais, recreativas e de entreajuda”³⁸, onde os estudantes angolanos “(...) discutiam temas da identidade africana e de crítica ao sistema fascista e colonialista”³⁹, sendo que este autor destaca, de entre outras, a Casa dos Estudantes do Império, e acrescenta um fator por vezes descurado na literatura, a saber (3) “(...) a comunicação e a circulação da informação de propaganda, subversão e politização das massas populares”⁴⁰, difundidos a partir do exterior de Angola e que “(...) exerciam uma grande influência nas camadas sociais angolanas mais baixas.”⁴¹ Esta ideia sobre a importância da constituição destes espaços de reflexão e de várias associações no sentido de discutir a identidade africana e criticar o Estado Novo nas suas várias vertentes exposta por Zeferino Capoco é corroborada por Luís Alves de Fraga, que diz que “O primeiro embrião de intelectuais africanos, que procurou reflectir sobre a problemática que a Carta das Nações Unidas levantava, nasceu à volta de três pólos, em Lisboa: o Centro de Estudos Africanos”⁴², criada em 1951 e “(...) onde se discutiam temas diferentes e com interesse para a consciencialização da uniformidade de problemas que afectavam os povos das colónias portuguesas”⁴³, “(...)a Casa dos Estudantes do Império (...) criada pelo próprio Estado Novo, em 1944 e o Clube Marítimo, situado no bairro da Graça, onde se reuniam os marinheiros africanos que trabalhavam nas companhias de navegação à data existentes.”⁴⁴

Feliciano Paulo Agostinho, na sua dissertação para a obtenção do grau de mestre em Ciências Militares, Especialidade de Cavalaria, pela Academia Militar, reforça o papel dos missionários protestantes e católicos, dizendo que estes “(...) incentivavam a resistência contra a ocupação

³⁷ CAPOCO, Zeferino. A consciência nacionalista em Angola. *Do nacionalismo à construção do Estado: Angola 1961-1991, uma síntese analítica*. s/local, s/editor, s/ano, p. 6 [Consultado a 27/03/20]. Disponível em https://www.academia.edu/32197382/Nacionalismo_Angolana

³⁸ Idem

³⁹ Idem

⁴⁰ CAPOCO, Zeferino. A consciência nacionalista em Angola. *Do nacionalismo à construção do Estado: Angola 1961-1991, uma síntese analítica*. s/local, s/editor, s/ano, p. 7 [Consultado a 27/03/20]. Disponível em https://www.academia.edu/32197382/Nacionalismo_Angolana

⁴¹ Idem

⁴² FRAGA, Luís Alves de. *A Guerra Colonial (1961 – 1974)* [Em linha]. s/local, s/editor, s/ano, p. 10 [Consultado a 22/04/19]. Disponível em <http://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/653/1/A%20Guerra%20Colonial.pdf>

⁴³ Idem

⁴⁴ CAPOCO, s/ano; pp. 4-8; FRAGA, s/ano; pp. 9-10

colonial, e contestavam as tropas portuguesas⁴⁵, salientando as tensões crescentes entre os angolanos e portugueses, incluindo entre os “(...) indivíduos brancos nascidos no território (...) frente ao crescimento da imigração promovida pelo governo de Portugal.”⁴⁶

Outra influência por detrás da criação dos movimentos de libertação, diz António Costa Pinto, foi o PCP, o “(...) principal partido de oposição ao Salazarismo”⁴⁷, que se revelou “(...) uma influência organizativa importante para vários jovens anticolonialistas”⁴⁸, tendo mesmo oficialmente, em 1957, declarado “(...) o seu apoio à independência das colónias, autonomamente “das modificações que se possam operar na situação política em Portugal”⁴⁹ e tendo mesmo, “No início dos anos 60”⁵⁰, apoiado a formação de organizações nas colónias africanas e a “(...) acção política de africanos na metrópole.”⁵¹ Douglas Wheeler, e René Pelissier, corroboram esta ideia de António Costa Pinto no que se refere à influência do PCP no sentimento anticolonialista, dizendo que “(...) o Partido Comunista Português conseguiu infiltrar-se nas associações autorizadas que estavam abertas a africanos”⁵², tendo recrutado nestas organizações “(...) um número reduzido de membros ou de simpatizantes, antigos membros de movimentos nacionalistas anteriores à guerra e jovens assimilados com interesses literários de tendência nacionalista”⁵³, sendo que estes autores destacam que, face a este facto, “(...) o Partido Comunista Português não criou o nacionalismo (...) mas forneceu-lhe líderes, métodos e, provavelmente, recursos, numa altura em que ele não passava de uma tendência latente, desprovida de quaisquer meios de expressão, devido à repressão antes e durante a Segunda Guerra Mundial.”⁵⁴ Por seu lado David Martelo corrobora a outra vertente da ideia de António Costa Pinto, a do apoio expresso do PCP à independência das colónias, dizendo que “(...) no «programa do PCP para a revolução democrática e nacional», aprovado em 1965, o ponto 7

⁴⁵ AGOSTINHO, Feliciano Paulo. *Guerra em Angola: As Heranças da Luta de Libertação e a Guerra Civil: A Origem do Nacionalismo Angolano* [Em linha]. Dissertação de Mestrado, Academia Militar, 2011, p. 5 [Consultada a 30/12/19]. Disponível em <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/11546/2/Guerra%20em%20Angola.pdf>

⁴⁶ AGOSTINHO, Feliciano Paulo. *Guerra em Angola: As Heranças da Luta de Libertação e a Guerra Civil: A Origem do Nacionalismo Angolano* [Em linha]. Dissertação de Mestrado, Academia Militar, 2011, p. 4-5 [Consultada a 30/12/19]. Disponível em <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/11546/2/Guerra%20em%20Angola.pdf>

⁴⁷ PINTO, António Costa. O Salazarismo e a Guerra Colonial. *O Fim do Império Português: A Cena Internacional, A Guerra Colonial, e a Descolonização, 1961-1975*. Lisboa, Livros Horizonte, 2001, p. 36. ISBN 972-24-1147-0

⁴⁸ Idem

⁴⁹ PINTO, António Costa. O Salazarismo e a Guerra Colonial. *O Fim do Império Português: A Cena Internacional, A Guerra Colonial, e a Descolonização, 1961-1975*. Lisboa, Livros Horizonte, 2001, p. 37. ISBN 972-24-1147-0

⁵⁰ Idem

⁵¹ Idem

⁵² WHEELER, Douglas e PELISSIER, René. O Confronto Político antes de 1961. *História de Angola*. 6ª Edição. Lisboa, Tinta da China, 2016, p.236. ISBN 978-989-671-074-3

⁵³ Idem

⁵⁴ Idem

referia explicitamente (...) «Reconhecer e assegurar aos povos das colónias portuguesas o direito à imediata independência (...)»^{55, 56}.

António Costa Pinto nota ainda um fator relevante, que até 1961, altura em que começa a Guerra Colonial em Angola, os movimentos de libertação ainda não estavam estabelecidos enquanto tal, sendo apenas organizações que procuravam a independência sem recurso à força, sendo, segundo este autor, “A resistência portuguesa e a sua resposta militar sem quaisquer concessões negociais”⁵⁷ que “(...) marcou a transição de alguns movimentos nacionalistas de exilados para a organização da acção armada”⁵⁸, sendo que “A sua transformação em movimentos de libertação foi (...) bastante morosa”⁵⁹. (Pinto, 2001; p. 42)

Podemos assim resumir as origens dos movimentos de libertação a diversos fatores, nomeadamente: clivagens entre a metrópole e as colónias originárias na formação das elites coloniais, quer através da educação nas universidades portuguesas, onde os estudantes entravam em contacto com a oposição ao Estado Novo e criavam uma consciência nacionalista comum, quer através das ações dos missionários nos territórios coloniais; a existência de propaganda contra o Estado Novo que chegava às colónias vinda do exterior e subvertia as classes mais baixas das sociedades coloniais e; o PCP, que apoiou a independência das colónias, bem como a criação de movimentos neste sentido.

Devido à importância do MPLA, UNITA e FNLA enquanto os principais movimentos de libertação intervenientes durante todo o período da Guerra Colonial em Angola, é pertinente analisar, de forma breve, as suas origens de forma individual, quem os apoiava e a sua orientação no contexto internacional, o que iremos fazer de seguida.

⁵⁵ MARTELO, David. Soluções para a guerra. 1974: *Cessar-Fogo em África*. Mem-Martins, Publicações Europa-América, 2001, p. 56. ISBN: 972-1-04889-5

⁵⁶ PINTO, 2001; pp. 36-37; WHEELER e PELISSIER, 2016; pp. 235-236; MARTELO, 2001; p. 56

⁵⁷ PINTO, António Costa. O Salazarismo e a Guerra Colonial: O Início da Luta Armada. *O Fim do Império Português: A Cena Internacional, A Guerra Colonial, e a Descolonização, 1961-1975*. Lisboa, Livros Horizonte, 2001, p. 42. ISBN: 972-24-1147-0

⁵⁸ Idem

⁵⁹ Idem

MPLA

Segundo Tea Jahić, no que se refere aos apoiantes do MPLA, estes eram “(...) na sua maior parte (...) operário de Luanda e de outras cidades em expansão (...), contando com o significativo apoio dos quimbundos.”⁶⁰ Este autor refere ainda que o MPLA esteve na origem da “(...) revista *Cultura*”⁶¹ em 1957, cuja importância para a difusão deste movimento foi percebida “(...) pelo governo português que nesse mesmo ano (...) enviou para Angola a (...) PIDE (...) iniciando assim uma verdadeira escalada de repressão”⁶², acrescentando ainda que este movimento de libertação tinha tendências marxistas. Douglas Wheeler e René Pelissier, cuja informação Tea Jahić usa para fornecer esta informação, dizem ainda, sobre o MPLA, que este nasce da fusão de vários movimentos de libertação menores sob a influência do PCP, sendo liderado por Agostinho Neto.⁶³

Agostinho Silva, no seu trabalho de investigação aplicada para a Academia Militar, analisa com mais detalhe o MPLA, confirmando a ideia de René Pelissier e de Douglas Wheeler sobre o nascimento deste movimento de libertação, complementando ainda esta informação com a indicação da data precisa da criação do MPLA e do seu fundador, ao dizer que “*De acordo com a versão oficial divulgada pelo MPLA (...) o movimento foi criado em 10 de Dezembro de 1956, e era chefiado pelo poeta Mário de Andrade (...) após a unificação do (...) PLUA (...) com outros grupos patrióticos ocultos, entre eles o (...) MINA (...) e o (...) PCA*”⁶⁴. Outras informações que este autor dá sobre o MPLA são: (1) os pressupostos a partir dos quais este movimento de libertação ambicionava o fim do domínio português, a saber o “(...) Reconhecimento solene e imediato do povo angolano à auto-determinação; amnistia total e incondicional e também libertação imediata de todos os presos políticos; estabelecimento das liberdades públicas; retirada imediata das forças armadas portuguesas e liquidação imediata das bases militares existentes em território angolano; convocação (...) de uma mesa redonda formada por representantes de todos os partidos políticos angolanos e por representantes do governo português, com vista à solução pacífica do problema colonial de Angola”⁶⁵; (2) identifica as bases de apoio externo do MPLA, nomeadamente a URSS, Cuba e outros

⁶⁰ JAHÍĆ, Tea. *Angola e a luta pela emancipação nacional: A Guerra Colonial e o Fim do Império Português* [Em linha], Dissertação de Mestrado, Universidade de Zagreb, 2014, p. 18 [Consultada a 27/03/20]. Disponível em <http://darhiv.ffzg.unizg.hr/id/eprint/5320/1/Tea%20Jahic%20-%20portugalski.pdf>

⁶¹ Idem

⁶² Idem

⁶³ JAHÍĆ, 2014; pp. 17-18; WHEELER e PELISSIER, 2016; pp. 237-240

⁶⁴ MELO, João de. *Os anos de Guerra 1961-1975: Os portugueses em África*, Lisboa, Dom Quixote, 1988, p. 267. Apud SILVA, Agostinho. “*A Origem e Intervenção do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) na luta de Independência Nacional (1961-1975)*”: *Atores Políticos Angolanos* [Em linha]. Trabalho de Investigação Aplicada, Academia Militar, 2010, p.21 [Consultado a 03/04/20]. Disponível em <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/7264/1/TIA-813-SILVA.pdf>

⁶⁵ Idem

países africanos, a saber a Guiné Conacri e ex-Congo Belga; (3) em 1962 a liderança do MPLA passou de Mário de Andrade para Agostinho Neto. Feliciano Paulo Agostinho adiciona ainda mais apoios para além dos enunciados por Agostinho Silva, a saber Egito, Marrocos, Argélia, Gana e o Mali, elaborando ainda em maior detalhe a forma como Agostinho Neto chegou à liderança do MPLA, dizendo que “(...) em Julho de 1962”⁶⁶ as ideias de Agostinho Neto “Já nomeado presidente honorário do MPLA, depois da sua detenção em Junho de 1960”⁶⁷, de cariz presidencialista, “(...) acabaram por chocar com a direcção, o que viria a provocar a demissão de Mário de Andrade”⁶⁸, e consequente ascensão de Agostinho Neto à liderança do MPLA.⁶⁹

Podemos assim dizer que o MPLA foi um movimento que surge da influência do PCP nas colónias, sendo o resultado da fusão de vários movimentos menores criados com o apoio deste partido, e de tendências marxistas, sendo apoiado internamente sobretudo pela classe operária e pelos quimbundos, enquanto que externamente contou com o apoio da URSS e Cuba, bem como de outros territórios africanos. No que se refere à sua liderança podemos afirmar, com base no que foi dito anteriormente, que este foi primeiramente criado e chefiado por Mário de Andrade, contudo em 1962 este cederia o seu lugar Agostinho Neto.

FNLA

Sobre este movimento de libertação Tea Jahić diz que este estava ligado “(...) aos emigrantes angolanos sediados então no Congo Belga”⁷⁰, sendo estes na sua maioria operários e “(...) unidos por associações semi-secretas de raiz bacongo.”⁷¹ Outras informações sobre o FNLA mencionadas por este autor referem que este movimento de libertação foi criado em 1954, sob o nome de UPA, sendo que este movimento apresentava uma “(...) corrente moderada e”⁷² pró-ocidental, sendo apoiado ao nível externo pelo “(...) Zaire (...), EUA e China”⁷³. Douglas Wheeler e René Pelissier, que servem de

⁶⁶ AGOSTINHO, Feliciano Paulo. *Guerra em Angola: As Heranças da Luta de Libertação e a Guerra Civil: A Emancipação do Nacionalismo Angolano* [Em linha]. Dissertação de Mestrado, Academia Militar, 2011, p. 12 [Consultada a 30/12/19]. Disponível em https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/11546/2/Guerra%20_em_Angola.pdf

⁶⁷ Idem

⁶⁸ Idem

⁶⁹ SILVA, 2010; pp. 21-22; AGOSTINHO, 2011; pp. 12 e 16

⁷⁰ JAHÍĆ, Tea. *Angola e a luta pela emancipação nacional: A Guerra Colonial e o Fim do Império Português* [Em linha]. Dissertação de Mestrado, Universidade de Zagreb, 2014, p. 19 [Consultada a 27/03/20]. Disponível em <http://darhiv.ffzg.unizg.hr/id/eprint/5320/1/Tea%20Jahic%20-%20portugalski.pdf>

⁷¹ Idem

⁷² JAHÍĆ, Tea. *Angola e a luta pela emancipação nacional: A Guerra Colonial e o Fim do Império Português* [Em linha]. Dissertação de Mestrado, Universidade de Zagreb, 2014, p. 18 [Consultada a 27/03/20]. Disponível em <http://darhiv.ffzg.unizg.hr/id/eprint/5320/1/Tea%20Jahic%20-%20portugalski.pdf>

⁷³ Idem

base de informação para Teá Jahíc, dizem ainda sobre os apoiantes do FNLA que “Inicialmente, a UPA era uma modesta associação tribal de bacongo angolanos”⁷⁴, sendo, dizem estes autores, liderada por Holden Roberto e, dizem estes autores, aquando da sua fundação “(...) o único grupo do seu tipo a receber ajuda e a ser subsidiado por países não africanos”⁷⁵, indo ainda mais a fundo no estudo da análise deste movimento de libertação, dizendo que, nesta altura, este movimento tinha ainda a designação de UPNA, sendo liderado por Barros Nekaka e com um cariz tribal, sendo que em 1958, já sob a liderança de Holden Roberto, se passam a designar de UPA, evoluindo também os seus objetivos.⁷⁶

Agostinho Silva apoia as ideias de Douglas Wheeler e René Pelissier, anteriormente mencionados no que se refere ao nome inicial do FNLA, dizendo que somente em 1957 este adotou a designação de UPA, sendo inicialmente chamado de UPNA, concordando, contudo, com o ano da fundação deste movimento, 1954, de libertação e o seu líder, Holden Roberto. Este autor adiciona ainda, no que se refere aos apoios externos, que o FNLA era apoiado pelo Congo Belga e pelos EUA, indo de encontro às ideias expressadas por Tea Jahíc, Douglas Wheeler e René Pelissier. Estas ideias expressadas pelos autores anteriormente mencionados são suportadas ainda Feliciano Paulo Agostinho, que diz que “(...) a UPA/FNLA, ao ser a primeira organização a iniciar as hostilidades em grande escala (...) acabou por conseguir grandes apoios internacionais, desde os Estados Unidos até vários países africanos,”⁷⁷ bem como diz também que este movimento foi, aquando da sua criação, chamado de UPNA, adicionando ainda que o fundador deste movimento, assunto não abordado pelos autores anteriormente referidos, foi “(...) Barros Nekaka, pastor protestante, juntando consigo vários protestantes bacongo, em 1954.”⁷⁸ Mas a análise de Feliciano Paulo Agostinho, vai ainda mais longe, dizendo que somente em 1958 a UPNA mudou a sua designação para UPA, fruto da alteração de liderança neste movimento de libertação, sendo somente nesta altura que Holden Roberto tomou as rédeas do mesmo, mudando não só de nome como também de objetivos, evoluindo de um objetivo meramente tribal para “(...) a compreensão e a fraternidade no seio dos naturais de Angola,

⁷⁴ WHEELER, Douglas e PELISSIER, René. O Confronto Político antes de 1961. *História de Angola*. 6ª Edição. Lisboa, Tinta da China, 2016, p. 245. ISBN 978-989-671-074-3

⁷⁵ WHEELER, Douglas e PELISSIER, René. O Confronto Político antes de 1961. *História de Angola*. 6ª Edição. Lisboa, Tinta da China, 2016, p. 244. ISBN 978-989-671-074-3

⁷⁶ JAHÍC, 2014; pp. 17-18; WHEELER e PELISSIER, 2016; pp. 244-248

⁷⁷ AGOSTINHO, Feliciano Paulo. *Guerra em Angola: As Heranças da Luta de Libertação e a Guerra Civil: A Emancipação do Nacionalismo Angolano* [Em linha]. Dissertação de Mestrado, Academia Militar, 2011, p. 11 [Consultada a 30/12/19]. Disponível em <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/11546/2/Guerra%20em%20Angola.pdf>

⁷⁸ AGOSTINHO, Feliciano Paulo. *Guerra em Angola: As Heranças da Luta de Libertação e a Guerra Civil: A Emancipação do Nacionalismo Angolano* [Em linha]. Dissertação de Mestrado, Academia Militar, 2011, p. 10 [Consultada a 30/12/19]. Disponível em <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/11546/2/Guerra%20em%20Angola.pdf>

o desenvolvimento dos sentimentos patrióticos da sua população, a luta pela independência de Angola e a contribuição para a edificação da unidade africana”⁷⁹, o que vai de encontro às ideias expressadas por Douglas Wheeler e René Pelissier. Continuando a sua análise à história do FNLA, Feliciano Paulo Agostinho acaba por complementar as ideias dos outros autores anteriormente mencionados, dizendo que o movimento só adquiriu esta designação em 1962, com a fusão entre a UPA e PDA, este próprio fundado somente um ano antes também através da fusão de vários movimentos de libertação menores, sendo que esta fusão só ocorreu, segundo este autor, devido “(...) ao receio de ser ultrapassado pelo MPLA (...) aos olhos da OUA”⁸⁰. Relativamente aos apoios externos do FNLA Feliciano Paulo Agostinho não só corrobora as ideias dos autores anteriormente referidos como detalha ainda mais os países que forneciam estes apoios, a saber o Gana, a Guiné, a República Democrática do Congo, a Tunísia e os EUA.⁸¹

Podemos resumir o FNLA como sendo um movimento inicialmente tribal, cujos objetivos evoluíram para a libertação de Angola, apresentando-se como um movimento pró-ocidental apoiado internamente por emigrantes angolanos no Congo Belga e, externamente, entre outros países, pelos EUA. Também é importante realçar a história deste movimento de libertação, que passou por várias fases, que resumidamente foram: fundado como UPNA e liderado por Barros Nekaka, com objetivos tribais; em 1957, já sob o comando de Holden Roberto, este movimento passa a designar-se de UPA, atualizando os seus objetivos para a libertação de Angola e, por fim; a fusão, em 1962 da UPA com outro movimento de libertação, o PDA, altura em que passa a ser designado de FNLA.

UNITA

Tea Jahíc, sobre a UNITA, diz que este movimento de libertação surgiu em 1966, “(...) após a Cisão na Frente”⁸², sendo “(...) apoiada sobretudo pelos ovimbundos e liderada por Jonas Savimbi.”⁸³ No que se refere às suas tendências políticas este movimento de libertação apresentava uma “(...) corrente moderada e”⁸⁴ pró-ocidental. Agostinho Silva suporta as ideias de Tea Jahíc, dizendo que em 1964 surgiu uma cisão entre Holden Roberto e Jonas Savimbi, que considerava que o FNLA tinha parado a

⁷⁹ Idem

⁸⁰ AGOSTINHO, Feliciano Paulo. *Guerra em Angola: As Heranças da Luta de Libertação e a Guerra Civil: A Emancipação do Nacionalismo Angolano* [Em linha]. Dissertação de Mestrado, Academia Militar, 2011, p. 10 [Consultada a 30/12/19]. Disponível em [https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/11546/2/Guerra%20 em Angola.pdf](https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/11546/2/Guerra%20em%20Angola.pdf)

⁸¹ SILVA, 2010; pp. 23-24; AGOSTINHO, 2011; pp. 10-11 e 14

⁸² JAHÍC, Tea. *Angola e a luta pela emancipação nacional: A Guerra Colonial e o Fim do Império Português* [Em linha]. Dissertação de Mestrado, Universidade de Zagreb, 2014, p. 18 [Consultada a 27/03/20]. Disponível em <http://darhiv.ffzg.unizg.hr/id/eprint/5320/1/Tea%20Jahic%20-%20portugalski.pdf>

⁸³ Idem

⁸⁴ Idem

guerra, anunciando “(...) no dia 15 de Maio de 1966 (...) o surgimento de um novo movimento de libertação, a UNITA”⁸⁵, em que alguns dos membros fundadores foram mesmo “(...) alguns elementos do FLNA, que (...) estavam em discordância com a direcção política de Holden Roberto”⁸⁶, sendo que “A UNITA obteve forte apoio da população da província de Huambo (...) com imensa participação da etnia ovimbundo, que eram empregados no recrutamento de homens para as forças armadas da UNITA”⁸⁷. Agostinho Silva complementa ainda as ideias expressadas por Tea Jahić, dizendo que: (1) este movimento de libertação possuiu “(...) numa primeira fase, uma orientação maoista”⁸⁸, o que lhe granjeou o apoio externo da China, mas que, a partir de 1970, esta orientação, devido ao maior poderio do MPLA e enfraquecimento do FNLA, seu aliado na luta contra o MPLA, a UNITA passou “(...) a ser anticomunista, pró-ocidental”⁸⁹; (2) no que se refere aos apoios externos permanentes, “(...) a UNITA contou (...) com o apoio do Zaire (...) e da África do Sul, exercendo esta um papel de intermediário entre a UNITA e os EUA, no que se refere aos apoios financeiros e de material militar”^{90, 91}.

Feliciano Paulo Agostinho corrobora ainda as ideias dos autores anteriormente mencionados, mas a sua análise vai ainda mais longe, dizendo que em 1962 Jonas Savimbi “(...) é referido como membro do conselho executivo do FNLA”⁹², contudo “(...) por discordar da política seguida por

⁸⁵ SILVA, Agostinho. “A Origem e Intervenção do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) na luta de Independência Nacional (1961-1975)”: *Atores Políticos Angolanos* [Em linha]. Trabalho de Investigação Aplicada, Academia Militar, 2010, p.24 [Consultado a 03/04/20] disponível em <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/7264/1/TIA-813-SILVA.pdf>

⁸⁶ SILVA, Agostinho. “A Origem e Intervenção do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) na luta de Independência Nacional (1961-1975)”: *Atores Políticos Angolanos* [Em linha]. Trabalho de Investigação Aplicada, Academia Militar, 2010, p.24 [Consultado a 03/04/20] disponível em <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/7264/1/TIA-813-SILVA.pdf>

⁸⁷ Idem

⁸⁸ SILVA, Agostinho. “A Origem e Intervenção do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) na luta de Independência Nacional (1961-1975)”: *Atores Políticos Angolanos* [Em linha]. Trabalho de Investigação Aplicada, Academia Militar, 2010, p.25 [Consultado a 03/04/20] disponível em <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/7264/1/TIA-813-SILVA.pdf>

⁸⁹ Idem

⁹⁰ RIBEIRO, Luís Dário Teixeira. (1996), Uma Introdução à História da Descolonização Afro-Asiática. *Ciências & Letras (Revista da Fapa)*, nº 16, Porto Alegre, Ponto-e-Virgula Assessoria Editorial, 1996, p. 67. APUD SILVA, Agostinho. “A Origem e Intervenção do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) na luta de Independência Nacional (1961-1975)”: *Atores Políticos Angolanos* [Em linha]. Trabalho de Investigação Aplicada, Academia Militar, 2010, p.25 [Consultado a 03/04/20] disponível em <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/7264/1/TIA-813-SILVA.pdf>

⁹¹ JAHÍĆ, 2014; pp. 17-18; SILVA, 2010; pp. 24-25

⁹² SILVA, Agostinho. “A Origem e Intervenção do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) na luta de Independência Nacional (1961-1975)”: *Atores Políticos Angolanos* [Em linha]. Trabalho de Investigação Aplicada, Academia Militar, 2010, p.12 [Consultado a 03/04/20] disponível em <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/7264/1/TIA-813-SILVA.pdf>

Holden Roberto⁹³, tendo decidido “(...) estabelecer-se por conta própria, juntamente com o núcleo de ex-militantes ovimbundo⁹⁴, tendo-se fixado “(...) na Zâmbia (...) onde formou a AMANGOLA⁹⁵, associação a partir da qual criou os apoios que necessitava para “No início de 1966⁹⁶, fundar a UNITA. Relativamente aos apoios externos deste movimento de libertação, Feliciano Paulo Agostinho analisa ainda mais detalhadamente esta questão, complementando a informação fornecida por Agostinho Silva, dizendo que, para além dos países já mencionados por este, outros apoios eram fornecidos pela Zâmbia (exceto durante o ano de 1967) e pela China, cujo apoio foi vital para a UNITA se militarizar.⁹⁷

Podemos assim resumir a UNITA como sendo um movimento de libertação pró-ocidental criado em 1966 com uma cisão no seio do FNLA por parte de Jonas Savimbi, contando internamente com o apoio dos ovimbundos e, externamente, com o apoio da China, dos EUA e da África do Sul, entre outros países.

⁹³ SILVA, Agostinho. “A Origem e Intervenção do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) na luta de Independência Nacional (1961-1975)”: *Atores Políticos Angolanos* [Em linha]. Trabalho de Investigação Aplicada, Academia Militar, 2010, p.13 [Consultado a 03/04/20] disponível em <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/7264/1/TIA-813-SILVA.pdf>

⁹⁴ Idem

⁹⁵ Idem

⁹⁶ SILVA, Agostinho. “A Origem e Intervenção do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) na luta de Independência Nacional (1961-1975)”: *Atores Políticos Angolanos* [Em linha]. Trabalho de Investigação Aplicada, Academia Militar, 2010, p.13 [Consultado a 03/04/20] disponível em <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/7264/1/TIA-813-SILVA.pdf>

⁹⁷ AGOSTINHO, 2011; pp. 12-13 e 17-18

Relações entre Portugal e a ONU entre 1955 e 1960

A situação em Angola

Entre a década de 1950 e 1960, dizem Douglas Wheeler e René Pelissier, “(...) encontravam-se clandestinamente activos vários partidos ou grupos políticos (...) cujo objetivo manifesto ou implícito consistia em pôr fim ao domínio português em Angola”⁹⁸, sendo que estes eram reprimidos pela PIDE e, para além disso, divergiam no que se referia ao seus objetivos finais, sendo por isso que neste ponto, dizem estes autores, não se podia prever ainda uma luta armada. No que se refere à divisão dos nacionalistas angolanos por correntes de pensamento, Douglas Wheeler e René Pelissier identificam duas grandes correntes, nomeadamente: (1) os modernistas, localizados sobretudo nos meios urbanos e “(...) sujeitos a uma influência marxista”⁹⁹, de onde surgiriam vários movimentos de libertação, com especial destaque para o MPLA, fundado em 1956 ; (2) “(...) os etnonacionalistas, que eram muito mais poderosos, pois possuíam uma base tribal (...) no antigo Reino do Congo”¹⁰⁰, de onde, entre vários movimentos de libertação, se deve destacar a UPA. A adicionar à existência destes partidos e grupos políticos ocorreram ainda várias revoltas neste período nos territórios rurais devido às imposições que as empresas monopolistas colocavam às fazendas, como foi o caso da “(...) «Revolta do Algodão na Baixa de Cassange”¹⁰¹ de 1960-61, onde as populações se revoltaram contra a imposição de se plantar somente algodão, não lhes sendo permitida sequer a plantação de bens alimentares. Luís Alves de Fraga também aborda esta revolta, considerando-a como a configuração dos “(...) contornos de agitação social que (...) haveriam de oferecer suporte”¹⁰² às guerrilhas na Guerra Colonial que se iniciaria em 1961 em Angola.¹⁰³

A existência destes partidos e grupos clandestinos, bem como a finalidade dos mesmos em colocar fim ao domínio português em Angola e a repressão que o governo português exercia sobre estes partidos e grupos clandestinos, é mesmo mencionado pelo representante da República

⁹⁸ WHEELER, Douglas e PELISSIER, René. O Confronto Político antes de 1961. *História de Angola*. 6ª Edição. Lisboa, Tinta da China, 2016, p.233. ISBN 978-989-671-074-3

⁹⁹ WHEELER, Douglas e PELISSIER, René. O Confronto Político antes de 1961. *História de Angola*. 6ª Edição. Lisboa, Tinta da China, 2016, p.235. ISBN 978-989-671-074-3

¹⁰⁰ Idem

¹⁰¹ WHEELER, Douglas e PELISSIER, René. (2016) A Revolta Armada de 1961. *História de Angola*. 6ª Edição. Lisboa, Tinta da China, 2016, p.250. ISBN 978-989-671-074-3

¹⁰² FRAGA, Luís Alves de. *A Guerra Colonial (1961 – 1974)* [Em linha]. s/local, s/editor, s/ano, p. 16 [Consultado a 22/04/19]. Disponível em <http://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/653/1/A%20Guerra%20Colonial.pdf>, acedido a 22/04/19

¹⁰³ WHEELER e PELISSIER, 2016; pp. 233-250; FRAGA, s/ano; p. 16

Socialista Soviética da Bielorrússia na ONU a 3 de dezembro de 1960, no âmbito de uma Assembleia Geral da ONU referente à “Declaração sobre a concessão de independência aos países e povos coloniais”¹⁰⁴, dizendo este que “A luta pela libertação nacional continua e está-se a expandir: (...) nas colónias Portuguesas de Angola, Moçambique e Guiné Portuguesa (...) Os colonialistas estão a tentar a todo o custo manter o seu domínio sobre os países escravizados.”¹⁰⁵

O debate sobre a questão colonial na ONU e a reação portuguesa

Portugal aderiu à ONU em 1955, numa altura em que esta tentava, segundo Aurora Almada e Santos, “(...) submeter os territórios não autónomos (...) à supervisão internacional”¹⁰⁶, tendo esta instituição emitido um pedido de envio de (...) informações técnicas e estatísticas”¹⁰⁷ a Portugal. A resposta portuguesa foi que não detinha qualquer território nessas condições, levando, continua a autora, a Assembleia Geral da ONU a apresentar três resoluções em 1960, nomeadamente (1) a resolução 1541, que definia o conceito de territórios não autónomos; (2) a resolução 1542, que complementava a resolução 1541 definindo a lista de territórios incluídos no conceito de territórios não-autónomos, tendo sido incluídos todos os territórios coloniais portugueses; (3) a resolução 1514, a qual “(...) continha a Declaração sobre a Concessão de Independência aos Países e Povos Coloniais”¹⁰⁸, Esta resolução foi central na argumentação das Nações Unidas contra o colonialismo, uma que determinava que: “(...) 1. A sujeição de povos à subjugação, exploração e domínio estrangeiros constitui uma negação dos direitos humanos fundamentais, é contrária à Carta das Nações Unidas e compromete a causa da promoção da paz e cooperação mundiais; 2. Todos os povos têm o direito à

¹⁰⁴ KISELEV. *Declaração sobre a concessão de independência aos países e povos coloniais*. Em *Décima Quinta Sessão da Assembleia Geral da ONU (Nova Iorque, 01/12/1960)* e atualmente disponível arquivo online da ONU, referência S-0888-0005-02-00001 [Em linha]. Nova Iorque, ONU, 1960, s/página [Consultado a 22/04/2019]. Disponível em <https://search.archives.un.org/congo-delegation-comments-on-role-of-secretary-general-and-secretariat-in-work-of-made-in-plenary-meetings-during-first-part-of-15th-session-of-general-assembly-congo-pv-930-961>

¹⁰⁵ KISELEV. *Declaração sobre a concessão de independência aos países e povos coloniais*. Em *Décima Quinta Sessão da Assembleia Geral da ONU (Nova Iorque, 01/12/1960)* e atualmente disponível arquivo online da ONU, referência S-0888-0005-02-00001 [Em linha]. Nova Iorque, ONU, 1960, p. 61 [Consultado a 22/04/2019]. Disponível em <https://search.archives.un.org/congo-delegation-comments-on-role-of-secretary-general-and-secretariat-in-work-of-made-in-plenary-meetings-during-first-part-of-15th-session-of-general-assembly-congo-pv-930-961>

¹⁰⁶ SANTOS, Aurora Almada e. Os Debates da Organização das Nações Unidas sobre a Questão Colonial Portuguesa e o Desenvolvimento da Ideia de Autodeterminação (1961-1975). *Caderno de Estudos Africanos* [Em linha]. Lisboa, Centro de Estudos Internacionais do ISCTE-IUL, 2018, n.º 35, p. 19 [Consultado a 16/04/19]. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/pdf/cea/n35/n35a02.pdf>

¹⁰⁷ Idem

¹⁰⁸ SANTOS, Aurora Almada e. Os Debates da Organização das Nações Unidas sobre a Questão Colonial Portuguesa e o Desenvolvimento da Ideia de Autodeterminação (1961-1975). *Caderno de Estudos Africanos* [Em linha]. Lisboa, Centro de Estudos Internacionais do ISCTE-IUL, 2018, n.º 35, p. 20 [Consultado a 16/04/19]. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/pdf/cea/n35/n35a02.pdf>

autodeterminação; em virtude deste direito, podem determinar livremente o seu estatuto político e prosseguir livremente o seu desenvolvimento económico, social e cultural; (...) 5. Deverão ser tomadas medidas imediatas em todos os Territórios Sob Tutela e Territórios Não Autónomos ou em quaisquer outros territórios que não tenham ainda alcançado a independência, de forma a transferir todos os poderes para os povos desses territórios, sem quaisquer condições ou reservas, em conformidade com a sua vontade e desejo expressos, e sem qualquer distinção quanto à raça, credo ou cor, a fim de lhes permitir gozar uma independência e liberdade completas”^{109, 110}.

Bruno Cardoso Reis complementa a informação de Aurora Almada e Santos, reforçando que a razão pela qual Portugal podia dizer que não detinha territórios coloniais, podendo recusar assim responder aos pedidos de informação por parte da ONU ao abrigo do artigo 73 da Carta das Nações Unidas, assentava na alteração constitucional de 1951, que substituiu o termo *colónias* por *províncias ultramarinas*, alteração esta feita precisamente, continua o autor, com a alteração já mencionada anteriormente da opinião da comunidade internacional claramente anticolonialista. As fontes corroboram esta alteração constitucional mencionada por Bruno Cardoso Reis, mostrando que presente na “Lei n.º 2048, de 11 de Junho de 1951”¹¹¹, nomeadamente no “Título VII: Do Ultramar Português”¹¹², no primeiro capítulo, mais precisamente no artigo 133, refere-se que “Os territórios ultramarinos de Portugal (...) denominam-se genericamente «províncias» e têm a organização político-administrativa adequada à situação geográfica e às condições do meio social.”¹¹³ Tea Jahić também expressa esta ideia elaborada por Bruno Cardoso Reis, dizendo que em resposta “(...) às pressões internacionais, o regime salazarista introduziu o conceito político e jurídico de *Territórios Ultramarinos de Portugal*, como forma de mascarar as ligações coloniais”^{114, 115}.

João José Brandão Ferreira, tenente-coronel piloto aviador e mestre em estratégia pelo ISCSF que escreve regularmente artigos em várias revistas militares portuguesas, complementa a ideia de Bruno Cardoso Reis, dizendo que esta alteração se deve a, após a II Guerra Mundial, ter surgido “(...)

¹⁰⁹ ONU. *Declaração Sobre a Concessão de Independência aos Países e Povos Coloniais* [Em linha]. Nova Iorque, ONU, 1960, p. 2 [Consultada a 06/09/19]. Disponível em <http://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/decl-indepcolonial.pdf>

¹¹⁰ SANTOS, 2018; pp. 19-20

¹¹¹ ASSEMBLEIA NACIONAL. *Lei N.º 2048, de 11 de Junho de 1951* [Em linha]. Lisboa, Assembleia Nacional, 1951, p.1 [Consultada a 24/04/19]. Disponível em <https://www.parlamento.pt/Parlamento/Documents/Lei2048.pdf>

¹¹² ASSEMBLEIA NACIONAL. *Lei N.º 2048, de 11 de Junho de 1951* [Em linha]. Lisboa, Assembleia Nacional, 1951, p.10 [Consultada a 24/04/19]. Disponível em <https://www.parlamento.pt/Parlamento/Documents/Lei2048.pdf>

¹¹³ Idem

¹¹⁴ JAHÍĆ, Tea. *Angola e a luta pela emancipação nacional: A Guerra Colonial e o Fim do Império Português* [Em linha]. Dissertação de Mestrado, Universidade de Zagreb, 2014, p. 18 [Consultada 27/03/20]. Disponível em <http://darhiv.ffzg.unizg.hr/id/eprint/5320/1/Tea%20Jahic%20-%20portugalski.pdf>

¹¹⁵ REIS, 2013; pp. 256-257; JAHÍĆ, 2014; p. 18

uma fortíssima campanha anti-colonialista, onde os termos “colónia” e “colonialismo” foram diabolizados, tornando-se conveniente abandonar uma terminologia que se prestava a equívocos¹¹⁶, não sendo, contudo, um conceito novo à época da alteração constitucional de 1951, sendo que “A Constituição de 1822 já fala em “Ultramár” e “Províncias Ultramarinas”. ”¹¹⁷ Bruno Cardoso Reis refere ainda que a diplomacia portuguesa foi extremamente inteligente e bem-sucedida na forma como, neste período de 1955 a 1960, lutou contra a política anticolonialista da ONU, utilizando argumentos legais e explorando as regras da instituição relativamente aos procedimentos internos da mesma. O motivo para esta resistência foi que manutenção das colónias era, como anteriormente mencionado, um dos pilares do Estado Novo.¹¹⁸

José Carlos Lopes Marques, na sua dissertação para obtenção do grau de Mestrado em Estudos Africanos, corrobora as ideias de Aurora Almada e Santos, bem como de Bruno Cardoso Reis, dizendo que, desde 1956, a ONU pediu informações a Portugal sobre os seus territórios não autónomos ao abrigo do Artigo 73, que diz, citando diretamente a Carta das Nações Unidas, que “Os membros das Nações Unidas que assumiram ou assumam responsabilidades pela administração de territórios cujos povos ainda não se governem completamente a si mesmos reconhecem o princípio do primado dos interesses dos habitantes desses territórios e aceitam, como missão sagrada, a obrigação de promover no mais alto grau, dentro do sistema de paz e segurança internacionais estabelecido na presente Carta, o bem-estar dos habitantes desses territórios, e, para tal fim: a) Assegurar, com o devido respeito pela cultura dos povos interessados, o seu progresso político, económico, social e educacional, o seu tratamento equitativo e a sua protecção contra qualquer abuso; b) Promover o seu governo próprio, ter na devida conta as aspirações políticas dos povos e auxiliá-los no desenvolvimento progressivo das suas instituições políticas livres, de acordo com as circunstâncias peculiares a cada território e seus habitantes, e os diferentes graus do seu adiantamento; c) Consolidar a paz e a segurança internacionais; d) Favorecer medidas construtivas de desenvolvimento, estimular pesquisas, cooperar entre si e, quando e onde for o caso, com organizações internacionais especializadas, tendo em vista a realização prática dos objectivos de ordem social, económica e científica enumerados neste artigo; e) Transmitir regularmente ao Secretário-Geral, para fins de informação, sujeitas às reservas impostas por considerações de segurança e de ordem constitucional, informações estatísticas ou de outro carácter técnico relativas às condições económicas, sociais e educacionais dos territórios pelos quais são respectivamente

¹¹⁶ FERREIRA, João José Brandão. A Colonização Portuguesa no Século XIX à Luz da Estratégia. *Revista Militar*, Lisboa, Revista Militar, 2005, n.º 2439, p. 3 (no pdf) [Consultado a 18/12/19]. Disponível em <https://www.revistamilitar.pt/artigopdf/103>

¹¹⁷ Idem

¹¹⁸ FERREIRA, 2005; p. 3; REIS, 2013; pp. 256-257

responsáveis e que não estejam compreendidos entre aqueles a que se referem os capítulos XII e XIII.”¹¹⁹. Apesar deste facto, continua José Carlos Lopes Marques, quando, em 1956, a ONU pede informações sobre os territórios não autónomos sob domínio português, Portugal recusa-se a enviar informações, uma vez que perante a alteração constitucional de 1951 legalmente Portugal não detinha, conforme mencionado anteriormente, colónias, mas sim territórios ultramarinos, os quais faziam parte da unidade nacional. Adicionalmente, diz este autor, os diplomatas portugueses recorreram a várias manobras legais como a interpretação das leis da Carta das Nações Unidas, destacando José Carlos Lopes Marques a exploração da ideia de não-ingêrência da ONU no que se refere aos assuntos internos dos seus Estados-membros, sendo que a Carta das Nações Unidas diz explicitamente sobre este assunto no Artigo 2, alínea 7, que “Nenhuma disposição da presente Carta autorizará as Nações Unidas a intervir em assuntos que dependam essencialmente da jurisdição interna de qualquer Estado, ou obrigará os membros a submeterem tais assuntos a uma solução, nos termos da presente Carta”¹²⁰, sendo que esta defesa se baseava na “Lei n.º 2048, de 11 de Junho de 2011”¹²¹, no artigo 2, segundo a qual “O Estado não aliena por nenhum modo qualquer parte do território nacional ou dos direitos de soberania que sobre ele exerce, sem prejuízo da rectificação de fronteiras, quando aprovada pela Assembleia Nacional.”¹²² Sobre este assunto, e comprovando que Portugal adotou esta forma de defesa, um telegrama enviado da Embaixada de Portugal da Cidade do Cabo a 22 de Março de 1961 para Lisboa não deixa dúvidas, dizendo que “(...) Para Portugal a governação interna de Angola é um assunto estritamente interno”¹²³. A outra situação, segundo José Carlos Lopes Marques, que permitia a intervenção da ONU em assuntos internos seria “(...) a aplicação das medidas coercitivas constantes do capítulo VII”¹²⁴, o qual prevê as medidas a tomar “(...) em caso de ameaça à paz, rutura de paz e acto de agressão”¹²⁵, para o Estado Novo também não era considerada como válida, uma vez que a situação em Angola, no entender de Salazar, não era uma ameaça à paz. Tal como foi referido anteriormente, apesar da atividade de vários grupos políticos e partidos clandestinos, estes divergiam muito quanto aos seus objetivos e eram fortemente

¹¹⁹ ONU. *Carta das Nações Unidas* [Em linha]. Nova Iorque, ONU, 1945, p. 16 [Consultada a 24/04/19].

Disponível em <http://www.ministeriopublico.pt/instrumento/carta-das-nacoes-unidas-0>

¹²⁰ ONU. *Carta das Nações Unidas* [Em linha]. Nova Iorque, ONU, 1945, p. 2 [Consultada a 24/04/19]. Disponível em <http://www.ministeriopublico.pt/instrumento/carta-das-nacoes-unidas-0>

¹²¹ ONU. *Carta das Nações Unidas* [Em linha]. Nova Iorque, ONU, 1945, p. 1 [Consultada a 24/04/19]. Disponível em <http://www.ministeriopublico.pt/instrumento/carta-das-nacoes-unidas-0>

¹²² Idem

¹²³ QUEIROZ. (22/03/1961) *Telegrama datado de 22/03/1961*. s/local, QUEIROZ, disponível no Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, 902.2 – 1961, arquivo 2818, localizado em C.E52.P5

¹²⁴ ONU. *Carta das Nações Unidas* [Em linha]. Nova Iorque, ONU, 1945, p. 2 [Consultada a 24/04/19]. Disponível em <http://www.ministeriopublico.pt/instrumento/carta-das-nacoes-unidas-0>

¹²⁵ ONU. *Carta das Nações Unidas* [Em linha]. Nova Iorque, ONU, 1945, p. 10 [Consultada a 24/04/19]. Disponível em <http://www.ministeriopublico.pt/instrumento/carta-das-nacoes-unidas-0>

reprimidos pela PIDE, não sendo ainda previsível neste ponto que o desenvolvimento da situação levasse à luta armada.¹²⁶

Sobre a resistência portuguesa em fornecer informações sobre as suas colónias e a alteração constitucional, um comunicado oficial da ONU de 7 de maio de 1962 diz mesmo que a criação de um “(...) Comité Especial para os Territórios sobre Administração Portuguesa”¹²⁷ por parte da “(...) Assembleia Geral no último Dezembro depois que Portugal recusou atender uma solicitação anterior da Assembleia em fornecer informação”¹²⁸ sobre os seus territórios coloniais, alegando que “(...) os territórios que administra, como Angola ou Moçambique, são as suas “províncias marítimas” e legalmente têm o mesmo estatuto que as províncias do Portugal metropolitano”¹²⁹, sendo que, face a este facto “(...) assuntos que afetem estes territórios são assuntos de preocupação doméstica.”¹³⁰

Valentim Alexandre acrescenta, ao nível das estratégias portuguesas para lutar contra a ONU na questão colonial uma outra que nenhum dos outros autores aborda, dizendo que para além da revisão constitucional o Estado Novo apostou também numa luta através do “(...) plano ideológico, pelo recurso ao luso-tropicalismo, teorizado pelo sociólogo brasileiro Gilberto Freyre”¹³¹, sendo que “A partir de meados da década de 1950 (...) Na Junta do Ultramar, dá-se início a um importante trabalho de elaboração ideológica, procurando desenvolver e fundamentar as teses gerais do lusotropicalismo.”¹³² Ao nível da argumentação que sai deste trabalho, Valentim Alexandre diz que esta consistiu na “(...) importância da formação originária da nação, que a dotara das «instituições adequadas a comunidades multirraciais (...) a relevância da mensagem cristã, «inerente à ação de Portugal no ultramar»; «o ideal cristão, sinceramente interpretado, junto com a consequente ausência de preconceitos raciais», levava «à formação de verdadeiras comunidades “luso tropicais”

¹²⁶ MARQUES, 2011; pp. 21-37

¹²⁷ Serviço de Imprensa da ONU. (1962), *Comité Especial para Territórios sobre Administração Portuguesa Completa Planos para Visita a África: Para Sair Amanhã à Noite* [Em linha]. Em arquivo online da ONU, referência S-0884-0016-11-00001. Nova Iorque, ONU, 1962, p. 1 [Consultado a 22/04/19]. Disponível em <https://search.archives.un.org/portuguese-territories-special-committee-on-territories-under-portuguese-administration-2>

¹²⁸ Idem

¹²⁹ Idem

¹³⁰ Idem

¹³¹ ALEXANDRE, Valentim. (2017) Do «Colonialismo Missionário» à Vulgata Lusotropicalista. *Contra o Vento: Portugal, O Império e a Maré Anticolonial (1945-1960)*. Lisboa, Círculo de Leitores, 2017, p. 385. ISBN 978-989-644-457-0

¹³² ALEXANDRE, Valentim. (2017) Do «Colonialismo Missionário» à Vulgata Lusotropicalista. *Contra o Vento: Portugal, O Império e a Maré Anticolonial (1945-1960)*. Lisboa, Círculo de Leitores, 2017, p. 386. ISBN 978-989-644-457-0

– por miscigenação, assimilação espiritual e interpenetração de culturas e interesses». ¹³³ Valentim Alexandre dá ainda conta do insucesso desta tática, dizendo que a comunidade internacional na sua grande maioria “(...) refletia uma imagem muito crítica do colonialismo luso” ¹³⁴ ¹³⁵.

Segundo Valentim Alexandre, Franco Nogueira, o Ministro dos Negócios Estrangeiros português a partir de 1961 e figura central no MNE antes disso, analisando os resultados das votações nas assembleias da ONU, chegou mesmo a destacar a importância do uso dos procedimentos da Assembleia Geral no que se refere às moções propostas neste órgão da ONU necessitarem de dois terços dos votos a favor, dizendo em 1958 que face à oposição crescente nesta organização “(...) a regra de dois terços” ¹³⁶ tinha-se mesmo tornado “(...) o «único reduto» que tinha permitido derrotar os projetos de resolução” ¹³⁷, lançando mesmo o aviso a Salazar do “(...) caráter «extremamente precário» que esse recurso agora apresentava (...) «devendo mesmo estar-se preparado para a impossibilidade absoluta de o utilizarmos de futuro»” ¹³⁸. Esta previsão de Franco Nogueira, continua Valentim Alexandre, revelar-se-ia completamente correta, sendo que em 1960, e em linha com o que mencionou Aurora Almada e Santos, seriam aprovadas as primeiras resoluções contra o colonialismo português, as já referidas resoluções 1541, 1514 e 1542, cujo teor já foi anteriormente exposto. ¹³⁹

Podemos assim resumir a relação entre Portugal e a ONU entre 1955 e 1960 como uma relação já tensa, sendo que enquanto a ONU procurava obter informações sobre os territórios coloniais portugueses, Portugal esgrimia-se no sentido de não as fornecer. Neste confronto, como vimos, as armas portuguesas foram: a alteração, em 1951, da Constituição Portuguesa, alterando o termo colónias para Províncias Ultramarinas, inalienáveis do território nacional português; a partir desta alteração Portugal invoca o artigo 2, alínea 7, da Carta das Nações Unidas, onde diz que a ONU não se pode imiscuir em assuntos nacionais; Portugal nega as medidas coercivas referidas no capítulo VII da Carta das Nações Unidas, onde diz que a ONU poderia intervir caso a paz estivesse ameaçada, situação que Salazar nega veementemente; o uso do luso-tropicalismo como forma de defesa, segundo o qual Portugal era um país que acolhia os outros povos em todas as suas vertentes, estando

¹³³ ALEXANDRE, Valentim. (2017) Do «Colonialismo Missionário» à Vulgata Lusotropicalista. *Contra o Vento: Portugal, O Império e a Maré Anticolonial (1945-1960)*. Lisboa, Círculo de Leitores, 2017, p. 392. ISBN 978-989-644-457-0

¹³⁴ ALEXANDRE, Valentim. Em Busca do Mundo Real. *Contra o Vento: Portugal, O Império e a Maré Anticolonial (1945-1960)*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2017, p. 394. ISBN 978-989-644-457-0

¹³⁵ ALEXANDRE, 2017; pp. 385-395

¹³⁶ ALEXANDRE, Valentim. A Frente Externa: O Combate na ONU. *Contra o Vento: Portugal, O Império e a Maré Anticolonial (1945-1960)*. Lisboa, Círculo de Leitores, 2017, p. 602. ISBN 978-989-644-457-0

¹³⁷ Idem

¹³⁸ Idem

¹³⁹ ALEXANDRE, 2017; pp. 600-608

dotado de mecanismos neste sentido (uma estratégia que, como vimos anteriormente, viria a falhar) e; a utilização das normas da Assembleia Geral da ONU em favor dos interesses portugueses, a saber a regra que determinava que para uma moção ser aprovada precisava de uma aprovação de dois terços dos membros da mesma.

Quanto à reação da ONU perante a intransigência portuguesa em fornecer informações relativamente aos seus territórios coloniais, como vimos, esta passou pela aprovação de três moções em 1960, as quais deitaram por terra as pretensões portuguesas, identificando estas o que era um território não-autónomo, quais os territórios nestas condições (onde se incluía os territórios coloniais portugueses) e a Declaração sobre a Concessão de Independência aos Países e Povos Coloniais, onde ficou definido o direito à independência dos povos não-autónomos, tendo a ONU a obrigação de assegurar que os passos necessários nesse sentido eram tomados.

O início da Guerra Colonial em Angola

A Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria: a sua influência nos impérios coloniais em geral

A Guerra Colonial está inserida no contexto mais amplo da Guerra Fria, que, segundo Odd Arne Westad, “(...) **teve origem** em dois processos que se desenrolaram por volta do dealbar do século XX”¹⁴⁰, nomeadamente “(...) a transformação dos Estados Unidos e da Rússia em dois impérios superlativos (...) dotados de um sentido crescente de missão internacional”¹⁴¹ e “(...) o intensificar da divisão ideológica entre o capitalismo e os seus críticos.”¹⁴² Neste cenário, continua este autor, “Enquanto a União Soviética se opunha ao capitalismo mundial, os Estados Unidos tornaram-se o seu líder”¹⁴³. Relativamente ao que permitiu a criação deste cenário mundial, Odd Arne Westad identifica a Segunda Guerra Mundial como causa, uma vez que após o final da mesma “(...) a Europa e o resto do mundo estavam a ser reconstruídos de formas irreconhecíveis”¹⁴⁴, quer ao nível físico, quer ao nível político e intelectual, sendo que neste último “(...) punha a Guerra Fria entre o comunismo e o capitalismo”¹⁴⁵, ou seja, entre os EUA e a URSS, “(...) no centro das questões mundiais”^{146, 147}.

John Lewis Gaddis acrescenta mais detalhes sobre esta reconstrução mundial mencionada por Odd Arne Westad que se desenrolou após o final da Segunda Guerra Mundial falando dos objetivos quer da URSS, quer dos EUA para o pós-guerra. Segundo este autor, Estaline, líder da URSS, pretendia “(...) segurança para si mesmo, o seu regime, o seu país e a sua ideologia”¹⁴⁸, sendo que, para esse fim, ambicionava dominar a Europa. Por seu lado os EUA pretendiam também assegurar a segurança do seu país, sendo que para isso perceberam que, contrariamente ao que ocorrera no final da Primeira Guerra Mundial, não se poderiam isolar do mundo, querendo servir de exemplo para o mesmo. Relativamente à forma como esta segurança e este exemplo deveria ser obtido, os EUA, diz

¹⁴⁰ WESTAD, Odd Arne. Pontos de Partida. *A Guerra Fria: Uma História do Mundo*. Lisboa, Círculo de Leitores, 2018, p. 27. ISBN 978-989-644-339-9

¹⁴¹ Idem

¹⁴² Idem

¹⁴³ Idem

¹⁴⁴ WESTAD, Odd Arne. Reconstruções. *A Guerra Fria: Uma História do Mundo*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2018, p. 110. ISBN 978-989-644-339-9

¹⁴⁵ Idem

¹⁴⁶ Idem

¹⁴⁷ WESTAD, 2018; pp. 27 e 110

¹⁴⁸ GADDIS, John Lewis. O Regresso do Medo. *A Guerra Fria*. Lisboa, Edições 70, 2007, p. 22. ISBN 978-972-44-1340-2

John Lewis Gaddis, “(...) pretendiam a influência mundial no domínio das ideias”¹⁴⁹. Neste contexto, continua John Lewis Gaddis, indo de encontro às ideias expressas por Odd Arne Westad, surge a Guerra Fria, sendo que os EUA e a Inglaterra pretendiam “(...) uma ordem mundial para o pós-guerra que levasse em linha de conta o equilíbrio de forças mas também a observância de certos princípios”¹⁵⁰, enquanto que Estaline pretendia “(...) uma ordem que garantisse a segurança da sua pessoa e do seu país estimulando ao mesmo tempo as rivalidades entre os capitalistas que ele acreditava que iriam provocar uma nova guerra”^{151, 152}

Odd Arne Westad explica a influência da Guerra Fria nos impérios coloniais, dizendo que esta, que “(...) começou como competição ideológica na Europa e nas derivações europeias, Rússia e Estados Unidos (...) Na segunda metade do século XX (...) passou a interagir com os processos em torno do colapso dos impérios ultramarinos europeus”¹⁵³, identificando estes processos como sendo “(...) o desgaste social e económico das potências colonizadoras”¹⁵⁴ e “(...) a rebelião contra o jugo estrangeiro nas colónias.”¹⁵⁵ De que forma é que a Guerra Fria interferiu nestes processos de colapso dos impérios coloniais europeus? Odd Arne Westad identifica dois grandes fatores, nomeadamente: “A reestruturação económica global”¹⁵⁶, a qual “(...) foi gradualmente privilegiando os Estados Unidos”¹⁵⁷, o “(...) apoio soviético aos movimentos de libertação”¹⁵⁸ e a “(...) radicalização de alguns deles graças ao exemplo soviético”, bem como; durante a Guerra Fria “(...) na Europa (...) a necessidade da Grã-Bretanha e da França de fortalecerem as suas defesas, de se alinharem com os Estados Unidos”¹⁵⁹, sendo que estes, apesar de numa fase inicial protegerem estes impérios receando que as colónias se virassem para o comunismo, consideravam o colonialismo como algo negativo.¹⁶⁰

John Lewis Gaddis, tal como Odd Arne Westad, considera que após a Segunda Guerra Mundial o colonialismo se tornara inviável, não devido à Guerra Fria, mas devido a processos desencadeados

¹⁴⁹ GADDIS, John Lewis. O Regresso do Medo. *A Guerra Fria*, Lisboa, Edições 70, 2007, p. 27. ISBN 978-972-44-1340-2

¹⁵⁰ Idem

¹⁵¹ Idem

¹⁵² GADDIS, 2007; pp. 22-38

¹⁵³ WESTAD, Odd Arne. Destruir impérios. *A Guerra Fria: Uma História do Mundo*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2018, p. 276. ISBN 978-989-644-339-9

¹⁵⁴ WESTAD, Odd Arne. Destruir impérios. *A Guerra Fria: Uma História do Mundo*. Lisboa, Círculo de Leitores, 2018, p. 278. ISBN 978-989-644-339-9

¹⁵⁵ Idem

¹⁵⁶ WESTAD, Odd Arne. Destruir impérios. *A Guerra Fria: Uma História do Mundo*. Lisboa, Círculo de Leitores, 2018, p. 279. ISBN 978-989-644-339-9

¹⁵⁷ Idem

¹⁵⁸ Idem

¹⁵⁹ Idem

¹⁶⁰ WESTAD, 2018; pp. 276-280

pela mesma, dizendo mesmo que “O fim do colonialismo coincidiu (...) com o início da Guerra Fria, mas esta não provocou este movimento (...) as suas causas estavam noutra lugar”¹⁶¹, até porque, diz este autor, “A descolonização acabou (...) por não ser uma questão relevante durante o início da Guerra Fria.”¹⁶² Contudo, continua John Lewis Gaddis, novamente estando de acordo com as ideias expressas por Odd Arne Westad, o contexto da Guerra Fria acabaria por influenciar o colonialismo europeu, uma vez que “(...) as escolhas que os Estados recém-independentes faziam podiam (...) vir a alterar o equilíbrio de forças”¹⁶³, influenciando as escolhas dos EUA de numa fase inicial apoiarem os seus aliados que detinham impérios coloniais, apesar de considerarem o colonialismo “(...) uma instituição antiquada que só podia desacreditar o Ocidente”¹⁶⁴, considerando mesmo que “(...) não havia qualquer garantia que os ressentimentos criados pelo colonialismo ao longo de tanto tempo não tornassem o comunismo uma opção apelativa”¹⁶⁵. Referente a esta ideia dos EUA, John Lewis Gaddis afirma mesmo que “O risco de os nacionalistas do «terceiro mundo» associarem os Americanos ao imperialismo era (...) elevado”^{166, 167}

Também Zoraide Portela Silva, uma autora menos conhecida que os anteriormente referidos, fala de uma conjuntura causada pela Segunda Guerra Mundial que levaria ao inevitável fim dos impérios coloniais, nomeadamente os “(...) quadros da crise do colonialismo europeu, que ganha força no período do imediato pós-Segunda Guerra Mundial”¹⁶⁸, devido a dois fatores: (1) as metrópoles tornaram-se o “(...) palco imediato de conflitos altamente destrutivos”¹⁶⁹ durante este conflito, resultando isto “(...) em amplos esforços humanos e materiais que tendiam a diminuir a sua

¹⁶¹ GADDIS, John Lewis. O Surgimento da Autonomia. *A Guerra Fria*. Lisboa, Edições 70, 2007, p. 129. ISBN 978-972-44-1340-2

¹⁶² GADDIS, John Lewis. O Surgimento da Autonomia. *A Guerra Fria*. Lisboa, Edições 70, 2007, p. 130. ISBN 978-972-44-1340-2

¹⁶³ GADDIS, John Lewis. O Surgimento da Autonomia. *A Guerra Fria*. Lisboa, Edições 70, 2007, p. 131. ISBN 978-972-44-1340-2

¹⁶⁴ GADDIS, John Lewis. O Surgimento da Autonomia. *A Guerra Fria*. Lisboa, Edições 70, 2007, p. 130. ISBN 978-972-44-1340-2

¹⁶⁵ GADDIS, John Lewis. O Surgimento da Autonomia. *A Guerra Fria*. Lisboa, Edições 70, 2007, p. 131. ISBN 978-972-44-1340-2

¹⁶⁶ Idem

¹⁶⁷ GADDIS, 2007; pp. 127-131

¹⁶⁸ SILVA, Zoraide Portela. Guerra Colonial e Independência de Angola: O Fim da Guerra Não é o Fim da Guerra. *Tranversos: Revista de História* [Em linha]. Rio de Janeiro, Universidade do Rio de Janeiro, 2016, vol. 7, número 7, p. 155 [Consultado a 30/12/2019]. Disponível em https://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=6&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKewi8h5abt93mAhXh8OAKHU3XDCCQFjAFegQIBBAC&url=https%3A%2F%2Fwww.e-publicacoes.uerj.br%2Findex.php%2Ftransversos%2Farticle%2Fdownload%2F25600%2F18403&usg=AOvVaw14UJtc_2gsoWjqGN5M_6I

¹⁶⁹ Idem

capacidade em gerir o aparato administrativo e colonial”¹⁷⁰, e (2) em resultado destes conflitos ficou provado “(...) os brancos e os seus Estados podiam ser derrotados, total e vergonhosamente”¹⁷¹.

Podemos assim afirmar, face ao que foi anteriormente analisado, que a Guerra Fria, com a sua polarização entre o bloco capitalista dominado pelos EUA e o bloco comunista dominado pela URSS, cujo historial já foi analisado, teve grande influência nos processos que levariam ao fim do colonialismo, contudo o fator mais relevante para estes processos acabou mesmo por ser a Segunda Guerra Mundial, uma vez que esgotou os recursos humanos e materiais que eram necessários para gerir um império colonial de forma efetiva, bem como colocou em evidência que as metrópoles não eram invencíveis e forçou as metrópoles que tinham estes impérios a aliar-se aos EUA, em busca de maior segurança e de reforço das suas defesas.

A influência da Guerra Fria nas colónias portuguesas

No cenário mundial de Guerra Fria, já anteriormente analisado, diz Luís Alves de Fraga, nos anos 50, esta luta transpôs-se para os territórios coloniais, procurando ganhar o apoio dos mesmos aquando da sua independência, sendo que, neste contexto, os territórios portugueses não escapavam. Pelo motivo anteriormente mencionado, diz Luís Alves de Fraga, em 1961, os apoios externos aos movimentos de libertação angolanos estavam bem definidos, com os EUA a apoiar a UPA e a URSS o MPLA. Neste contexto, diz este autor, “Tudo convergia para que o confronto diplomático fosse longo e arrastasse a uma luta armada com um final temporalmente indeterminado”¹⁷², algo que, continua Luís Alves de Fraga, rapidamente foi compreendido pelos líderes dos grupos e partidos que queriam a independência de Angola, sobretudo pela “(...) UPA que via no «banho de sangue» a única saída para unir esforços dentro da etnia na qual tinha forte ascendente.”¹⁷³ Esta visão de Luís Alves de Fraga sobre o cenário internacional que se vivia na época e a sua influência na Guerra Colonial é partilhada também por Zoraide Portela Silva, que diz que “(...) para entender a história recente de Angola (...) é necessário também situar o seu processo de independência nos quadros de um combate

¹⁷⁰ SILVA, Zoraide Portela. Guerra Colonial e Independência de Angola: O Fim da Guerra Não é o Fim da Guerra. *Tranversos: Revista de História* [Em linha]. Rio de Janeiro, Universidade do Rio de Janeiro, 2016, vol. 7, número 7, p. 155 [Consultado a 30/12/2019]. Disponível em https://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=6&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwi8h5abt93mAhXh8OAKHU3XDCCQFjAFegQIBBAC&url=https%3A%2F%2Fwww.e-publicacoes.uerj.br%2Findex.php%2Ftransversos%2Farticle%2Fdownload%2F25600%2F18403&usg=AOvVaw14UJtc_2gsoWjqGN5M_6I

¹⁷¹ Idem

¹⁷² FRAGA, Luís Alves de. *A Guerra Colonial (1961 – 1974)* [Em linha]. s/local, s/editor, s/ano, p. 14 [Consultado a 22/04/19]. Disponível em <http://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/653/1/A%20Guerra%20Colonial.pdf>

¹⁷³ Idem

anticolonial (...) em um cenário de guerra intraestatal que assumiria os contornos dos grupos envolvidos nos conflitos da Guerra Fria”¹⁷⁴, acrescentando as razões pelas quais o MPLA e a UPA escolheram aliar-se aos EUA ou à URSS, sendo que “(...) o (...) MPLA (...) em função de seu referencial marxista-leninista, e da idealização de um programa revolucionário para a Angola independente, aproximou-se do campo soviético e cubano”¹⁷⁵, enquanto que o FNLA, anticomunista, se aliou aos EUA. Aurora Almada e Santos, reforça esta ideia, considerando “(...) de início a descolonização como periférica na rivalidade bipolar, as superpotências estavam envolvidas numa política mais activista de intervenção no Sul global, num período em que a Guerra Fria desempenharia um papel crescente na independência dos povos colonizados”¹⁷⁶, sendo que esta política descrita pela autora se traduziu, segundo a mesma, no aumento da “(...) assistência económica e militar aos países do Sul global, num esforço para influenciar as crenças e a forma de pensar dos novos estados”¹⁷⁷, sendo que, neste sentido, “(...) os EUA (...) adoptariam, com John Kennedy, a autodeterminação como fundamento da política externa norte-americana.”¹⁷⁸ Também Feliciano Paulo Agostinho, à semelhança dos autores anteriormente referidos, insere a Guerra Colonial em Angola no cenário internacional da Guerra Fria, dizendo que “(...) África viria a ser um palco onde as duas superpotências mediam forças para mostrar o seu poder e prestígio internacional (...) No caso de Angola, essa influência fazer-se-ia sentir com o aparecimento dos apoios externos aos movimentos”¹⁷⁹, com os EUA a apoiar a FNLA, a URSS a apoiar o MPLA “(...) e a China repartida quanto às suas acções, por um lado pelo MPLA, e por outro pela UNITA”¹⁸⁰.¹⁸¹

Tiago Moreira de Sá, focando a sua análise no comportamento dos EUA sobre a questão do envolvimento destes em África, reforça as ideias dos autores anteriormente mencionados, dizendo

¹⁷⁴ SILVA, Zoraide Portela. Guerra Colonial e Independência de Angola: O Fim da Guerra Não é o Fim da Guerra. *Tranversos: Revista de História* [Em linha]. Rio de Janeiro, Universidade do Rio de Janeiro, 2016, vol. 7, número 7, p. 157 [Consultado a 30/12/2019]. Disponível em https://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=6&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwi8h5abt93mAhXh8OAKHU3XDCCQFjAFegQIBBAC&url=https%3A%2F%2Fwww.e-publicacoes.uerj.br%2Findex.php%2Ftransversos%2Farticle%2Fdownload%2F25600%2F18403&usg=AOvVaw14UJtc_2gsoWjqGN5M_6I

¹⁷⁵ Idem

¹⁷⁶ SANTOS, Aurora Alexandrina Vieira Almada e. *A Organização das Nações Unidas e a Questão Colonial Portuguesa: 1961-1970: Capítulo 3: Uma Questão Prioritária: 1961-1962* [Em linha]. Tese de Doutoramento, FCSH, 2014, p.124 [Consultada a 22/04/19]. Disponível em <https://run.unl.pt/handle/10362/13087>

¹⁷⁷ Idem

¹⁷⁸ Idem

¹⁷⁹ AGOSTINHO, Feliciano Paulo. *Guerra em Angola: As Heranças da Luta de Libertação e a Guerra Civil: A Emancipação do Nacionalismo Angolano* [Em linha]. Dissertação de mestrado, Academia Militar, 2011, p. 9 [Consultada a 30/12/19]. Disponível em <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/11546/2/Guerra%20em%20Angola.pdf>

¹⁸⁰ Idem

¹⁸¹ FRAGA, s/ano; pp. 13-14; SILVA, 2016; p. 158; SANTOS, 2014; p. 124; AGOSTINHO, 2011; p. 9

que “(...) o padrão do envolvimento dos Estados Unidos em África (...) foi estabelecido logo no início do conflito Leste-Oeste e teve como eixo central a sua agenda anti-comunista”¹⁸², sendo que, neste contexto de ação, “(...) quando na década de 1950 se aceleraram os processos que conduziram à emergência de uma variedade de novos Estados africanos independentes, a principal preocupação da América residiu em evitar um aumento da influência soviética na região”¹⁸³ através do apoio aos “(...) movimentos nacionalistas africanos, trazendo-os assim para o lado norte-americano”¹⁸⁴, sendo que, complementa este autor, até 1974, pelo facto de “(...) a influência soviética na região ser reduzida, não constituindo uma ameaça”¹⁸⁵, a política externa norte-americana de uma forma geral sempre atribuiu uma “(...) muito baixa prioridade”¹⁸⁶ relativamente ao “(...) continente africano (...) sendo as únicas excepções relevantes a primeira fase da administração (...) Kennedy e a guerra civil do Congo”^{187, 188}.

É importante notar, no que se refere a Portugal, que este não estava alheio ao contexto internacional em que vivia, sendo que tinha perfeito conhecimento da conjuntura internacional em que se viria a inserir a Guerra Colonial em Angola, sendo, que segundo o telegrama enviado da embaixada portuguesa da Cidade do Cabo para Lisboa a 22 de março de 1961, a governação de Angola era, um assunto interno, sendo que “(...) votando com a URSS e os países afro-asiáticos os Estados Unidos mostram que estão preparados para interferir nos assuntos domésticos de um território africano se acreditarem que podem combater a disseminação do comunismo.”¹⁸⁹

Face ao que foi analisado anteriormente podemos afirmar que para Portugal o contexto de Guerra Fria teve grande influência nos seus territórios coloniais, uma vez que tanto os EUA, como a URSS, ou até mesmo a China, passaram a apoiar os movimentos de libertação em Angola na esperança de que, aquando da independência deste território, este se juntasse a um dos grandes blocos em que se dividiu o mundo. Podemos também perceber, face ao que foi dito, que o Estado

¹⁸² SÁ, Tiago Moreira de. O Contexto. *Os Estados Unidos e a Descolonização de Angola*, Alfragide, Publicações D. Quixote, 2011, p. 23. ISBN 978-972-20-4522-3

¹⁸³ Idem

¹⁸⁴ Idem

¹⁸⁵ Idem

¹⁸⁶ SÁ, Tiago Moreira de. O Contexto. *Os Estados Unidos e a Descolonização de Angola*, Alfragide, Publicações D. Quixote, 2011, p. 22. ISBN 978-972-20-4522-3

¹⁸⁷ SÁ, Tiago Moreira de. O Contexto. *Os Estados Unidos e a Descolonização de Angola*, Alfragide, Publicações D. Quixote, 2011, p. 23. ISBN 978-972-20-4522-3

¹⁸⁸ Sá, 2011; pp. 22-23

¹⁸⁹ QUEIROZ. (22/03/1961) *Telegrama datado de 22/03/1961*. s/local, QUEIROZ, disponível no Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, 902.2 – 1961, arquivo 2818, localizado em C.E52.P5

Novo tinha a clara percepção da situação em que o confronto com os movimentos de libertação iria ocorrer.

Eventos que levaram ao início da guerra

Segundo Luís Alves de Fraga, e conforme anteriormente mencionado, a Revolta do Algodão na Baixa de Cassange foi um prenúncio do que se seguiria, sendo que após esta, que terminou em janeiro de 1961, se seguiram dois outros ataques por parte dos movimentos de libertação, nomeadamente: (1) ataque do MPLA em fevereiro de 1961, que o autor considera como o início da luta armada à “(...) Casa de Reclusão, a Cadeia de S. Paulo, a esquadra da Polícia Móvel e uma patrulha de polícia”¹⁹⁰, sendo que este ataque levou “(...) a uma brutal repressão seguida de acções retaliatórias da população branca de Luanda sobre as populações negras que habitavam os bairros circunvizinhos”¹⁹¹; (2) ataque da UPA em março de 1961 a fazendas agrícolas, sendo que este movimento de libertação tinha a ideia de que somente pela luta armada poderiam atingir os seus fins, onde os militantes deste movimento envolvidos nos ataques mataram de forma indiscriminada, contando-se entre as vítimas “(...) tanto as populações brancas que por ali trabalhavam ou dirigiam explorações, como populações negras bailundas que eram assalariadas”¹⁹². Em abril de 1961, perante estes eventos, para os quais Portugal estava já de prevenção desde 1958, são enviadas as primeiras tropas portuguesas para Angola por forma a tentar controlar a situação e recuperar os territórios e postos perdidos para a UPA, demanda na qual as forças militares teriam sucesso, instaurando-se assim de forma definitiva a luta armada nesta colónia. Sobre a ideia de Luís Alves de Fraga, que Portugal estava preparado para um cenário de guerra em Angola desde 1958, António Costa Pinto corrobora esta ideia, dizendo que “A guerra estava anunciada e o próprio Salazar já se referia a ela em 1959, reconhecendo que “o certo é que vamos ter uma guerra no Ultramar e será uma guerra de guerrilha””¹⁹³.¹⁹⁴

Feliciano Paulo Agostinho, também corrobora as ideias de Luís Alves de Fraga, dizendo que “As lutas de libertação efetivaram-se em 15 de Março de 1961, quando um grupo armado da UPA atacou

¹⁹⁰ FRAGA, Luís Alves de. *A GUERRA COLONIAL (1961 – 1974)* [Em linha], s/local, s/editor, s/ano, p. 16 [Consultado a 22/04/19]. Disponível em <http://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/653/1/A%20Guerra%20Colonial.pdf>

¹⁹¹ Idem

¹⁹² Idem

¹⁹³ PINTO, António Costa. *O Salazarismo e a Guerra Colonial: O Contraditório Impacto da Guerra. O Fim do Império Português: A Cena Internacional, A Guerra Colonial, e a Descolonização, 1961-1975*. Lisboa, Livros Horizonte, 2001, p. 45. ISBN 972-24-1147-0

¹⁹⁴ FRAGA, s/ano; pp. 14-18; PINTO, 2001; pp. 44-45

a população branca no Norte de Angola”¹⁹⁵, mencionando também os eventos que antecederam este ataque, nomeadamente a Revolta da Baixa do Cassange e o assalto à cadeia de S. Paulo. Feliciano Paulo Agostinho menciona ainda a importância das independências das colónias, detidas até então por outros países europeus, na África Austral que ocorrem “A partir de 1960”¹⁹⁶, uma vez que, segundo este autor, este facto foi “(...) um fator importante na implantação dos movimentos nacionalistas angolanos”¹⁹⁷, uma vez que “(...) os movimentos independentistas, para além de buscarem motivação nesses países independentes, também procuravam estabelecer bases como sustentação das suas lutas no interior de Angola.”¹⁹⁸ Feliciano Paulo Agostinho destacam de entre várias independências, o papel da independência do Zimbábue em 1965, que “(...) teria importância decisiva para a luta anticolonial que se desenvolvia em Angola”¹⁹⁹.

Sobre o início da Guerra Colonial, Otelo Saraiva de Carvalho diz “Em 15 de Março rebentou a insurreição no Norte de Angola (...) Sob instigação do Congo-Leopoldville (...) e, em certa medida, dos Estados Unidos, e a direcção de um outro movimento, a UPA (...) tribos negras chacinaram selvaticamente, em três dias, dois mil brancos, entre fazendeiros e suas famílias, indiscriminadamente (...) A resposta do Governo português não se fez esperar. Operações imediatas de «limpeza» por parte das tropas portuguesas que já se encontravam (...) em Angola, auxiliadas por colonos e muitos indígenas «fiéis», dizimaram milhares de negros em aldeias e provocaram a fuga de muitos outros milhares”²⁰⁰

Douglas Wheeler e René Pelissier também abordam os eventos mencionados por Luís Alves de Fraga e Feliciano Paulo Agostinho. Relativamente ao primeiro ataque, de fevereiro de 1961, apesar de estarem de acordo com as ideias destes autores na sua descrição geral dos eventos, discordam da ideia do mesmo que este ataque tenha sido somente orquestrado pelo MPLA, considerando que “Os verdadeiros motivos e autores da rebelião ainda são controversos e mesmo polémicos.”²⁰¹ A justificação apresentada por estes autores para esta afirmação prende-se com dois grandes motivos: (1) a ideia de que no início de 1961 a PIDE intensificou a sua ação repressiva contra os grupos e

¹⁹⁵ AGOSTINHO, Feliciano Paulo. *Guerra em Angola: As Heranças da Luta de Libertação e a Guerra Civil: “A Luta Armada”* [Em linha]. Dissertação de mestrado, Academia Militar, 2011, p. 19 [Consultada a 30/12/19]. Disponível em [https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/11546/2/Guerra%20em Angola.pdf](https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/11546/2/Guerra%20em%20Angola.pdf)

¹⁹⁶ Idem

¹⁹⁷ Idem

¹⁹⁸ Idem

¹⁹⁹ Idem

²⁰⁰ CARVALHO, Otelo Saraiva de. De 1954 a 1974: Em que medida a portuguesa história recente contribuiu para a formação do «Movimento dos Capitães». *Alvorada em Abril*. Amadora, Livraria Bertrand, 1977, p. 31. Sem ISBN

²⁰¹ WHEELER, Douglas e PELISSIER, René. O Confronto Político antes de 1961. *História de Angola*. 6ª Edição. Lisboa Tinta da China, 2016, p.252. ISBN 978-989-671-074-3

partidos em prol da libertação de Angola, prendendo muitos dos seus membros e interrogando estes por forma a acabar com a resistência contra o domínio português; (2) segundo os autores existe, tendo em conta o ponto anterior, a dúvida sobre os objetivos do golpe, questionando-se estes se se tratou “(...) de uma tentativa de golpe de estado dirigido contra os centros de controlo (...) e de informação (...) ou foi uma mera tentativa de libertação dos líderes que se encontravam presos”²⁰². Sobre o segundo ataque, de março de 1961, de forma resumida, os autores estão completamente alinhados com as ideias de Luís Alves de Fraga, descrevendo somente em maior detalhe os desenvolvimentos em torno do mesmo. Douglas Wheeler e René Pelissier dizem ainda que Portugal, na sequência destes ataques, enviou os primeiros militares para África, tentando recuperar os territórios e postos perdidos para a UPA, o que está de acordo com as ideias de Luís Alves de Fraga. António Costa Pinto confirma esta informação fornecida por Douglas Wheeler e René Pelissier, bem como de Luís Alves de Fraga, dizendo que “A resposta militar à revolta de Angola em 1961 passou pelo envio imediato de tropas e armamento que deveriam estar ao serviço da NATO”²⁰³.²⁰⁴

É importante notar que a revolta em Angola, que segundo Douglas Wheeler e René Pelissier continuou no interior, foi, de acordo com estes autores, inicialmente mal avaliada, sendo que “(...) as autoridades portuguesas, oficialmente,”²⁰⁵ tenderam “(...) a encará-la como simples banditismo”²⁰⁶, uma ideia que é corroborada pelas notícias deste período em Portugal, que eram controladas pelo Estado Novo, e que tinham manchetes como “Prossegue a repressão dos núcleos de assaltantes no Norte de Angola”²⁰⁷, onde se podia ler no seu conteúdo coisas do tipo “(...) Todos os dias chegam notícias da acção das forças armadas na repressão dos bandoleiros isolados nalgumas regiões do Norte da província”²⁰⁸, não nos podendo esquecer, contudo, que neste período toda a imprensa, salvo a ilegal contra o regime, era controlada pelo Estado Novo, podendo assim ser consideradas estas notícias uma tentativa de ocultação da realidade do que se passava em Angola. O próprio Otelio Saraiva de Carvalho, refere, sobre este tema que, na altura em que embarcou para

²⁰² WHEELER, Douglas e PELISSIER, René. O Confronto Político antes de 1961. *História de Angola*. 6ª Edição. Lisboa Tinta da China, 2016, p.252. ISBN 978-989-671-074-3

²⁰³ PINTO, António Costa. A Guerra Colonial e a Cena Internacional: O precioso escudo da NATO. *O Fim do Império Português: A Cena Internacional, A Guerra Colonial, e a Descolonização, 1961-1975*. Lisboa, Livros Horizonte, 2001, p. 28. ISBN 972-24-1147-0

²⁰⁴ WHEELER e PELISSIER, 2016; pp. 251-273; PINTO, 2001; p. 28

²⁰⁵ WHEELER, Douglas e PELISSIER, René. O Rescaldo Político da Revolta, 1961-70. *História de Angola*. 6ª Edição. Lisboa, Tinta da China, 2016, p. 238. ISBN 978-989-671-074-3

²⁰⁶ Idem

²⁰⁷ A.N.I.. “Prossegue a repressão dos núcleos de assaltantes no Norte de Angola”, Lisboa, Diário de Lisboa, 27/03/1961, n.º 13752, p. 1 [Consultado a 06/09/19]. Atualmente disponível online no Fundo Documentos Ruella Ramos em <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=06541.079.17225>

²⁰⁸ Idem

Angola, “(...) em 3 de Junho de 1961”²⁰⁹, para combater na Guerra Colonial, “(...) muitos dos soldados estavam absolutamente convencidos de que teriam que desembarcar em Luanda armados até aos dentes, pois mal pusessem os pés em terra seriam assaltados pelos «terroristas»”^{210, 211}.

Podemos assim concluir, relativamente aos eventos que levariam à Guerra Colonial em Angola, que estes foram dois, nomeadamente o ataque do MPLA em fevereiro de 1961 à polícia e vários estabelecimentos prisionais neste território, levando a uma resposta do Estado Novo de forte repressão e o ataque da UPA, em março deste mesmo ano, a fazendas agrícolas, levando a que em abril de 1961 fossem mandadas as primeiras tropas portuguesas para Angola. Podemos também concluir que apesar deste cenário, o Estado Novo fez questão de não deixar transparecer que Portugal estava em guerra na colónia de Angola, minimizando este cenário para um de simples banditismo.

Reação da comunidade internacional ao início da guerra colonial e a resposta portuguesa

Segundo Douglas Wheeler e René Pelissier o início dos confrontos armados em Angola em 1961 foi mal visto pela comunidade internacional, recebendo Portugal uma “(...) condenação quase generalizada da sua resposta à rebelião”²¹², incluindo no seio da ONU. A posição portuguesa, continuam os autores, contudo, manteve-se inalterada, continuando o Estado Novo a defender que Angola não era uma colónia, fazendo parte integrante do território português, considerando Salazar que o território angolano estava a ser vítima de uma “(...) invasão estrangeira e não ameaçava ninguém”²¹³. Aurora Almada e Santos reforça esta ideia, dizendo que “Os distúrbios em Angola seriam qualificados como obra de alguns “(...) vadios” e de “(...) homens de mão”, sem origem angolana, que não representando a população tinham sido armados com armas de fabrico estrangeiro”²¹⁴. Também Zoraide Portela Silva concorda com as posições dos autores anteriormente referidos sobre esta ideia, considerando esta que “(...) a posição portuguesa era de que a guerra que

²⁰⁹ CARVALHO, Otelio Saraiva de. De 1954 a 1974: Em que medida a portuguesa história recente contribuiu para a formação do «Movimento dos Capitães». *Alvorada em Abril*. Amadora, Livraria Bertrand, Amadora, 1977, p. 33. Sem ISBN

²¹⁰ Idem

²¹¹ WHEELER e PELISSIER, 2016; p. 283; OTELO, 1977; p. 33

²¹² WHEELER, Douglas e PELISSIER, René (2016), “O Rescaldo Político da Revolta, 1961-70”, *História de Angola*, p.275, Tinta da China, Lisboa (edição original em 2011)

²¹³ Idem

²¹⁴ SANTOS, Aurora Alexandrina Vieira Almada e. *A Organização das Nações Unidas e a Questão Colonial Portuguesa: 1961-1970: Capítulo 3: Uma Questão Prioritária: 1961-1962* [Em linha]. Tese de Doutoramento, FCSH, 2014, pp.126-127 [Consultada 22/04/19]. Disponível em <https://run.unl.pt/handle/10362/13087>

acontecida em Angola (...) era fruto de motivações exógenas e estranhas ao corpo pluricontinental e multirracial da nação portuguesa”²¹⁵. Para além dos autores anteriormente mencionados também David Martelo corrobora a ideia de que “(...) O regime político que vigorou até 25 de Abril de 1974 pretendia ter, sobre o conflito que desde 1961 assolava a África portuguesa, uma posição baseada no conceito de *legítima defesa*”²¹⁶, sendo que, segundo este posicionamento português, “(...) tudo se passava como se Portugal estivesse isento do uso da violência e que esta tivesse feito a sua aparição no Ultramar unicamente pela acção dos bandos de «terroristas» a soldo de interesses estrangeiros”^{217, 218}.

Sobre este assunto um telegrama existente no Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros enviado pela mesma entidade à ONU verifica a posição portuguesa de que eram interesses estrangeiros responsáveis pela guerra que se desenrolava em Angola, começando por perguntar ao Conselho de Segurança se “(...) é Portugal quem perturba a paz e a segurança de África”²¹⁹, dizendo seguidamente “Na verdade, o que é significativo é o timing da viagem do navio de pesca de registo soviético, que foi avistado ao largo da costa de Angola quando os incidentes descritos tomaram lugar”²²⁰.

Por seu lado, na ONU, esta guerra era condenada como pudemos analisar, sendo que um comunicado de imprensa de Zorin, representante da URSS na ONU, dizia que “Como é conhecido a Assembleia Geral discutiu a questão da situação em Angola e adotou a Abril 20, 1961 uma resolução especial sobre o assunto”²²¹, contudo “(...) como resultado das ações dos colonialistas Portugueses”²²² “(...) a situação em Angola (...) continua a deteriorar-se. Em vez de implementar as provisões da Declaração da Assembleia Geral em garantir a independência dos países coloniais e

²¹⁵ SILVA, Zoraide Portela (2016), Guerra Colonial e Independência de Angola: O Fim da Guerra Não é o Fim da Guerra. *Tranversos: Revista de História* [Em linha]. Rio de Janeiro, Universidade do Rio de Janeiro, 2016, vol. 7, número 7, p. 166 [Consultado a 30/12/2019]. Disponível em https://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=6&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKewi8h5abt93mAhXh8OAKHU3XDCCQFjAFegQIBBAC&url=https%3A%2F%2Fwww.e-publicacoes.uerj.br%2Findex.php%2Ftransversos%2Farticle%2Fdownload%2F25600%2F18403&usg=AOvVaw14UJtc_2gsoWjqGN5M_6I

²¹⁶ MARTELO, David. Soluções para a guerra. *1974: Cessar-Fogo em África*. Mem-Martins, Publicações Europa-América, 2001, p. 51. ISBN 972-1-04889-5

²¹⁷ Idem

²¹⁸ WHEELER e PELISSIER, 2016; p. 275; SANTOS, 2014; pp. 126-127; SILVA, 2016; p. 166; MARTELO, 2001; p. 51

²¹⁹ Negócios Estrangeiros (s/data), disponível no Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, 902.2 – 1961, arquivo 2818, localizado em C.E52.P5

²²⁰ Idem

²²¹ ZORIN. Carta de V.A. Zorin, Membro Permanente da URSS nas UN, para o Presidente da XV Sessão da Assembleia Geral. União das Repúblicas Socialistas Soviéticas: Missão para a ONU (URSS, 09/05/1961) [Em linha]. URSS, 1961, p.1 [Consultado a 22/04/2019]. Atualmente disponível no arquivo online da ONU, arquivo S-0884-0015-09-00001 em <https://search.archives.un.org/portuguese-territories-angola-2>

²²² Idem

povos o Governo de Portugal persiste em tomar mais e mais medidas repressivas contra o povo de Angola, que se esforça para implementar o seu direito à liberdade e independência”²²³, tendo Portugal mesmo enviado forças armadas “(...) para conduzir operações militares contra as forças de libertação neste país.”²²⁴ Devemos levar em conta contudo, quando analisamos esta opinião, que a URSS integrava, e podemos considerar mesmo esta como sendo, o líder do bloco anticolonialista da ONU.

Perante o posicionamento português sobre a questão de Angola, dizem Douglas Wheeler e René Pelissier, a política portuguesa manteve-se inalterada no que se refere ao essencial, tendo havido, contudo, várias reformas em alguns campos como resposta direta à crítica internacional e por iniciativa do Ministro do Ultramar recém-empossado em agosto deste mesmo ano, Adriano Moreira, como “(...) a revogação do *Estatuto dos Indígenas*, de 1954”²²⁵, ainda em 1961 e alterações ao Código do Trabalho dos Indígenas em 1962, pela mão de Adriano Moreira, Ministro do Ultramar recém-empossado em agosto deste mesmo ano e que visava responder diretamente à censura internacional face à posição portuguesa no que se referia ao colonialismo. Douglas Wheeler e René Pelissier descrevem ainda como Portugal fez frente à censura internacional a que foi sujeito, apostando no uso dos trunfos diplomáticos de que dispunha, nomeadamente “(...) uma posição financeira e monetária sólida; um monopólio da informação interna; capacidade para impedir que a oposição política em Portugal actuasse de forma eficaz; apoio recebido dos interesses estrangeiros com vastos investimentos de capital em Angola e Moçambique; recurso à ameaça de não renovar os direitos de utilização das suas bases aéreas nos Açores aos Estados Unidos.”²²⁶ Aurora Almada e Santos acrescenta ainda um fator importante e complementar a este aspeto, que a utilização destas medidas e dos trunfos diplomáticos permitiram a Portugal continuar a luta armada pela manutenção das suas colónias apesar da censura internacional e no seio da ONU, aproveitando o facto de não tendo sido seguida com continuidade entre 1961 e 1962 uma política constante no seio desta instituição no que se refere à situação colonial portuguesa, o que levou Portugal a considerar que “(...) as pressões não conduziram a mais do que sucessivos abandonos de princípios, sem resultados práticos”²²⁷,

²²³ ZORIN. Carta de V.A. Zorin, Membro Permanente da URSS nas UN, para o Presidente da XV Sessão da Assembleia Geral. União das Repúblicas Socialistas Soviéticas: Missão para a ONU (URSS, 09/05/1961) [Em linha]. URSS, 1961, p.1 [Consultado a 22/04/2019]. Atualmente disponível no arquivo online da ONU, arquivo S-0884-0015-09-00001 em <https://search.archives.un.org/portuguese-territories-angola-2>

²²⁴ Idem

²²⁵ WHEELER, Douglas e PELISSIER, René. O Rescaldo Político da Revolta, 1961-70. *História de Angola*. 6ª Edição. Lisboa, Tinta da China, 2016, p. 276. ISBN 978-989-671-074-3

²²⁶ WHEELER, Douglas e PELISSIER, René. O Rescaldo Político da Revolta, 1961-70. *História de Angola*. 6ª Edição. Lisboa, Tinta da China, 2016, p. 275. ISBN 978-989-671-074-3

²²⁷ SANTOS, Aurora Alexandrina Vieira Almada e. *A Organização das Nações Unidas e a Questão Colonial Portuguesa: 1961-1970: Capítulo 3: Uma Questão Prioritária: 1961-1962* [Em linha]. Tese de Doutoramento, FCSH, 2014, p.125 [Consultada a 22/04/19]. Disponível em <https://run.unl.pt/handle/10362/13087>

entendendo, “(...) com o início da guerra de Angola, tornar a manutenção dos territórios coloniais no elemento principal da sua política externa”^{228, 229}.

Ao fator referido por Aurora Almada e Santos o autor A. E. Duarte Silva adiciona um outro aspeto relevante, dizendo que apesar de Portugal estar, no período em que se inicia a Guerra Colonial em Angola, “(...) praticamente isolado na ONU em contrapartida, no plano das relações bilaterais, dispunha de apoio bastante, nomeadamente militar, para prosseguir com possibilidades de êxito a política de defesa e desenvolvimento económico-social das suas províncias ultramarinas”²³⁰. Segundo este autor, no seio da ONU, Portugal contava com o apoio de vários Estados-membros da ONU, a saber: a Inglaterra, que apesar de já estar num processo de descolonização votava contra ou se abstinha de votar em medidas contra o colonialismo português; a França, que apoiava incondicionalmente a posição portuguesa de resistência à descolonização; e, por fim, a África do Sul, com a qual Portugal mantinha uma relação muito próxima. Mas Portugal contava ainda, continua A. E. Duarte Silva, com apoios internacionais fora do âmbito da ONU, nomeadamente a RFA, que, continua este autor, considera que “(...) foi, nos anos 60, «um dos mais importantes parceiros comerciais portugueses, com estreitas relações diplomáticas e militares, em rápido desenvolvimento»”^{231, 232}.

Daniel Marcos tem uma opinião que vai de encontro à de A. E. Duarte Silva no que se refere à posição francesa de apoio a Portugal na ONU, dizendo que “(...) a França tornou-se numa das principais aliadas de Portugal na cena internacional, especialmente na ONU”²³³, sendo que, continua este autor, a França transformou-se no aliado mais firme do governo português nesta organização internacional”²³⁴. De facto, diz Daniel Marcos, seria mesmo a França a impedir uma moção da Libéria para discutir os eventos em Angola neste ano de 1961, tendo-se abtido de votar no Conselho de

²²⁸ SANTOS, Aurora Alexandrina Vieira Almada e. *A Organização das Nações Unidas e a Questão Colonial Portuguesa: 1961-1970: Capítulo 3: Uma Questão Prioritária: 1961-1962* [Em linha]. Tese de Doutoramento, FCSH, 2014, p.125 [Consultada a 22/04/19]. Disponível em <https://run.unl.pt/handle/10362/13087>

²²⁹ WHEELER e PELISSIER, 2016; p. 275-283; SANTOS, 2014; p. 125

²³⁰ SILVA, Duarte A. E. O litígio entre Portugal e a ONU (1960-1974). *Análise Social* [Em linha]. Lisboa, ICS-UL, 1995, vol. 130, pp. 27-28 [Consultado a 20/04/19]. Disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/122337927506tBL0an1Az23CC9.pdf>

²³¹ SILVA, Duarte A. E. O litígio entre Portugal e a ONU (1960-1974). *Análise Social* [Em linha]. Lisboa, ICS-UL, 1995, vol. 130, p. 27 [Consultado a 20/04/19]. Disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/122337927506tBL0an1Az23CC9.pdf>

²³² SILVA, 1995; pp. 26-28

²³³ MARCOS, Daniel da Silva Costa. A África e o reforço das relações diplomáticas. *Salazar e de Gaulle: a França e a Questão Colonial Portuguesa (1958-1968)*. Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2007, p. 59. Coleção Biblioteca Diplomática do MNE – Série D. ISBN 978-972-9245-54-1

²³⁴ MARCOS, Daniel da Silva Costa. A África e o reforço das relações diplomáticas. *Salazar e de Gaulle: a França e a Questão Colonial Portuguesa (1958-1968)*. Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2007, p. 65. Coleção Biblioteca Diplomática do MNE – Série D. ISBN 978-972-9245-54-1

Segurança a pedido de Portugal e tentado, sem sucesso, que “(...) que a questão de Angola fosse inscrita na ordem do dia do Conselho de Segurança.”²³⁵ Esta relação de proximidade com a França fica bem patente num telegrama enviado pela delegação portuguesa da ONU para Lisboa, datado de 12 de março de 1961 e onde, relativamente à votação que iria ocorrer na ONU para se inserir a discussão de Angola marcada para dias depois pode ler-se que em “Conversa com Embaixador França mostrou-se profundamente preocupado. Considera devemos a todo o custo evitar que uma resolução contra nós seja aprovada. (...) Podemos contar com Inglaterra e França (é evidente quiz com isto significar apenas abstenção)”^{236, 237}

Aurora Almada e Santos corrobora as ideias de Douglas Wheeler e René Pelissier no que se refere à condenação da comunidade internacional, bem como no seio da ONU, dizendo que “Com as perseguições e as matanças, que serviriam de represália contra os assaltos, os desenvolvimentos em Luanda atraíam, por algum tempo, a atenção internacional para a questão colonial portuguesa”²³⁸. Este facto, em conjugação com a evocação da Libéria, dos “(...) direitos humanos (...) irremediavelmente associados à ideia de autodeterminação”²³⁹, bem como a convocação de uma reunião do Conselho de Segurança para discutir a situação que se vivia em Angola, levariam mesmo “Os debates sobre as colónias portuguesas”²⁴⁰ a tornar-se “(...) em eventos anuais, resultando numa campanha internacional continuada contra o colonialismo português”²⁴¹. Aurora Almada e Santos destaca ainda o papel dos EUA neste processo, dizendo que estes, fiéis à sua política de “(...) não impedir a inscrição de questões na agenda”²⁴², foram coniventes com a ideia de se inserir a questão colonial portuguesa aos assuntos em debate na ONU, notando adicionalmente que nesta organização a maioria dos Estados-membros era anticolonialista, sobretudo o bloco afro-asiático e a União Soviética. Esta autora fala ainda da forma usada pelos Estados-membros anticolonialistas da ONU para inserir a questão colonial portuguesa num cenário internacional, dizendo que estes tentaram apresentá-la “(...) num âmbito mais alargado, como uma possível ameaça à paz e à segurança

²³⁵ MARCOS, Daniel da Silva Costa. A África e o reforço das relações diplomáticas. *Salazar e de Gaulle: a França e a Questão Colonial Portuguesa (1958-1968)*. Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2007, p. 78.

Colecção Biblioteca Diplomática do MNE – Série D. ISBN 978-972-9245-54-1

²³⁶ ENNES. *Telegrama*. Ennes, 12/03/1961. Disponível no Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, 902.2 – 1961, arquivo 2818, localizado em C.E52.P5

²³⁷ MARCOS, 2007; pp. 59-80

²³⁸ SANTOS, Aurora Alexandrina Vieira Almada e. *A Organização das Nações Unidas e a Questão Colonial Portuguesa: 1961-1970: Capítulo 3: Uma Questão Prioritária: 1961-1962* [Em linha]. Tese de Doutoramento, 2014, FCSH, p.120 [Consultada a 22/04/19]. Disponível em <https://run.unl.pt/handle/10362/13087>

²³⁹ Idem

²⁴⁰ SANTOS, Aurora Alexandrina Vieira Almada e. *A Organização das Nações Unidas e a Questão Colonial Portuguesa: 1961-1970: Capítulo 3: Uma Questão Prioritária: 1961-1962* [Em linha]. Tese de Doutoramento, 2014, FCSH, p.121 [Consultada a 22/04/19]. Disponível em <https://run.unl.pt/handle/10362/13087>

²⁴¹ Idem

²⁴² Idem

internacionais (...) Estando alguns dos seus membros envolvidos no apoio material a movimentos nacionalistas das colónias portuguesas, os afro-asiáticos, em demonstração das razões que justificariam os debates, tentariam estabelecer uma relação entre os distúrbios em Angola e a recusa portuguesa em implementar a autodeterminação.”²⁴³ Esta ideia de Aurora Almada e Santos é comprovada por vários telegramas do Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros: (1) um telegrama enviado para Lisboa pela Comissão Permanente da ONU e datado de 24 de março de 1961 enviado da ONU para Lisboa, no qual o representante da Libéria diz que, “A Assembleia Geral tem que lidar com a situação em Angola devido à ameaça envolvendo a paz e segurança (...) O tão chamado Estado Unitário de Portugal sujeitou a população de Angola a tratamento inumano. A Assembleia Geral expressou que Angola e os outros territórios coloniais de Portugal eram territórios não autogovernados segundo a Carta, logo, Portugal era “internacionalmente responsável” por eles. Portugal violou claramente a Carta relativamente a estes territórios. Os patrocinadores deste item esperam que a Assembleia Geral tome medidas urgentes para parar o derramamento de sangue em Angola e para promover avanços para a sua independência”²⁴⁴; (2) outros telegramas mostram que a Libéria não estava sozinha nesta ideia, sendo apoiada pela União Soviética, segundo um telegrama recebido em Lisboa enviado pela Delegação Portuguesa da ONU a 16 de março que dizia que “(...) URSS (...) disse que o debate do C. S. sobre Angola provou quão oportuna a iniciativa da Libéria foi. A tentativa dos colonialistas portugueses em suprimir os Movimentos de Libertação de Angola pela “força bruta” criou uma ameaça à paz e segurança internacionais”²⁴⁵, bem como pelo bloco afro-asiático, conforme fica patente num telegrama enviado de Lisboa para a embaixada portuguesa em Karachi e assinado por Ennes, datado de 14 de março de 1961, onde se pode ler que “(...) Entre países bloco afro-asiático assinaram carta dirigida presidente Conselho Segurança exprimindo solidariedade proposta liberiana quanto Angola e afirmando situação nesta província constituía grave ameaça paz segurança internacionais”^{246, 247}.

Relativamente aos resultados da votação da inscrição da questão de Angola na Assembleia Geral da ONU um telegrama do Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, também datado de 24

²⁴³ SANTOS, Aurora Alexandrina Vieira Almada e. *A Organização das Nações Unidas e a Questão Colonial Portuguesa: 1961-1970: Capítulo 3: Uma Questão Prioritária: 1961-1962* [Em linha]. Tese de Doutoramento, 2014, FCSH, p.123 [Consultada a 22/04/19]. Disponível em <https://run.unl.pt/handle/10362/13087>

²⁴⁴ Comissão Permanente ONU. *Telegrama*. Nova Iorque, Comissão Permanente ONU, 24/03/1961, pp. 1-2. Atualmente disponível no Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, 902.2 – 1961, arquivo 2818, localizado em C.E52.P5

²⁴⁵ Delegação Portuguesa ONU. *Telegrama*. Nova Iorque, Delegação Portuguesa ONU, 16/03/1961, p. 1. Atualmente disponível no Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, 902.2 – 1961, arquivo 2818, localizado em C.E52.P5

²⁴⁶ Ennes. *Telegrama*. Ennes, 14/03/1961. Disponível no Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, 902.2 – 1961, arquivo 2818, localizado em C.E52.P5

²⁴⁷ SANTOS, 2014; pp. 119-124

de março de 1961 e enviado para Lisboa refere os resultados dessa mesma votação, sendo que, segundo o mesmo, “Votaram favor 79 países (...) Opuseram-se dois (Espanha, África do Sul) (...) Abstiveram-se oito (França, Bélgica, Luxemburgo, Panamá, Inglaterra, Austrália, República Dominicana e Holanda.”²⁴⁸ Relativamente a Portugal, o mesmo telegrama diz que a “Delegação portuguesa havia entretanto afirmado não poder participar debate ilegal”²⁴⁹, pelo que abandonou mesmo a sala.

Podemos dizer, face a tudo o que foi analisado anteriormente, que Portugal foi altamente criticado pela comunidade internacional após o início da Guerra Colonial, mas manteve a sua postura colonial, que já foi analisada anteriormente, inalterada, fazendo somente algumas alterações menores ao nível da legislação no que se referia aos territórios coloniais. É também importante notar que, apesar das críticas, entre 1961 e 1962, até mesmo após a inscrição da questão colonial portuguesa na ONU, esta organização não seguiu uma política constante no que se refere ao colonialismo português, bem como contava, apesar da crítica generalizada, com apoios de Estados-membros com territórios coloniais que integravam a ONU e com apoios militares de outros países.

O papel dos EUA na inscrição da questão colonial portuguesa na agenda da ONU e de que forma afetou as relações com Portugal

O papel dos EUA, já abordado de forma mais generalista por Aurora Almada e Silva, na inscrição da questão colonial portuguesa na agenda da ONU, é analisado mais a fundo por António Costa Pinto, que, corroborando o que diz Aurora Almada e Santos, menciona que “A chegada de Kennedy ao poder marcou uma mudança na política africana dos EUA e determinou uma escalada sem precedentes na pressão a favor da descolonização dos territórios portugueses (...) Sinal desta mudança de posição tinha sido desde logo a votação contra Portugal nas Nações Unidas em Março de 1961”²⁵⁰, sendo que adicionalmente, continua este autor, “Quando se iniciou a rebelião em Angola (...) os EUA já tinham algum contacto com os incipientes movimentos nacionalistas, especialmente de Angola”²⁵¹, contactos que seriam reforçados após o início da guerra. Esta informação é complementada por um telegrama enviado de Lisboa para a embaixada portuguesa em Washington

²⁴⁸ VIEIRA, F. *Telegrama*. F. Vieira, 24/03/1961. Atualmente disponível no Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, 902.2 – 1961, arquivo 2818, localizado em C.E52.P5

²⁴⁹ Idem

²⁵⁰ PINTO, António Costa. *A Guerra Colonial e a Cena Internacional: Os Embates de 1961-62 com a Administração Kennedy. O Fim do Império Português: A Cena Internacional, A Guerra Colonial, e a Descolonização, 1961-1975*. Lisboa, Livros Horizonte, 2001, p. 16. ISBN 972-24-1147-0

²⁵¹ PINTO, António Costa. *A Guerra Colonial e a Cena Internacional: Os Embates de 1961-62 com a Administração Kennedy. O Fim do Império Português: A Cena Internacional, A Guerra Colonial, e a Descolonização, 1961-1975*. Lisboa, Livros Horizonte, 2001, p. 17. ISBN 972-24-1147-0

e datado de 8 de março de 1961, que mostra que esta intenção de voto norte-americano contra Portugal na ONU já havia sido dada a conhecer a Salazar por parte do embaixador dos EUA, sendo que neste se pode ler que, em reunião em Lisboa entre ambos, o embaixador informou Salazar “(...) que Estados Unidos votarão contra Portugal na próxima reunião Conselho Segurança”²⁵², justificando esta decisão, e corroborando a ideia de António Costa Pinto, como sendo o resultado “(...) de uma tradição firme do Governo americano de votar em favor da inscrição de todos os assuntos na agenda quaisquer órgãos ONU”²⁵³.²⁵⁴

Tiago Moreira de Sá corrobora esta alteração na política dos EUA relativamente a África após a chegada de Kennedy ao poder mencionadas por António Costa Pinto, sendo que “Para esta viragem muito contribuiu a percepção do novo presidente da existência de uma progressão do comunismo em África, bem como no Terceiro Mundo em Geral”²⁵⁵, algo confirmado posteriormente “(...) em Agosto de 1961 por um documento elaborado pelo Conselho de Segurança Nacional”²⁵⁶, onde considerava “(...) a situação em África como «potencialmente instável», pois a impreparação dos seus líderes relativamente ao Ocidente forneciam uma oportunidade a Moscovo e a Pequim.”²⁵⁷ Segundo Tiago Moreira de Sá, as ideias de Kennedy, conjugadas com este relatório e com o que estava a acontecer no continente africano, onde a influência comunista estava efetivamente a crescer, fez com que Kennedy levasse “(...) a cabo uma política destinada a «conquistar os corações e as mentes» das nações recém-independentes, bem como das que lutavam pela autodeterminação, atraindo-as (...) para o lado americano da Guerra Fria.”²⁵⁸ Sobre o voto a favor da inscrição da questão colonial portuguesa na agenda da ONU, Tiago Moreira de Sá corrobora também as ideias expressas por António Costa Pinto, dizendo que este voto a favor, bem como outros, nomeadamente os votos a favor da Resolução 1603, em abril de 1960, “(...) que pedia a Portugal para ir na direcção da autodeterminação”²⁵⁹ e, “(...) a 9 de Junho”²⁶⁰ de 1960, o voto dos “(...) norte-americanos (...) no Conselho de Segurança a favor de uma resolução que condenava (...) a repressão portuguesa no

²⁵² ENNES. *Telegrama*. Ennes, 8/03/1961, p. 1. Atualmente disponível no Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, 902.2 – 1961, arquivo 2818, localizado em C.E52.P5

²⁵³ Idem

²⁵⁴ PINTO, 2001; pp. 16-18

²⁵⁵ SÁ, Tiago Moreira de. O Contexto. *Os Estados Unidos e a Descolonização de Angola*. Alfragide, Publicações D. Quixote, 2011, p. 30. ISBN 978-972-20-4522-3

²⁵⁶ SÁ, Tiago Moreira de. O Contexto. *Os Estados Unidos e a Descolonização de Angola*. Alfragide, Publicações D. Quixote, 2011, p. 31. ISBN 978-972-20-4522-3

²⁵⁷ Idem

²⁵⁸ Idem

²⁵⁹ SÁ, Tiago Moreira de. O Contexto. *Os Estados Unidos e a Descolonização de Angola*. Alfragide, Publicações D. Quixote, 2011, p. 32. ISBN 978-972-20-4522-3

²⁶⁰ Idem

território”²⁶¹ de Angola, após sublevações neste território e respetiva resposta por parte das autoridades portuguesas, “(...) representaram uma inversão completa das práticas correntes de Washington relativamente à questão colonial portuguesa”²⁶², pois, até este ano de 1960, “(...) a América tinha sempre votado a favor de Portugal ou, no mínimo, tinha-se absterido de condenar o seu aliado”^{263, 264}.

António Costa Pinto fala ainda da resposta portuguesa perante este novo posicionamento dos EUA, ocorrendo esta quer a nível interno, quer externo. Internamente, diz este autor, o Estado Novo organizou “(...) rapidamente a resposta militar”²⁶⁵ e promoveu “(...) manifestações pseudo-espontâneas contra os EUA, quer em Lisboa, quer nas colónias, algumas degenerando em violência contra as instalações diplomáticas norte-americanas”²⁶⁶, enquanto que ao nível externo apostou na contratação de “(...) uma empresa de imagem para fazer propaganda a seu favor nos EUA”²⁶⁷. Zoraide Portela Silva, reforça esta ideia de António Costa Pinto, citando parte de um discurso na Assembleia Nacional em Portugal pouco tempo após os EUA aprovarem a inscrição dos problemas em Angola na ONU, onde o “(...) deputado Águedo de Oliveira”²⁶⁸ diz que “Intervir nos assuntos que afirmam a competência normal dos Estados é contrário à Cartas, aos seus fins, ao seu espírito, e é espalhar um fermento de conflitos e guerras. Os Estados Unidos estão agora a regressar à política do “irmão proletário”, de que tão funestas provas colheram em 1946.”²⁶⁹ Tiago Moreira de Sá corrobora estas ideias de António Costa Pinto, dizendo que entre todos os desenvolvimentos que a nova política pró-africanista de Kennedy “(...) aquele que acabou por adquirir maior relevo (...) foi a adopção de uma

²⁶¹ SÁ, Tiago Moreira de. O Contexto. *Os Estados Unidos e a Descolonização de Angola*. Alfragide, Publicações D. Quixote, 2011, p. 32. ISBN 978-972-20-4522-3

²⁶² Idem

²⁶³ SÁ, Tiago Moreira de. O Contexto. *Os Estados Unidos e a Descolonização de Angola*. Alfragide, Publicações D. Quixote, 2011, pp. 32-33. ISBN 978-972-20-4522-3

²⁶⁴ SÁ, 2011; pp. 30-33

²⁶⁵ PINTO, António Costa. A Guerra Colonial e a Cena Internacional: Os Embates de 1961-62 com a Administração Kennedy. *O Fim do Império Português: A Cena Internacional, A Guerra Colonial, e a Descolonização, 1961-1975*. Lisboa, Livros Horizonte, 2001, p. 17. ISBN 972-24-1147-0

²⁶⁶ Idem

²⁶⁷ Idem

²⁶⁸ Assembleia Nacional. *Assembleia da República Portuguesa (Lisboa, 1961)* [Em linha]. Lisboa, Direção de Serviços de Documentação e Informação, pp. 512-533 [Data de consulta desconhecida]. Disponível em <http://www.debates.parlamento.pt?pid=r2>. Apud SILVA, Zoraide Portela. Guerra Colonial e Independência de Angola: O Fim da Guerra Não é o Fim da Guerra. *Transversos: Revista de História* [Em linha]. Rio de Janeiro, Universidade do Rio de Janeiro, 2016, vol. 7, número 7, p. 167 [Consultado a 30/12/2019]. Disponível em https://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=6&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKewi8h5abt93mAhXh8OAKHU3XDCCQFjAFegQIBBAC&url=https%3A%2F%2Fwww.e-publicacoes.uerj.br%2Findex.php%2Ftransversos%2Farticle%2Fdownload%2F25600%2F18403&usg=AOvVaw14UJtc_2gsoWjqGN5M_6l

²⁶⁹ Idem

atitude mais crítica em relação ao colonialismo português²⁷⁰, uma vez que esta atitude “(...) motivou a eclosão da mais séria crise nas relações luso-americanas desde o pós-Segunda Guerra Mundial”^{271, 272}.

Quando confrontado com a resistência portuguesa em descolonizar, António Costa Pinto diz que as opiniões do Departamento de Estado dos EUA dividem-se, com os africanistas a proporem medidas extremas como “(...) a retirada dos Açores e a eventual expulsão de Portugal da NATO”²⁷³, enquanto os europeístas diziam que este plano não era viável face à “(...) natureza “vital” da base dos Açores.”²⁷⁴ Kennedy, continua este autor, acabaria por rejeitar a opinião extremista dos africanistas, sugerindo a Salazar um acordo no qual a troca do reconhecimento da independência das colónias daria a Portugal apoio económico, contudo Salazar rejeita este plano, levando mesmo os EUA a esboçar planos para forçar a descolonização de Angola em 1962, tendo sido mesmo um destes aprovado pelo Conselho Nacional de Segurança dos EUA, contudo a denuncia de Salazar que os EUA estavam a realizar “(...) manobras anti-portuguesas”²⁷⁵ e a proibição do Estado Novo “Em Janeiro de 1962”²⁷⁶ da “(...) aterragem de todo e qualquer avião das Nações Unidas ou ao seu serviço”²⁷⁷ levou os EUA a repensar o seu posicionamento a favor da descolonização, uma vez que a Base das Lages era um ponto estratégico importante e que podia estar em risco caso Portugal não renovasse o acordo, que acabava neste mesmo ano. Assim, continua António Costa Pinto, os EUA moderam a sua posição, levando ao enfraquecimento do bloco anticolonialista na ONU no que se refere às colónias portuguesas. Perante este novo posicionamento norte-americano, Salazar acaba por continuar a permitir o uso da Base das Lages por parte dos EUA, embora sem acordo formal. Este reposicionamento mais moderado por parte dos EUA foi visível imediatamente a partir de 1963, diz António Costa Pinto, sendo que estes passam a ter um papel “(...) mais abstencionista e pró-portuguesa”²⁷⁸, visível neste mesmo ano na sua abstenção “(...) aquando da votação de um projeto

²⁷⁰ SÁ, Tiago Moreira de. O Contexto. *Os Estados Unidos e a Descolonização de Angola*. Alfragide, Publicações D. Quixote, 2011, p. 32. ISBN 978-972-20-4522-3

²⁷¹ Idem

²⁷² PINTO, 2001; pp. 16-18; SILVA, 2016; p. 167; SÁ, 2011; p. 32

²⁷³ PINTO, António Costa. A Guerra Colonial e a Cena Internacional: Os Embates de 1961-62 com a Administração Kennedy. *O Fim do Império Português: A Cena Internacional, A Guerra Colonial, e a Descolonização, 1961-1975*. Lisboa, Livros Horizonte, 2001, p. 18. ISBN 972-24-1147-0

²⁷⁴ Idem

²⁷⁵ PINTO, António Costa. A Guerra Colonial e a Cena Internacional: Os Embates de 1961-62 com a Administração Kennedy. *O Fim do Império Português: A Cena Internacional, A Guerra Colonial, e a Descolonização, 1961-1975*. Lisboa, Livros Horizonte, 2001, p. 19. ISBN 972-24-1147-0

²⁷⁶ Idem

²⁷⁷ Idem

²⁷⁸ PINTO, António Costa. A Guerra Colonial e a Cena Internacional: No Palco da ONU. *O Fim do Império Português: A Cena Internacional, A Guerra Colonial, e a Descolonização, 1961-1975*. Lisboa, Livros Horizonte, 2001, p. 23. ISBN 972-24-1147-0

de resolução do Conselho de Segurança, propondo um embargo à venda de armas²⁷⁹, estratégia que marcaria os anos que se seguiram e continuaria até à independência de Angola.²⁸⁰

Tiago Moreira de Sá reforça as ideias de António Costa Pinto, dizendo que “No caso específico de Portugal e das suas colónias africanas a política norte-americana acabou (...) por ficar dividida entre a manutenção do acesso à base militar nos Açores (...) e a pressão sobre Lisboa para descolonizar²⁸¹, uma vez que “Se a possível penetração soviética no continente africano podia vir a ser, caso se concretizasse, um problema estratégico para Washington, já a importância do arquipélago para os planos militares da América era inquestionável²⁸², sendo que, continua este autor, neste sentido “Os Açores foram fundamentais para moderar a política da administração Kennedy para África portuguesa, acabando mesmo por contribuir decisivamente para mais uma alteração deste em 1963²⁸³, levando a uma suavização da mesma, política que seria seguida pelos seus sucessores até 1974, nomeadamente os presidentes Johnson e Richard Nixon, sendo que com este último, diz Tiago Moreira de Sá, “A benevolência da administração Nixon relativamente a Portugal traduziu-se em gestos e medidas²⁸⁴ que fizeram com que o “(...) período (...) entre 1969 e 1972²⁸⁵ fosse “(...) um dos melhores momentos do relacionamento luso-americano.”²⁸⁶ Tiago Moreira de Sá acrescenta ainda que esta questão, a que chamou de “(...) dilema «Açores ou África»²⁸⁷, se inseriu num dilema maior da política externa norte-americana, “O «dilema África ou Europa²⁸⁸, no qual ou os EUA apoiavam “(...) os europeus, arriscando a perda de África para o comunismo²⁸⁹, ou apoiavam “(...) os africanos, pondo em perigo a continuação das potências coloniais europeias na NATO²⁹⁰, um dilema que seria resolvido com a emergência “(...) de uma nova

²⁷⁹ PINTO, António Costa. A Guerra Colonial e a Cena Internacional: No Palco da ONU. *O Fim do Império Português: A Cena Internacional, A Guerra Colonial, e a Descolonização, 1961-1975*. Lisboa, Livros Horizonte, 2001, p. 23. ISBN 972-24-1147-0

²⁸⁰ PINTO, 2001; pp. 18-19 e 23

²⁸¹ SÁ, Tiago Moreira de. O Contexto. *Os Estados Unidos e a Descolonização de Angola*. Alfragide, Publicações D. Quixote, 2011, pp. 23-24. ISBN 978-972-20-4522-3

²⁸² SÁ, Tiago Moreira de. O Contexto. *Os Estados Unidos e a Descolonização de Angola*. Alfragide, Publicações D. Quixote, 2011, pp. 34-35. ISBN 978-972-20-4522-3

²⁸³ SÁ, Tiago Moreira de. O Contexto. *Os Estados Unidos e a Descolonização de Angola*. Alfragide, Publicações D. Quixote, 2011, p. 35. ISBN 978-972-20-4522-3

²⁸⁴ SÁ, Tiago Moreira de. O Contexto. *Os Estados Unidos e a Descolonização de Angola*. Alfragide, Publicações D. Quixote, 2011, p. 39. ISBN 978-972-20-4522-3

²⁸⁵ Idem

²⁸⁶ Idem

²⁸⁷ SÁ, Tiago Moreira de. O Contexto. *Os Estados Unidos e a Descolonização de Angola*. Alfragide, Publicações D. Quixote, 2011, p. 34. ISBN 978-972-20-4522-3

²⁸⁸ SÁ, Tiago Moreira de. O Contexto. *Os Estados Unidos e a Descolonização de Angola*. Alfragide, Publicações D. Quixote, 2011, p. 22. ISBN 978-972-20-4522-3

²⁸⁹ SÁ, Tiago Moreira de. O Contexto. *Os Estados Unidos e a Descolonização de Angola*. Alfragide, Publicações D. Quixote, 2011, p. 25. ISBN 978-972-20-4522-3

²⁹⁰ Idem

linha de orientação que ia no sentido de se trabalhar com os europeus para satisfazer as aspirações dos africanos”²⁹¹, o que levou a “(...) um crescente desejo de trabalhar com”²⁹² as potências coloniais europeias neste sentido, retirando-lhes pressão no sentido de descolonizar rapidamente.²⁹³

Podemos assim dizer que os EUA adotaram três posturas distintas no que se refere à sua posição sobre o colonialismo português, sendo que: numa fase inicial, até 1960, os EUA adotaram uma postura de aceitação ou tolerância sobre esta questão, votando contra ou abstendo-se de votar contra qualquer sanção contra Portugal; uma segunda fase começa precisamente em 1960, quando Kennedy chega ao poder nos EUA, passando estes a apoiar o bloco anticolonialista da ONU, tendo mesmo um papel determinante na inserção da discussão da questão colonial portuguesa na ONU em 1961 e, por fim; uma terceira fase, onde após uma forte resistência por parte de Portugal em descolonizar, visível em manifestações contra os EUA e no facto de Portugal ter ameaçado não continuar a permitir aos norte-americanos o uso da Base das Lages nos Açores, Kennedy e os presidentes que se lhe seguiriam suavizaram a sua postura anticolonialista, tolerando o colonialismo português a troco da utilização da Base das Lages, que era considerada vital para os planos norte-americanos.

²⁹¹ SÁ, Tiago Moreira de. O Contexto. *Os Estados Unidos e a Descolonização de Angola*. Alfragide, Publicações D. Quixote, 2011, p. 25. ISBN 978-972-20-4522-3

²⁹² Idem

²⁹³ SÁ, 2011; pp. 23-26 e 34-39

Relações entre Portugal e a ONU de 1962 a 1974

A situação em Angola

A situação em Angola a partir de 1961 tornou-se, dizem Douglas Wheeler e René Pelissier, bastante complexa, sendo que, dizem estes autores, a Guerra Colonial em Angola “Tornou-se na guerra mais longa alguma vez registada na África Negra”²⁹⁴, não havendo “(...) nenhum sinal de solução militar.”²⁹⁵ Douglas Wheeler e René Pelissier explicam o que causou esta situação, dizendo que apesar de os movimentos nacionalistas continuarem a serem frágeis, tal como o eram em 1961, estes intensificaram as suas atividades, chegando mesmo a unirem-se para ganharem força na sua luta pela independência de Angola, sendo que, analisando os movimentos nacionalistas, dizem os autores que: (1) “(...) entre 1963 e 1965 (...) a UPA era o movimento mais activo (...) em Angola, e o mais perigoso para os portugueses”²⁹⁶, sendo que este movimento se desenvolveu em 1962, resultado de apoios externos dos EUA, da FLN, um movimento de libertação argelino, entre outros. Após 1965 este movimento, tendo perdido algum do seu fulgor, começa a fazer alianças com outros movimentos nacionalistas para se manter ativo; (2) depois de passar por várias dificuldades entre 1961 e 1963, que o levaram mesmo a estar “(...) à beira da extinção, em 1963”²⁹⁷, o MPLA renasceu, fruto de vários fatores, sendo que embora tivessem dificuldades até 1965 para encontrar apoios, devido à oposição da UPA, a qual tenta ativamente eliminar os seus apoiantes, a partir deste ano este movimento consegue começar a ser mais eficaz nas suas atividades; (3) em 1966 é formada a UNITA, sendo que conseguem ter algum sucesso nas suas atividades, apesar de os métodos escolhidos para as mesmas serem, mesmo nesta altura, considerados “(...) completamente antiquados”²⁹⁸. Douglas Wheeler e René Pelissier consideram que foram estes três movimentos nacionalistas sobretudo que encetaram atividades contra o domínio português, sendo que, apesar de haver outros, tiveram uma atitude mais passiva. Douglas Wheeler e René Pelissier destacam ainda que estes movimentos agiram sobretudo fora das cidades, uma vez que no interior das mesmas o

²⁹⁴ WHEELER, Douglas e PELISSIER, René. O Rescaldo Político da Revolta, 1961-70. *História de Angola*, 6ª Edição. Lisboa, Tinta da China, 2016, p.283. ISBN 978-989-671-074-3

²⁹⁵ Idem

²⁹⁶ WHEELER, Douglas e PELISSIER, René. O Rescaldo Político da Revolta, 1961-70. *História de Angola*, 6ª Edição. Lisboa, Tinta da China, 2016, p.286. ISBN 978-989-671-074-3

²⁹⁷ WHEELER, Douglas e PELISSIER, René. O Rescaldo Político da Revolta, 1961-70. *História de Angola*, 6ª Edição. Lisboa, Tinta da China, 2016, p.299. ISBN 978-989-671-074-3

²⁹⁸ WHEELER, Douglas e PELISSIER, René. O Rescaldo Político da Revolta, 1961-70. *História de Angola*, 6ª Edição. Lisboa, Tinta da China, 2016, p.317. ISBN 978-989-671-074-3

controlo da PIDE e o facto de os portugueses serem em maior número desencorajavam qualquer revolta, sobretudo após os eventos de 1961, já anteriormente descritos e considerados como o início da Guerra Colonial em Angola.²⁹⁹

Sobre o foco dos movimentos de libertação em conseguirem a independência em Angola, independentemente das dificuldades, o representante da Bulgária no Comité Especial para Territórios sobre Administração Portuguesa, afirmou que ““Os principais partidos em Angola declararam através dos seus representantes em Angola perante o Comité que, se Portugal não concordar em entrar em negociações, estão determinados a continuar a liderar o povo Angolano e o seu esforço armado pela liberdade e independência até que estes objetivos sejam atingidos””³⁰⁰.

António Costa Pinto reforça as ideias expressas por Douglas Wheeler e René Pelissier, dizendo que “Em meados da década de 60, os movimentos de libertação das colónias portuguesas estavam em processo de consolidação das suas frentes militares e de fixação dos seus apoios internacionais”³⁰¹, sendo que este autor acrescenta ainda que, a partir de “(...) meados de 1963, Portugal tinha controlado a revolta em Angola”³⁰², “(...) cabendo agora às Forças Armadas Portuguesas a iniciativa de reorganização para a contra-guerrilha”^{303, 304}.

No que se refere às consequências da Guerra Colonial em Angola Douglas Wheeler e René Pelissier destacam várias: (1) o elevado custo financeiro da mesma para Portugal, o qual era ele próprio, dizem estes autores, um país subdesenvolvido; (2) estimulação do “(...) comércio em todos os aglomerados populacionais onde existia uma guarnição militar”³⁰⁵; aumentou “(...) a jovem geração de mestiços.”³⁰⁶ Em conclusão de todas estas consequências Douglas Wheeler e René Pelissier concluem mesmo que “(...) uma guerra que lentamente esgotava Portugal desenvolvia Angola, graças às despesas de soberania e ao muito considerável investimento efectuado para

²⁹⁹ WHEELER e PELISSIER, 2016.; pp. 283-323

³⁰⁰ Serviço de Imprensa da ONU. (1962), *Comité Especial para Territórios sobre Administração Portuguesa Completa Planos para Visita a África: Para Sair Amanhã à Noite* [Em linha]. Em arquivo online da ONU, referência S-0884-0016-11-00001. Nova Iorque, ONU, 1962, p. 2 [Consultado a 22/04/19]

³⁰¹ PINTO, António Costa. A Guerra Colonial e a Cena Internacional: Uma Guerra Discreta no Campo Internacional: 1963-1968. *O Fim do Império Português: A Cena Internacional, A Guerra Colonial, e a Descolonização, 1961-1975*. Lisboa, Livros Horizonte, 2001, p. 25. ISBN 972-24-1147-0

³⁰² PINTO, António Costa. A Guerra Colonial e a Cena Internacional: Uma Guerra Discreta no Campo Internacional: 1963-1968. *O Fim do Império Português: A Cena Internacional, A Guerra Colonial, e a Descolonização, 1961-1975*. Lisboa, Livros Horizonte, 2001, p. 24. ISBN 972-24-1147-0

³⁰³ PINTO, António Costa. A Guerra Colonial e a Cena Internacional: A Evolução nas Três Frentes de Combate. *O Fim do Império Português: A Cena Internacional, A Guerra Colonial, e a Descolonização, 1961-1975*. Lisboa, Livros Horizonte, 2001, p. 55. ISBN 972-24-1147-0

³⁰⁴ Pinto, 2001; pp. 24-25 e 55

³⁰⁵ PINTO, Douglas e PELISSIER, René. O Rescaldo Político da Revolta, 1961-70. *História de Angola*, 6ª Edição. Lisboa, Tinta da China, 2016, p.285. ISBN 978-989-671-074-3

³⁰⁶ Idem

recuperar o atraso. Simultaneamente (...) aumentou a proporção de brancos e mestiços da população total³⁰⁷ em Angola.³⁰⁸

Relativamente às relações entre os movimentos de libertação que lutavam pela libertação de Angola, António Costa Pinto diz que “A história política e militar dos movimentos de libertação angolanos entre 1963 e 1974, é de lutas intergrupos, por vezes de extrema violência³⁰⁹, bem como de cisões internas entre os grupos, como foi o caso do MPLA, que só se conseguiu afirmar a partir de 1966, obtendo mesmo reconhecimento internacional a partir deste ano por parte “(...) da União Soviética e do bloco socialista^{310, 311}”.

Podemos afirmar, face ao que foi analisado, vários fatores relevantes relativamente aos movimentos de libertação: apesar de frágeis, durante todo o período entre 1962 e 1974, foram capazes de criar um impasse que uma solução militar nunca seria capaz de resolver, tendo para este efeito feito alianças quer entre si para se manterem ativos e; nunca se conseguiram impor dentro das cidades, onde havia maior número de portugueses e controlo da PIDE e; apesar das alianças entre os movimentos de libertação, existia uma forte rivalidade entre os mesmos, levando mesmo a lutas intergrupos. Também podemos retirar algumas ilações relativamente às consequências da Guerra Colonial, nomeadamente: o esgotamento os recursos portugueses, uma vez que a guerra teve um elevado custo financeiro para Portugal, bem como levou a um maior investimento em Angola e; Angola desenvolveu-se graças à Guerra Colonial, uma vez que esta estimulou o comércio e aumentou a população total de Angola, bem como o investimento português no desenvolvimento desta colónia proporcionou um maior desenvolvimento deste território.

A reação do Estado Novo aos desenvolvimentos relativamente a Angola entre 1962 e 1974

No período que vai de 1962 a 1968, período da vigência de Salazar no governo português, nenhuma alteração se verificou relativamente à sua política colonial e de táticas de resistência na ONU, cujas características e consequentes conflitos com a ONU já foram analisados, levando mesmo a que “Os observadores internacionais, que sistematicamente prenunciavam o colapso do sistema colonial

³⁰⁷ WHEELER, Douglas e PELISSIER, René. O Rescaldo Político da Revolta, 1961-70. *História de Angola*, 6ª Edição. Lisboa, Tinta da China, 2016, p.285. ISBN 978-989-671-074-3

³⁰⁸ WHEELER e PELISSIER, 2016; p. 283-285

³⁰⁹ PINTO, António Costa. A Guerra Colonial e a Cena Internacional: A Evolução nas Três Frentes de Combate. *O Fim do Império Português: A Cena Internacional, A Guerra Colonial, e a Descolonização, 1961-1975*. Lisboa, Livros Horizonte, 2001, p. 56. ISBN 972-24-1147-0

³¹⁰ PINTO, António Costa. A Guerra Colonial e a Cena Internacional: A Evolução nas Três Frentes de Combate. *O Fim do Império Português: A Cena Internacional, A Guerra Colonial, e a Descolonização, 1961-1975*. Lisboa, Livros Horizonte, 2001, p. 57. ISBN 972-24-1147-0

³¹¹ PINTO, 2001; pp. 56-57

português por impossibilidade de resistência”³¹², reconhecessem “(...) a tenacidade do Estado Novo”³¹³.

Um exemplo destes renunciadores é Godfrey Amachree, delegado da ONU, que num memorando sobre uma conversa que tivera com Franco Nogueira, Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, a 17 de setembro de 1963, considera mesmo que “(...) os Portugueses estão a sentir o efeito das pressões sobre si para mudar a sua política nos seus territórios Africanos.”³¹⁴ Sobre esta conversação convém lembrar que Franco Nogueira era um hábil estratega no que se refere a lidar com a ONU, pelo que as opiniões emitidas por este, e que deram um sinal de cedência perante o delegado da ONU, foram claramente propositadas, uma vez que no mesmo memorando Godfrey Amachree refere que “A minha impressão é que o Governo Português receberia de bom-grado a intervenção de alguém sem interesses pessoais na sua disputa com os países Africanos (...) Nas palavras do Sr. Nogueira, se ambos os lados puderem negociar, “as conversações poderão levar ao inesperado””³¹⁵, uma opinião que, como sabemos, era contra a intenção do Estado Novo, que queria manter as colónias a todo o custo.

A tenacidade do Estado Novo relativamente à manutenção do seu império colonial é comprovada também ao nível das condições em que os portugueses foram forçados a combater durante a Guerra Colonial, as quais, segundo David Martelo, eram mesmo assumidas pelas autoridades portuguesas, sendo que diz este autor que “No que aos meios de combate diz respeito, as Forças Armadas portuguesas jamais conseguiram atingir níveis de qualidade e quantidade próprios da época em que o conflito decorreu”³¹⁶, detalhando esta informação, a saber: “Numa guerra caracterizada pelas acções de fogo de surpresa, era total a ausência de equipamento de protecção para a infantaria que (...) se deslocava em zonas propícias a emboscadas em viaturas sem qualquer tipo de blindagem”³¹⁷; “(...) indisponibilidade de coletes à prova de bala”³¹⁸; total ausência, na

³¹² PINTO, António Costa. A Guerra Colonial e a Cena Internacional: Uma Guerra Discreta no Campo Internacional: 1963-1968. *O Fim do Império Português: A Cena Internacional, A Guerra Colonial, e a Descolonização, 1961-1975*. Lisboa, Livros Horizonte, 2001, p. 25. ISBN 972-24-1147-0

³¹³ Idem

³¹⁴ AMACHREE, Godfrey. *Algumas Observações das minhas conversas recentes enquanto representante do Secretário-Geral, com o Governo Português (Nova Iorque, 17/09/1963)*. Nova Iorque, ONU, 1963, p. 3 [Consultado a 22/04/2019]. Atualmente disponível no arquivo online da ONU, referência S-0884-0016-03-00001, p. 3, disponível em <https://search.archives.un.org/portuguese-territories-special-committee-on-territories-under-portuguese-administration-2>

³¹⁵ Idem

³¹⁶ MARTELO, David. A situação militar em África nas vésperas do 25 de Abril. *1974: Cessar-Fogo em África*. Mem-Martins, Publicações Europa-América, 2001, p. 37. ISBN 972-1-04889-5

³¹⁷ Idem

³¹⁸ Idem

infantaria, de “(...) equipamentos rolantes «rebenta-minas»³¹⁹; “(...) os detectores eletromagnéticos eram de tipo obsoleto e de rara atribuição às unidades combatentes”³²⁰; falta de meios de transmissão, sendo que os que existiam eram obsoletos extremamente pesados, levando à “(...) frequente impossibilidade de pedir o apoio aéreo em tempo oportuno, não só em combate (...) como para evacuação de feridos ou doentes.” Para além dos fatores estritamente militares, David Martelo releva ainda mais dois fatores que dificultavam as operações portuguesas na Guerra Colonial, decorrentes das opções do Estado Novo ao nível político, nomeadamente: a distanciação afetiva que os cidadãos portugueses apresentavam relativamente a esta questão, fruto de não poderem debater o problema, limitando-se a cumprir o serviço militar e; a pouca cobertura que a Guerra Colonial tinha nos meios de comunicação social, por opção própria da “(...) política de comunicação social do regime”^{321, 322}

Relativamente às condições de que os militares que combatiam em Angola dispunham, Otelo Saraiva de Carvalho diz que “Foi um tempo difícil. Cruéis condições de clima e alojamento, zona agreste, serpentes em abundância, quatro minas anticarro, itinerários péssimos, (...) o que dificultava o reabastecimento de víveres.”³²³

Em 1968 deu-se uma alteração importante na situação interna portuguesa, uma vez que, diz Zoraide Portela Silva, “(...) Salazar, por motivos de saúde, viu-se afastado do seu cargo”³²⁴ de governante, tendo sido substituído por Marcelo Caetano. Segundo esta autora, “A pretérita atuação de Caetano lhe dera cores de liberal ante a opinião pública e, conseqüentemente, certa esperança de que a sua política colonial não seguiria as mesmas linhas de Salazar.”³²⁵ De facto, continua Zoraide Portela Silva, Marcelo Caetano ainda iria tentar reformas administrativas no sentido de “(...) ceder

³¹⁹ MARTELO, David. A situação militar em África nas vésperas do 25 de Abril. 1974: *Cessar-Fogo em África*. Mem-Martins, Publicações Europa-América, 2001, p. 38. ISBN 972-1-04889-5

³²⁰ Idem

³²¹ MARTELO, David. A situação militar em África nas vésperas do 25 de Abril. 1974: *Cessar-Fogo em África*. Mem-Martins, Publicações Europa-América, 2001, p. 41. ISBN 972-1-04889-5

³²² MARTELO, 2001; pp. 37-42

³²³ CARVALHO, Otelo Saraiva de. De 1954 a 1974: Em que medida a portuguesa história recente contribuiu para a formação do «Movimento dos Capitães». *Alvorada em Abril*. Amadora, Livraria Bertrand, 1977, p. 40. Sem ISBN

³²⁴ SILVA, Zoraide Portela. Guerra Colonial e Independência de Angola: O Fim da Guerra Não é o Fim da Guerra. *Tranversos: Revista de História* [Em linha]. Rio de Janeiro, Universidade do Rio de Janeiro, 2016, vol. 7, número 7, p. 165 [Consultado a 30/12/2019]. Disponível em https://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=6&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKewi8h5abt93mAhXh8OAKHU3XDCcQFjAFegQIBBAC&url=https%3A%2F%2Fwww.e-publicacoes.uerj.br%2Findex.php%2Ftransversos%2Farticle%2Fdownload%2F25600%2F18403&usg=AOvVaw14UJtc_2gsoWjqGN5M_6l

³²⁵ Idem

certa autonomia política administrativa a Angola³²⁶ “(...) no começo da década 70³²⁷, contudo estas mostrariam não ter “(...) resultados práticos ou demasiadamente tardios para que pudessem abrandar o ritmo³²⁸ da Guerra Colonial, que nesta altura já abarcava todas as colónias portuguesas em África. Otelo Saraiva de Carvalho dá conta destes factos, dizendo que Marcelo Caetano, quando substituiu Salazar, “(...) proclama a sua determinação na defesa das colónias³²⁹, não havendo assim qualquer alteração neste campo.³³⁰

António Costa Pinto corrobora as afirmações de Zoraide Portela Silva, dizendo que “Marcelo Caetano herdou um País diferente no Verão de 1968, mais europeu, em termos de trocas económicas, e esboçou inicialmente algum ímpeto liberalizador³³¹, tendo mesmo, em 1962, proposto “(...) a evolução para um federalismo prudente³³², contudo, continua este autor e discordando neste ponto com Zoraide Portela Silva, “(...) quando chegou ao poder, nenhuma alteração foi esboçada na frente colonial, optando-se pelo continuismo da guerra, quer no discurso político quer no empenhamento estratégico³³³. Perante a opção política de Marcelo Caetano de continuar a política colonial seguida pelo seu predecessor, Salazar, António Costa Pinto diz que as pressões internacionais contra Portugal no sentido de este iniciar a sua descolonização continuaram. Um exemplo destas pressões é mostrado por David Martelo, licenciado em Ciências Militares pela Academia Militar, que diz que esta instituição denunciava, com algumas das suas atitudes, a sua “(...) desaprovação face à política ultramarina portuguesa³³⁴, mostrando mesmo um exemplo prático ao dizer que “Em 1 de Julho de 1970, o Papa Paulo VI recebe em audiência três dos principais dirigentes dos movimentos de libertação que combatem Portugal³³⁵, sendo que um destes dirigentes “(...) em

³²⁶ SILVA, Zoraide Portela. Guerra Colonial e Independência de Angola: O Fim da Guerra Não é o Fim da Guerra. *Tranversos: Revista de História* [Em linha]. Rio de Janeiro, Universidade do Rio de Janeiro, 2016, vol. 7, número 7, p. 166 [Consultado a 30/12/2019]. Disponível em https://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=6&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwi8h5abt93mAhXh8OAKHU3XDCCQFjAFegQIBBAC&url=https%3A%2F%2Fwww.e-publicacoes.uerj.br%2Findex.php%2Ftransversos%2Farticle%2Fdownload%2F25600%2F18403&usg=AOvVaw14UJtc_2gsoWjqGN5M_6I

³²⁷ Idem

³²⁸ Idem

³²⁹ CARVALHO, Otelo Saraiva de. De 1954 a 1974: Em que medida a portuguesa história recente contribuiu para a formação do «Movimento dos Capitães». *Alvorada em Abril*. Amadora, Livraria Bertrand, 1977, p. 58. Sem ISBN

³³⁰ SILVA, 2016; pp. 165-166; CARVALHO, 1977; p. 58

³³¹ PINTO, António Costa. A Guerra Colonial e a Cena Internacional: Os Anos de Marcelo Caetano, 1968-1974. *O Fim do Império Português: A Cena Internacional, A Guerra Colonial, e a Descolonização, 1961-1975*. Lisboa, Livros Horizonte, 2001, p. 30. ISBN 972-24-1147-0

³³² Idem

³³³ Idem

³³⁴ MARTELO, David. A situação militar em África nas vésperas do 25 de Abril. *1974: Cessar-Fogo em África*. Mem-Martins, Publicações Europa-América, 2001, p. 47. ISBN 972-1-04889-5

³³⁵ Idem

declarações à imprensa romana, revela que o Santo Padre Ihes manifestara a sua solidariedade para com a luta pela independência”³³⁶. Otelo Saraiva de Carvalho também refere este episódio, embora diferindo na data do mesmo, que aponta para setembro de 1970, dizendo que “Em Setembro, após uma conferência que se efetua em Roma, realizada pelos movimentos de libertação das colónias, o Papa Paulo VI recebe os principais dirigentes nacionalistas africanos (...) Os Padres Brancos, missionários católicos em Moçambique, abandonam a colónia criticando severamente o colonialismo. Parece que a Igreja procura distanciar-se do regime vigente em Portugal”^{337, 338}.

Podemos, face ao que foi analisado, dizer que, apesar das dificuldades pelas quais Portugal passou na Guerra Colonial, quer pela escassez de meios de combate, quer pela opção política de afastar esta realidade da metrópole ou até mesmo a pressão internacional no sentido de Portugal iniciar o processo de descolonização, contra todas as expectativas internacionais, que renunciavam face a este cenário o fim do império colonial português, o Estado Novo conseguiu sempre manter a luta armada, assegurando a manutenção das suas colónias.

Relações entre Portugal e os EUA durante entre 1962 e 1974

Como já vimos, entre 1950 e 1962 as relações entre Portugal e os EUA foram tensas, sendo que a política africanista de Kennedy levou a que os norte-americanos votassem favoravelmente na inscrição do problema da guerra em Angola na ONU, causando uma forte reação portuguesa contra os EUA e levando mesmo ao risco de o acordo da base dos Açores por parte de Salazar não ser renovado, o que levou a que a política norte-americana se passasse a moderar relativamente a esta questão. Perante estas relações tensas, diz António Costa Pinto, “A vitória de Nixon nas eleições presidenciais, em finais de 1968, foi vista como uma bênção por Lisboa”³³⁹, uma vez que este havia “(...) criticado várias vezes a política africana de Kennedy”³⁴⁰, tendo mesmo prometido Nixon, diz António Costa Pinto, em 1969, a Franco Nogueira, então Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, segundo este último, “(...) que nunca se comportaria com Portugal como Kennedy.”³⁴¹

³³⁶ MARTELO, David. A situação militar em África nas vésperas do 25 de Abril. 1974: *Cessar-Fogo em África*. Mem-Martins, Publicações Europa-América, 2001, p. 47. ISBN 972-1-04889-5

³³⁷ CARVALHO, Otelo Saraiva de. De 1954 a 1974: Em que medida a portuguesa história recente contribuiu para a formação do «Movimento dos Capitães». *Alvorada em Abril*. Amadora, Livraria Bertrand, 1977, p. 61. Sem ISBN

³³⁸ PINTO, 2001; p. 30-32; MARTELO, 2001; p. 47; CARVALHO, 1977; p. 61

³³⁹ PINTO, António Costa. A Guerra Colonial e a Cena Internacional: Os Anos de Marcelo Caetano, 1968-1974. *O Fim do Império Português: A Cena Internacional, A Guerra Colonial, e a Descolonização, 1961-1975*. Lisboa, Livros Horizonte, 2001, p. 30. ISBN 972-24-1147-0

³⁴⁰ Idem

³⁴¹ PINTO, António Costa. A Guerra Colonial e a Cena Internacional: Os Anos de Marcelo Caetano, 1968-1974. *O Fim do Império Português: A Cena Internacional, A Guerra Colonial, e a Descolonização, 1961-1975*. Lisboa, Livros Horizonte, 2001, p. 31. ISBN 972-24-1147-0

Segundo António Costa Pinto as relações entre Portugal e os EUA após a entrada de Nixon no poder sofreram imediatas melhorias, tendo o presidente norte-americano tomado várias medidas favoráveis a Portugal tais como “(...) o encerramento de todos os contactos com os movimentos de libertação das colónias portuguesas”³⁴² e o levantamento parcial do “(...) embargo de armas a Portugal, como acto de boa vontade perante a cedência dos Açores”, sendo que deste último ato resultou uma “(...) melhoria de meios das Forças Armadas Portuguesas.”³⁴³ Deve-se notar, diz ainda este autor, que esta melhoria de relações em muito se deve aos esforços de Henry Kissinger, Conselheiro Nacional de Segurança do governo norte-americano durante este período, que via o governo ditatorial português como sendo um importante aliado da NATO na defesa do ocidente e dos territórios africanos contra o comunismo, tendo mesmo partido deste a autoria da ideia do levantamento parcial do embargo de armas imposto a Portugal no contexto da NATO.³⁴⁴

Um exemplo da melhoria de relações entre Portugal e os EUA vem num artigo do New York Times, de 10 de dezembro de 1970, onde se pode ler que “Os Estados Unidos sofreram uma séria erosão de credibilidade com África e o Terceiro Mundo quando se abstiveram enquanto Conselho de Segurança das Nações Unidas em condenar Portugal pela recente invasão da Guiné.”³⁴⁵ De facto, continua este artigo “Os Estados Unidos não podem evitar escolher um lado no grande esforço agora a gradualmente escalar no Sul de África.”³⁴⁶ Vemos assim, de forma clara, que os EUA apoiavam Portugal, evitando qualquer condenação ou moção contra este no seio da ONU, mesmo correndo o risco de incorrer em algum descrédito internacional.

Perante esta nova atitude dos EUA para com Portugal, diz António Costa Pinto, o governo português, que passara como já vimos a ser liderado desde 1968 por Marcelo Caetano, também modificou a sua posição relativamente a acordos com os norte-americanos, tendo encetado, em 1970, contactos com os EUA no sentido de renovar o acordo para a utilização destes dos Açores, sendo que, como vimos, desde 1962 os norte-americanos utilizavam a Base das Lages sem qualquer acordo, na sequência do seu voto positivo na inscrição da questão de Angola na ONU, uma vez que Salazar tinha optado por usar os Açores como forma de pressionar o governo norte-americano a

³⁴² PINTO, António Costa. *A Guerra Colonial e a Cena Internacional: Os Anos de Marcelo Caetano, 1968-1974. O Fim do Império Português: A Cena Internacional, A Guerra Colonial, e a Descolonização, 1961-1975*. Lisboa, Livros Horizonte, 2001, p. 31. ISBN 972-24-1147-0

³⁴³ Idem

³⁴⁴ PINTO, 2001; pp. 30-31

³⁴⁵ ANON (1970). *The United States Abstains* [Em linha]. Nova Iorque New York Times, 10/12/1970, número desconhecido, página desconhecida [Consultado a 22/04/19]. Atualmente disponível no arquivo online da ONU, referência S-0884-0008-12-00001 em <https://search.archives.un.org/guinea-complaint-against-portugal-22-november-1973>

³⁴⁶ Idem

moderar sua posição relativamente às colónias portuguesas. Destas conversas, diz António Costa Pinto, saiu um acordo de uso dos Açores por parte dos EUA de 1971 a 1974, a troco de apoio financeiro a Portugal.³⁴⁷

Podemos, após a análise deste tema, resumir a relação entre Portugal e os EUA a partir de 1962 e 1974, durante a vigência do Estado Novo, em três fases: numa primeira fase, em 1962, as relações foram tensas, colocando mesmo em risco a renovação da Base das Lages devido à política africanista de Kennedy; na segunda fase, entre 1962 e 1968, a política dos EUA face ao colonialismo português moderou-se, isto face à ameaça de não-renovação do acordo da Base das Lages, a qual passou a ser utilizada pelos EUA numa base condicional de tolerância das atividades portuguesas relativamente à manutenção do seu império colonial e; numa terceira fase, que começa em 1968 com a vitória de Nixon até 1974, sendo que nesta fase os EUA e Portugal passam novamente a ter relações amistosas, tendo-se mesmo obtido um acordo formal pelo uso da Base das Lages entre os EUA e Portugal neste período, bem como o fim dos contactos entre os EUA e os movimentos de libertação, bem como o levantamento parcial do embargo de armas que estes tinham decretado a Portugal no contexto da NATO.

³⁴⁷ PINTO, 2001; p. 31

Relações entre Portugal e a ONU entre 1974 e 1975

A situação em Angola aquando do derrube do Estado Novo

Aquando do 25 de abril de 1974, que derruba o Estado Novo, a situação em Angola, dizem Douglas Wheeler e René Pelissier, “(...) tinha atingido aquilo a que se poderia chamar um impasse, o que favorecia Portugal.”³⁴⁸ Os mesmos autores explicam esta afirmação dizendo que os movimentos nacionalistas em Angola estavam confinados “(...) a zonas remotas e fronteiriças, o apoio do MPLA tinha sido reduzido, não havia qualquer atividade rebelde ameaçadora nas zonas urbanas”^{349, 350}

David Martelo reforça a ideia de Douglas Wheeler e René Pelissier, dizendo que “A situação em Angola era (...) substancialmente mais desafogada”³⁵¹, quando comparada com outros cenários em que decorria a Guerra Colonial, isto “(...) apesar da acção de três movimentos de guerrilha distintos (...) FNLA, MPLA e UNITA”³⁵², sendo que, segundo este autor, “No campo estritamente militar (...) a pressão exercida pelo inimigo”³⁵³ em Angola “(...) não causava, por alturas do 25 de Abril, qualquer receio de desaire militar, nem afectava significativamente as principais actividades económicas”³⁵⁴, justificando esta afirmação como a análise da capacidade operacional dos movimentos de libertação neste período e relação entre estes, sendo que neste âmbito “(...) a expressão militar do MPLA encontrava-se extremamente enfraquecida (...) A FNLA (...) era (...) o movimento de maior capacidade operacional, embora localizado na sua área de implantação tradicional (...) A UNITA (...) estava (...) fortemente ativa (...) no Leste de Angola”³⁵⁵, estando, adicionalmente, a FNLA e a UNITA contra o MPLA, empenhando-se “(...) em hostilizar os grupos do MPLA que apareciam nas áreas que melhor controlavam.”³⁵⁶ António Costa Pinto também corrobora esta realidade descrita pelos autores anteriores, dizendo que “No início dos anos 70, a guerra era uma realidade remota para a maioria da

³⁴⁸ WHEELER, Douglas e PELISSIER, René. O Rescaldo Político da Revolta, 1961-70. *História de Angola*. 6ª Edição. Lisboa, Tinta da China, 2016, p.357. ISBN 978-989-671-074-3

³⁴⁹ Idem

³⁵⁰ WHEELER e PELISSIER, 2016; pp. 356-358

³⁵¹ MARTELO, David. A situação militar em África nas vésperas do 25 de Abril. *1974: Cessar-Fogo em África*. Mem-Martins, Publicações Europa-América, 2001, p. 25. ISBN 972-1-04889-5

³⁵² Idem

³⁵³ MARTELO, David. A situação militar em África nas vésperas do 25 de Abril. *1974: Cessar-Fogo em África*. Mem-Martins, Publicações Europa-América, 2001, p. 26. ISBN 972-1-04889-5

³⁵⁴ Idem

³⁵⁵ MARTELO, David. A situação militar em África nas vésperas do 25 de Abril. *1974: Cessar-Fogo em África*. Mem-Martins, Publicações Europa-América, 2001, p. 27. ISBN 972-1-04889-5

³⁵⁶ Idem

população branca em Angola. Omnipresente na visibilidade militar portuguesa, ela nunca atingiu centros urbanos importantes”³⁵⁷ ³⁵⁸.

Podemos afirmar assim que em Angola, apesar do cenário de Guerra Colonial, Portugal encontrava-se neste momento em vantagem face aos movimentos de libertação, uma vez que as atividades económicas em Angola não eram muito afetadas pela guerra, bem como esta se encontrava longe das cidades, fazendo com que nestas a vida decorresse de forma normal.

Contexto internacional em que se insere o derrube do Estado Novo e a subsequente questão sobre a resolução do problema de Angola

Se, como vimos anteriormente, a política dos EUA em relação a África foi sempre pautada por uma baixa prioridade, excetuando o período liderado por Kennedy, dando estes primazia à sua relação com as potências coloniais europeias para que estas não saíssem da NATO, o mesmo não se pode dizer a partir de 1975, altura em que, diz Tiago Moreira de Sá “A política norte-americana para África (...) se alterou (...) por causa de Angola”³⁵⁹, sendo que, continua este autor “(...) o professor Odd Arne Westad apresentou um argumento central para a compreensão desta questão, nomeadamente o de que na viragem da década de 1960 para a de 1970 a Guerra Fria deslocou-se para a África Austral, sobretudo para as colónias portuguesas”³⁶⁰, apresentando dois fatores centrais para esta mudança, a saber “(...) a ascensão na região de uma nova geração de líderes nacionalistas inspirados pela ideologia comunista e o papel internacional crescentemente importante da União Soviética”³⁶¹, o que foi percecionado pelos EUA como uma “(...) crescente ameaça do estabelecimento de regimes pró-soviéticos fora do centro do sistema internacional.”³⁶² De facto, continua Tiago Moreira de Sá, “(...) a renovada ofensiva externa da União Soviética traduziu-se numa nova estratégia para África, consubstanciada num envolvimento a níveis sem precedentes no continente cujo caso mais significativo foi Angola”³⁶³, sendo que para esta nova estratégia “(...) contribuíram (...) o conflito sino-soviético e a subsequente competição político-ideológica entre os dois países comunistas no Terceiro

³⁵⁷ PINTO, António Costa. A Guerra Colonial e a Cena Internacional: A Evolução nas Três Frentes de Combate. *O Fim do Império Português: A Cena Internacional, A Guerra Colonial, e a Descolonização, 1961-1975*. Lisboa, Livros Horizonte, 2011, p. 59. ISBN 972-24-1147-0

³⁵⁸ Martelo, 2001; pp. 25-27; Pinto, 2001; p. 59

³⁵⁹ SÁ, Tiago Moreira de. O Contexto. *Os Estados Unidos e a Descolonização de Angola*, Alfragide, Publicações D. Quixote, 2011, p. 40. ISBN 978-972-20-4522-3

³⁶⁰ Idem

³⁶¹ SÁ, Tiago Moreira de. O Contexto. *Os Estados Unidos e a Descolonização de Angola*, Alfragide, Publicações D. Quixote, 2011, p. 41. ISBN 978-972-20-4522-3

³⁶² Idem

³⁶³ SÁ, Tiago Moreira de. O Contexto. *Os Estados Unidos e a Descolonização de Angola*, Alfragide, Publicações D. Quixote, 2011, pp. 43-44. ISBN 978-972-20-4522-3

Mundo”³⁶⁴ e “(...) a reaproximação entre Moscovo e Havana depois da alteração da política cubana para a América Latina, anteriormente considerada pelo Kremlin como aventureira e perigosa”³⁶⁵.³⁶⁶

A nova estratégia da URSS para Angola e a reação dos EUA

Segundo Tiago Moreira de Sá, desde 1970 que a URSS elaborava “(...) planos de assistência ao MPLA”³⁶⁷, sendo que este movimento de libertação escolheu também “(...) a União Soviética como seu principal aliado externo”³⁶⁸, impossibilitando assim esta relação “(...) qualquer cooperação próxima com a China”³⁶⁹, contudo “(...) entre 1971 e 1973, Moscovo deparou-se com crescentes dificuldades em concretizar a sua vontade de auxiliar o MPLA, em larga medida devido aos problemas internos destes”³⁷⁰, a saber “(...) a sua incapacidade ao nível organizativo, a sua fraca capacidade militar efetiva e (...) a sua divisão em três grupos com outras tantas fontes de apoio”³⁷¹, tendo mesmo “(...) chegado a transferir o seu auxílio (...) e mesmo a cessar quase na totalidade a ajuda material ao movimento.”³⁷² Esta situação só conheceria a sua resolução, continua Tiago Moreira de Sá, “(...) nas vésperas do golpe de Estado militar em Portugal e na sequência dos esforços de Agostinho Neto em Moscovo, contando ainda com o auxílio do Partido Comunista Português”³⁷³, sendo que o líder do MPLA, Agostinho Neto, consegue mesmo, após uma negociação difícil, recuperar o apoio da URSS, embora este somente viesse em larga escala “(...) na segunda metade 1975, após Moscovo e Havana acordarem os seus planos militares para o conflito angolano”³⁷⁴.³⁷⁵

Ao nível interno, diz Tiago Moreira de Sá, “(...) enquanto a União Soviética inaugurava uma fase mais ofensiva da sua política externa, a América viva uma grave crise interna”³⁷⁶, devendo-se isto a uma sucessão de crises que afetaram os EUA, começando pela oposição crescente da opinião pública relativamente à continuidade da guerra contra o Vietname, sendo que o próprio Henry Kissinger, o

³⁶⁴ SÁ, Tiago Moreira de. O Contexto. *Os Estados Unidos e a Descolonização de Angola*, Alfragide, Publicações D. Quixote, 2011, p. 44. ISBN 978-972-20-4522-3

³⁶⁵ Idem

³⁶⁶ SÁ, 2011; pp. 40-46

³⁶⁷ SÁ, Tiago Moreira de. O Contexto. *Os Estados Unidos e a Descolonização de Angola*, Alfragide, Publicações D. Quixote, 2011, p. 47. ISBN 978-972-20-4522-3

³⁶⁸ Idem

³⁶⁹ Idem

³⁷⁰ Idem

³⁷¹ Idem

³⁷² Idem

³⁷³ Idem

³⁷⁴ SÁ, Tiago Moreira de. O Contexto. *Os Estados Unidos e a Descolonização de Angola*, Alfragide, Publicações D. Quixote, 2011, p. 48. ISBN 978-972-20-4522-3

³⁷⁵ SÁ, 2011; pp. 46-48

³⁷⁶ SÁ, Tiago Moreira de. O Contexto. *Os Estados Unidos e a Descolonização de Angola*, Alfragide, Publicações D. Quixote, 2011, p. 48. ISBN 978-972-20-4522-3

Conselheiro Nacional de Segurança do governo norte-americano em funções neste período, diz Tiago Moreira de Sá, disse mesmo que “(...) toda a estrutura moral dos EUA estava a ser «desfeita nas montanhas agrestes e nos arrozais inundados do Vietname»³⁷⁷, levando mesmo, continua este autor, à divisão da opinião pública dos “(...) norte-americanos (...) entre liberais”³⁷⁸, os quais exigiam “(...) não só a saída imediata daquela região com, nos casos mais extremos, a própria retirada da América do mundo”³⁷⁹, “(...) e conservadores”³⁸⁰, que “(...) exigiam (...) um maior empenho dos EUA no exterior, sobretudo no seu combate contra o comunismo”³⁸¹, sendo que a guerra do Vietname teve ainda o efeito de dividir “(...) os próprios republicanos a dois níveis (...) dentro da administração e do partido”³⁸², levando a uma luta pelo poder interna. A outra grande crise dos EUA, aponta Tiago Moreira de Sá, foram os “(...) desenvolvimentos do «caso Watergate», que polarizaram o país e acabaram por se refletir na sua posição no exterior”³⁸³, tendo levado este a “(...) um conflito entre o poder executivo e o legislativo”³⁸⁴, que culminaria na renúncia de Richard Nixon “(...) em Agosto de 1974”³⁸⁵ e a sua substituição “(...) por Gerald Ford, um presidente não-eleito”^{386, 387}.

Ao nível da política externa dos EUA no que se refere à Guerra Fria, diz Tiago Moreira de Sá que “Todas estas divisões e conflitos acabaram por se refletir na política soviética das administrações Nixon e Ford, gerando uma séria crise em torno da *Détente* bipolar, cujo fim era primariamente, para os EUA, assegurar a colaboração da URSS para “(...) o fim da guerra do Vietname”³⁸⁸, mas tinha também outros objetivos, continua este autor, a saber: (1) a gestão da “(...) balança global de poder em mudança”³⁸⁹; (2) “(...) ajustar o país à realidade do crescente poder soviético e da paridade estratégica nuclear”³⁹⁰; (3) “(...) minimizar a confrontação nas áreas marginais do relacionamento Leste-Oeste e providenciar possíveis alternativas nas questões principais”³⁹¹ e (4) “(...) ganhar

³⁷⁷ Sá, Tiago Moreira de. O Contexto. *Os Estados Unidos e a Descolonização de Angola*, Alfragide, Publicações D. Quixote, 2011, p. 49. ISBN 978-972-20-4522-3

³⁷⁸ Idem

³⁷⁹ Idem

³⁸⁰ Idem

³⁸¹ Idem

³⁸² Idem

³⁸³ Idem

³⁸⁴ Sá, Tiago Moreira de. O Contexto. *Os Estados Unidos e a Descolonização de Angola*, Alfragide, Publicações D. Quixote, 2011, p. 50. ISBN 978-972-20-4522-3

³⁸⁵ Idem

³⁸⁶ Idem

³⁸⁷ Sá, 2011; pp. 48-50

³⁸⁸ Sá, Tiago Moreira de. O Contexto. *Os Estados Unidos e a Descolonização de Angola*, Alfragide, Publicações D. Quixote, 2011, pp. 51-52. ISBN 978-972-20-4522-3

³⁸⁹ Sá, Tiago Moreira de. O Contexto. *Os Estados Unidos e a Descolonização de Angola*, Alfragide, Publicações D. Quixote, 2011, p. 52. ISBN 978-972-20-4522-3

³⁹⁰ Idem

³⁹¹ Idem

capacidade diplomática”³⁹². As consequências das sucessivas crises internas nos EUA, associadas ao renovado esforço ofensivo ao nível da difusão do comunismo, previamente mencionado, diz Tiago Moreira de Sá, foi “(...) o declínio da *Détente* bipolar”³⁹³, pondo fim ao esforço de ambas as partes em reduzir a tensão mundial.³⁹⁴

As consequências do contexto mundial na questão de Angola após o derrube do Estado Novo

O envolvimento da China e da URSS

Segundo Tiago Moreira de Sá “(...) a China interveio nos assuntos angolanos muito cedo, tendo mesmo sido a primeira potência exterior ao continente africano a fazê-lo”³⁹⁵, tendo, imediatamente após o 25 de abril, reforçado o seu envolvimento nesta colónia. Relativamente à URSS, Tiago Moreira de Sá diz que esta seguiu a mesma ideia que a China, intensificando a sua política ofensiva em Angola, sobretudo a partir de 1975, com o envio de apoios para o MPLA, uma postura que continuaria após os Acordos de Alvor.³⁹⁶

O envolvimento dos EUA

A reação inicial dos EUA ao derrube do Estado Novo foi, diz Tiago Moreira de Sá, de indiferença, e, no caso de Angola, até mesmo de “(...) desconhecimento (...) relativamente ao que se passava”³⁹⁷ neste território, devendo-se esta reação, considera este autor, a uma maior preocupação no plano interno com as crises que se viviam, o “(...) facto que a revolução portuguesa”³⁹⁸ apanhou o governo norte-americano “(...) de surpresa”³⁹⁹ e o otimismo do mesmo “(...) relativamente ao evoluir dos acontecimentos”⁴⁰⁰ no imediato pós-25 de abril.⁴⁰¹

³⁹² Sá, Tiago Moreira de. O Contexto. *Os Estados Unidos e a Descolonização de Angola*, Alfragide, Publicações D. Quixote, 2011, p. 52. ISBN 978-972-20-4522-3

³⁹³ Sá, Tiago Moreira de. O Contexto. *Os Estados Unidos e a Descolonização de Angola*, Alfragide, Publicações D. Quixote, 2011, p. 59. ISBN 978-972-20-4522-3

³⁹⁴ Sá, 2011; pp. 51-59

³⁹⁵ Sá, Tiago Moreira de. A indiferença. *Os Estados Unidos e a Descolonização de Angola*. Alfragide, Publicações D. Quixote, 2011, pp. 79-80. ISBN 978-972-20-4522-3

³⁹⁶ Sá, 2011; pp. 79-81 e 149

³⁹⁷ Sá, Tiago Moreira de. A indiferença. *Os Estados Unidos e a Descolonização de Angola*. Alfragide, Publicações D. Quixote, 2011, p. 68. ISBN 978-972-20-4522-3

³⁹⁸ Idem

³⁹⁹ Idem

⁴⁰⁰ Sá, Tiago Moreira de. A indiferença. *Os Estados Unidos e a Descolonização de Angola*. Alfragide, Publicações D. Quixote, 2011, p. 69. ISBN 978-972-20-4522-3

⁴⁰¹ Sá, 2011; pp. 67-69

Se no imediato pós-25 de abril os EUA adotaram uma política de indiferença relativamente à questão de Angola, após o Acordo de Alvor, no qual “(...) os norte-americanos nunca acreditaram”⁴⁰², e incitados também pela maior atividade da URSS neste território, “Washington reparou finalmente que Angola existia e pela primeira vez desde o golpe de Estado militar em Portugal envolveu-se nos assuntos do território, ainda que de forma pouco significativa”⁴⁰³, apoiando a FNLA financeiramente mas não adotando “(...) desde logo uma política para Angola.”⁴⁰⁴ Esta postura seria uma vez mais alterada pelo receio que, face ao cada vez maior apoio da URSS e reduzido apoio dos EUA, os países africanos concluíssem que estes haviam abandonado a região, dando início a uma fase mais ofensiva, “A «Operação IAfeature»”⁴⁰⁵, um programa secreto levado a cabo pela CIA que consistia “(...) em três tipos de medidas: 1) apoio económico à FNLA e à UNITA (...) destinados a treinar, equipar e transportar as tropas destes movimentos; 2) o fornecimento de equipamento militar; 3) o recrutamento de mercenários para servirem como conselheiros militares da FNLA e da UNITA”⁴⁰⁶.⁴⁰⁷

Fatores que levaram ao derrube do Estado Novo

Fatores internos

Segundo Fernando Rosas, um dos grandes fatores que levariam ao fim do Estado Novo foi a Guerra Colonial, que causou mau estar quer na sociedade civil, quer entre as Forças Armadas. Referindo-se à sociedade civil, este autor diz que já em 1973, tendo “(...) como pano de fundo um nítido agravamento da situação económica e (...) do clima social”⁴⁰⁸, dá-se uma “(...) radicalização das oposições e a reunificação dos seus setores tradicionais”⁴⁰⁹, nomeando mesmo dois setores onde esta radicalização ocorre, nomeadamente: por parte da oposição política por parte do PS e PCP, que passam a defender “(...) abertamente o fim da guerra colonial e o início de negociações com vista à

⁴⁰² SÁ, Tiago Moreira de. A Fase Defensiva. *Os Estados Unidos e a Descolonização de Angola*. Alfragide, Publicações D. Quixote, 2011, p. 139. ISBN 978-972-20-4522-3

⁴⁰³ Idem

⁴⁰⁴ SÁ, Tiago Moreira de. A Fase Defensiva. *Os Estados Unidos e a Descolonização de Angola*. Alfragide, Publicações D. Quixote, 2011, p. 151. ISBN 978-972-20-4522-3

⁴⁰⁵ SÁ, Tiago Moreira de. A Fase Ofensiva. *Os Estados Unidos e a Descolonização de Angola*. Alfragide, Publicações D. Quixote, 2011, p. 211. ISBN 978-972-20-4522-3

⁴⁰⁶ SÁ, Tiago Moreira de. A Fase Ofensiva. *Os Estados Unidos e a Descolonização de Angola*. Alfragide, Publicações D. Quixote, 2011, pp. 214-215. ISBN 978-972-20-4522-3

⁴⁰⁷ SÁ, 2011; pp. 139-157 e 205-220

⁴⁰⁸ ROSAS, Fernando. Marcelismo: A Liberalização Tardia: A Desagregação Final. *História de Portugal*. MATTOSO, José (direção). Lisboa, Círculo de Leitores, 2014, vol. 7, p. 612. ISBN 978-972-42-4919-3

⁴⁰⁹ Idem

concessão da independência⁴¹⁰ e; “(...) a contestação dos católicos progressistas, através da sua propaganda anticolonial clandestina e até do apoio de parte deles às acções armadas.”⁴¹¹

Maria Inácia Rezola reforça o cenário económico e social referido por Fernando Rosas que se vivia aquando do fim do Estado Novo, dizendo que “(...) o impacto da crise petrolífera de 1973 deixa patentes as debilidades e deficiências estruturais da economia portuguesa”, sendo que o Estado Novo havia caído “(...) num impasse, sem respostas para fazer face à crise que se abria em todas”⁴¹² as “(...) frentes: as finanças, as Forças Armadas, a guerra, a agitação social e política, o crescente isolamento internacional.”⁴¹³ Este tema é aprofundado por Rui Ramos, que diz que ao nível económico, consequência da liberalização “(...) em 1963”⁴¹⁴ da “(...) circulação de bens e capitais, embora regulada”⁴¹⁵ levou a “(...) grandes défices na balança de pagamentos de Angola e Moçambique”⁴¹⁶, levando Marcelo Caetano a restringir, em 1972, “(...) as exportações portuguesas para o Ultramar e o movimento de divisas para o exterior”⁴¹⁷, resultando desta medida um afastamento entre a metrópole (Portugal) e as suas colónias. Sobre as alterações sociais Rui Ramos considera que a sociedade se havia transformado a vários níveis, nomeadamente: para começar pelo abandono do meio rural em prol da vida no meio urbano, o que resultou numa “(...) transformação radical de valores”; surge o “(...) «Catolicismo progressista»”⁴¹⁸, que “(...) serviu de canal para jovens de classe média se afastarem do regime, da hierarquia eclesiástica e de qualquer conservadorismo”⁴¹⁹ e, por fim; a oposição política ao Estado Novo altera-se, surgindo uma “(...) nova extrema-esquerda”⁴²⁰ alternativa ao PCP e relativamente desconhecida pela PIDE. Tudo isto,

⁴¹⁰ ROSAS, Fernando. Marcelismo: A Liberalização Tardia: A Desagregação Final. *História de Portugal*. MATTOSO, José (direção). Lisboa, Círculo de Leitores, 2014, vol. 7, p. 612. ISBN 978-972-42-4919-3

⁴¹¹ Idem

⁴¹² REZOLA, Maria Inácia. Os Capitães: Uma Revolução na Forja. *O Dia da Liberdade: 25 de Abril de 1974*. LAURET, Pedro (coordenação). Vila do Conde, Editora Verso da História, 2015, p. 19. ISBN 978-989-9937-74-1

⁴¹³ Idem

⁴¹⁴ RAMOS, Rui. O segundo salazarismo: A Guerra Fria, a industrialização e as guerras em África (1945-1974): O marcelismo (1968-1974). *História de Portugal*. 7ª Edição. VASCONCELOS, Bernardo e MONTEIRO, Nuno Gonçalves. Lisboa, A Esfera dos Livros, 2012, p. 702

⁴¹⁵ Idem

⁴¹⁶ Idem

⁴¹⁷ Idem

⁴¹⁸ Idem

⁴¹⁹ RAMOS, Rui (2012) [Edição Original 2009], “O segundo salazarismo: A Guerra Fria, a industrialização e as guerras em África (1945-1974): O marcelismo (1968-1974)”, *História de Portugal*, coordenado por Rui Ramos, Lisboa, A Esfera dos Livros, p. 703. ISBN 978-989-626-366-9

⁴²⁰ Idem

continua Rui Ramos, indo de encontro à ideia de Maria Inácia Rezola, derivou do “(...) choque de petróleo e a agitação militar no Outono de 1973”^{421, 422}

Fernando Rosas, referindo-se agora à relação entre o Estado Novo e as Forças Armadas, diz que “(...) desde 1972 (...) Caetano incompatibiliza-se com Spínola – que tem o apoio do chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, Costa Gomes – (...) ao bloquear as suas tentativas de entendimento com o PAIGC na Guiné”⁴²³, situação que tentaria remediar nomeando Spínola “(...) vice-chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, um cargo inventado para ele”⁴²⁴. Seria, contudo, continua Fernando Rosas, o próprio Spínola a incentivar as Forças Armadas a quererem colocar um fim à Guerra Colonial, isto através da publicação do livro *Portugal e o Futuro*, o qual deixava, continua este autor, em evidência “(...) duas coisas essenciais”: “A primeira é que o livro de Spínola (...) proclamava ao mundo (...) que a guerra estava perdida”⁴²⁵, retirando assim “(...) ao exército qualquer remanescente vontade de combater”⁴²⁶, bem como; o livro *Portugal e o Futuro* constituiu “(...) a legitimação política final, o sinal verde para o «movimento dos capitães» passar à acção e a formalização da aparência de Spínola como o seu chefe”⁴²⁷. De facto, continua Fernando Rosas, o próprio Spínola e até mesmo Costa Gomes demitir-se-iam na sequência da publicação desta obra, recusando jurar lealdade ao regime liderado por Marcelo Caetano. Maria Inácia Rezola reforça a ideia da importância do livro *Portugal e o Futuro* de Spínola no derrube do Estado Novo, dizendo que com a publicação desta obra “Os capitães, que há muito conspiravam, aceleram os preparativos para o golpe de Estado”⁴²⁸, bem como concorda com a ideia de Fernando Rosas sobre a incompatibilidade entre Marcelo Caetano e Spínola, dizendo que este último, “(...) ao ver gorados os seus esforços de desenvolvimento de conversações com o (...) PAIGC (...) o governador e comandante-chefe das Forças Armadas na Guiné incompatibiliza-se com Marcelo Caetano”⁴²⁹, uma vez que considerava a guerra perdida em termos militares.⁴³⁰

⁴²¹ RAMOS, Rui (2012) [Edição Original 2009], “O segundo salazarismo: A Guerra Fria, a industrialização e as guerras em África (1945-1974): O marcelismo (1968-1974)”, *História de Portugal*, coordenado por Rui Ramos, Lisboa, A Esfera dos Livros, p. 704. ISBN 978-989-626-366-9

⁴²² REZOLA, 2015; p. 19; RAMOS, 2012; pp. 702-704

⁴²³ ROSAS, Fernando. Marcelismo: A Liberalização Tardia: A Desagregação Final. *História de Portugal*. MATTOSO, José (direção). Lisboa, Círculo de Leitores, 2014, vol. 7, p. 613. ISBN 978-972-42-4919-3

⁴²⁴ Idem

⁴²⁵ ROSAS, Fernando. Marcelismo: A Liberalização Tardia: A Desagregação Final. *História de Portugal*. MATTOSO, José (direção). Lisboa, Círculo de Leitores, 2014, vol. 7, p. 614. ISBN 978-972-42-4919-3

⁴²⁶ Idem

⁴²⁷ Idem

⁴²⁸ REZOLA, Maria Inácia. Os Capitães: Uma Revolução na Forja. *O Dia da Liberdade: 25 de Abril de 1974*. LAURET, Pedro (coordenação). Vila do Conde, Editora Verso da História, 2015, p. 19. ISBN 978-989-9937-74-1

⁴²⁹ REZOLA, Maria Inácia. Os Capitães: Uma Revolução na Forja. *O Dia da Liberdade: 25 de Abril de 1974*. LAURET, Pedro (coordenação). Vila do Conde, Editora Verso da História, 2015, p. 22. ISBN 978-989-9937-74-1

⁴³⁰ ROSAS, 2014; pp. 613-614; REZOLA, 2015; p. 22

Sobre o impacto do livro Portugal e o Futuro, Otelo Saraiva de Carvalho diz, discordando com os autores anteriormente mencionados, que este foi tal que, sucedesse o que sucedesse a partir da publicação do mesmo “(...) ninguém mais tarde deixaria de considerar ter sido Spínola o verdadeiro cérebro e mentor do Movimento e a sua obra recente o farol de luz vivíssima que alumiará os jovens oficiais e os guiara a bom porto, quando o que realmente acontecia era precisamente o contrário; o Movimento caminhava seguro e firme, sem precisar e sem recorrer ao conselho político do general em qualquer definição do seu ideário.”⁴³¹

Sobre o movimento dos capitães Fernando Rosas fornece o contexto sobre o qual este foi criado e a sua evolução, dizendo que este foi fundado como forma “(...) de protesto contra um decreto de Julho de 1973 que os prejudicava nas suas possibilidades de progressão de carreira em benefício dos oficiais milicianos”⁴³², contudo, apesar da posterior suspensão desta lei, o movimento já não parou, considerando “(...) que era necessária uma «solução política» para pôr termo à guerra (...) não aceitando prolongar o fardo que ela (...) para eles representara”.⁴³³

Maria Inácia Rezola reforça e aprofunda a ideia de Fernando Rosas sobre as origens do movimento dos capitães, dizendo que este foi criado para responder ao “(...) Decreto-Lei 353/73”⁴³⁴, de “(...) 13 de julho”⁴³⁵, o qual permitia “(...) a passagem dos oficiais do Quadro Especial ao Quadro Permanente (...) das armas de infantaria, mediante a frequência de um curso intensivo de dois semestres”⁴³⁶ e que visava “(...) minimizar o grave problema da falta de candidatos à Academia Militar e, conseqüentemente, de oficiais na frente de combate em África.”⁴³⁷ Esta também aprofunda a ideia de Fernando Rosas sobre a evolução deste movimento, dizendo que “(...) as questões profissionais e do prestígio”⁴³⁸ das Forças Armadas, que nunca foram resolvidas apesar da suspensão do Decreto-Lei 353/73, acabaram “(...) por funcionar como elemento aglutinador para uma classe despolitizada e pouco dada a atos de insubordinação, permitindo (...) o alargamento do movimento

⁴³¹ CARVALHO, Otelo Saraiva de. A penúltima gota do cálice ou como os capitães entram em cólera. *Alvorada em Abril*. Amadora, Livraria Bertrand, 1977, p. 217. Sem ISBN

⁴³² ROSAS, Fernando. Marcelismo: A Liberalização Tardia: A Desagregação Final. *História de Portugal*. MATTOSO, José (direção). Lisboa, Círculo de Leitores, 2014, vol. 7, p. 614. ISBN 978-972-42-4919-3

⁴³³ Idem

⁴³⁴ REZOLA, Maria Inácia. Os Capitães: Uma Revolução na Forja. *O Dia da Liberdade: 25 de Abril de 1974*.

LAURET, Pedro (coordenação). Vila do Conde, Editora Verso da História, 2015, p. 21. ISBN 978-989-9937-74-1

⁴³⁵ Idem

⁴³⁶ Idem

⁴³⁷ Idem

⁴³⁸ REZOLA, Maria Inácia. Os Capitães: Uma Revolução na Forja. *O Dia da Liberdade: 25 de Abril de 1974*.

LAURET, Pedro (coordenação). Vila do Conde, Editora Verso da História, 2015, p. 22. ISBN 978-989-9937-74-1

contestatário”⁴³⁹, levando a que o movimento dos capitães fosse “(...) sujeito a um progressivo processo de politização que altera radicalmente a sua essência”⁴⁴⁰.⁴⁴¹

Otelo Saraiva de Carvalho, que na altura se encontrava em missão na Guiné, faz alusão ao impacto do Decreto-Lei 353/73, dizendo que é recebida, ainda antes da aprovação deste decreto, no “(...) Quartel-General do Comando Territorial Independente da Guiné”⁴⁴², uma circular com “(...) um título estranho e alarmante em *assunto*: «Entrada de oficiais do QEO para os QP, através de uma frequência de cursos intensivos na Academia Militar»”⁴⁴³. Otelo Saraiva de Carvalho diz mesmo que a aprovação deste decreto se tornou “(...) o verdadeiro rastilho para a criação do Movimento dos Capitães”⁴⁴⁴, um movimento que cresceria de tal forma que, diz Otelo, Marcelo Caetano, em entrevista já no exílio, no Brasil, assumiu mesmo que “(...) O movimento foi organizado com todo o segredo. Ou pelo menos com a cumplicidade de muitos responsáveis da hierarquia militar”⁴⁴⁵, pelo que, face ao número de oficiais em todas as colónias que haviam aderido ao mesmo, “Nenhuma das pessoas com quem conversei sobre o assunto julgou possível proceder disciplinarmente contra tantos oficiais – praticamente todos os do quadro”⁴⁴⁶.⁴⁴⁷

Otelo Saraiva de Carvalho explica também, com algum detalhe, as razões que levaram à continuidade do Movimento dos Capitães mesmo após a suspensão do Decreto-Lei 353/73, nomeadamente: “A desconfiança em relação aos chefes nomeados pelo poder”⁴⁴⁸; o “(...) salto qualitativo de consciencialização política que impedia a estagnação da luta”⁴⁴⁹; “(...) os decretos não tinham sido derogados”⁴⁵⁰ conforme era a intenção do Movimento dos Capitães, podendo haver um retrocesso por parte do Estado Novo, e; “(...) não abdicávamos de nos mantermos como força de pressão para que as autoridades militares tomassem em suas mãos e resolvessem a contento os

⁴³⁹ REZOLA, Maria Inácia. Os Capitães: Uma Revolução na Forja. *O Dia da Liberdade: 25 de Abril de 1974*.

LAURET, Pedro (coordenação). Vila do Conde, Editora Verso da História, 2015, p. 22. ISBN 978-989-9937-74-1

⁴⁴⁰ REZOLA, Maria Inácia. Os Capitães: Uma Revolução na Forja. *O Dia da Liberdade: 25 de Abril de 1974*.

LAURET, Pedro (coordenação). Vila do Conde, Editora Verso da História, 2015, p. 24. ISBN 978-989-9937-74-1

⁴⁴¹ REZOLA, 2015; pp. 20-24

⁴⁴² CARVALHO, Otelo Saraiva de. A penúltima gota do cálice ou como os capitães entram em cólera. *Alvorada em Abril*, Amadora, Livraria Bertrand, 1977, p. 127. Sem ISBN

⁴⁴³ Idem

⁴⁴⁴ CARVALHO, Otelo Saraiva de. A penúltima gota do cálice ou como os capitães entram em cólera. *Alvorada em Abril*, Amadora, Livraria Bertrand, 1977, p. 128. Sem ISBN

⁴⁴⁵ Carvalho, Otelo Saraiva de. A penúltima gota do cálice ou como os capitães entram em cólera. *Alvorada em Abril*. Amadora, Livraria Bertrand, 1977, p. 141. Sem ISBN

⁴⁴⁶ Carvalho, Otelo Saraiva de. A penúltima gota do cálice ou como os capitães entram em cólera. *Alvorada em Abril*. Amadora, Livraria Bertrand, 1977, p. 142. Sem ISBN

⁴⁴⁷ Otelo, 1977; pp. 127-142

⁴⁴⁸ Carvalho, Otelo Saraiva de. A penúltima gota do cálice ou como os capitães entram em cólera. *Alvorada em Abril*. Amadora, Livraria Bertrand, 1977, p. 149. Sem ISBN

⁴⁴⁹ Idem

⁴⁵⁰ Idem

casos de agressão por agentes da PSP (...) sobre oficiais do Exército e da Armada, devidamente identificados, de que tínhamos conhecimento e que haviam sido participados superiormente.”⁴⁵¹

Zoraide Portela Silva elabora com algum detalhe a temática dos impactos da Guerra Colonial na economia portuguesa e nas Forças Armadas, ajudando-nos a compreender as causas que levaram ao cansaço desta instituição da Guerra Colonial, sendo que segundo esta autora “O processo que culminou na derrubada do governo português em abril de 1974”⁴⁵² foi “(...) impulsionado pela guerra colonial”⁴⁵³, a qual trouxe problemas a Portugal ao nível interno, sendo estes: (1) “(...) os gastos destinados à manutenção do aparato militar nas colónias portuguesas somavam suntuosas fatias do orçamento nacional, chegando a reter 50% das despesas públicas”⁴⁵⁴; (2) a “(...) precariedade da assistência dada aos regressados de África, não raras vezes com sérias sequelas físicas e psicológicas, ou às famílias daqueles que não regressariam”⁴⁵⁵; (3) “(...) a necessidade constante de formação de novos quadros dirigentes desagradava aos segmentos mais antigos do Exército, a exemplo dos Decretos-Lei n.º 353 e 409 de 1973, que fazia com que os quadros complementares ascendessem à oficialidade média mais rapidamente que os alunos da Academia Militar, ou seja, os militares carreiristas.”⁴⁵⁶

Sobre o impacto do cansaço da Guerra Colonial na decisão de derrubar o Estado Novo, Otelo Saraiva de Carvalho diz que um período de “Dois anos (...) de estuporada guerra colonial”⁴⁵⁷, desde o seu começo, haviam deixado “(...) em muitos de nós marcas profundas”⁴⁵⁸, levando mesmo ao início

⁴⁵¹ Carvalho, Otelo Saraiva de. A penúltima gota do cálice ou como os capitães entram em cólera. *Alvorada em Abril*. Amadora, Livraria Bertrand, 1977, p. 149. Sem ISBN

⁴⁵² SILVA, Zoraide Portela. Guerra Colonial e Independência de Angola: O Fim da Guerra Não é o Fim da Guerra. *Tranversos: Revista de História* [Em linha] Rio de Janeiro, Universidade do Rio de Janeiro, 2016, vol. 7, número 7, p. 166 [Consultado a 30/12/2019]. Disponível em https://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=6&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwi8h5abt93mAhXh8OAKHU3XDCCQFjAFegQIBBAC&url=https%3A%2F%2Fwww.e-publicacoes.uerj.br%2Findex.php%2Ftransversos%2Farticle%2Fdownload%2F25600%2F18403&usg=AOvVaw14UJtc_2gsoWjqGN5M_6I

⁴⁵³ Idem

⁴⁵⁴ Idem

⁴⁵⁵ SILVA, Zoraide Portela. Guerra Colonial e Independência de Angola: O Fim da Guerra Não é o Fim da Guerra. *Tranversos: Revista de História* [Em linha] Rio de Janeiro, Universidade do Rio de Janeiro, 2016, vol. 7, número 7, p. 170 [Consultado a 30/12/2019]. Disponível em https://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=6&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwi8h5abt93mAhXh8OAKHU3XDCCQFjAFegQIBBAC&url=https%3A%2F%2Fwww.e-publicacoes.uerj.br%2Findex.php%2Ftransversos%2Farticle%2Fdownload%2F25600%2F18403&usg=AOvVaw14UJtc_2gsoWjqGN5M_6I

⁴⁵⁶ Idem

⁴⁵⁷ Carvalho, Otelo Saraiva de. De 1954 a 1974: Em que medida a portuguesa história recente contribuiu para a formação do «Movimento dos Capitães». *Alvorada em Abril*. Amadora, Livraria Bertrand, 1977, p. 47. Sem ISBN

⁴⁵⁸ Idem

da discussão “(...) acerca da necessidade, oportunidade e condições para a realização de um golpe de Estado, conduzido por militares, visando o derrube do Governo de Salazar”⁴⁵⁹, uma ideia irrealista nesta altura, mas que ganharia nova força em 1973 e que culminaria no 25 de abril de 1974.

Face ao que foi analisado, podemos concluir que o fim do Estado Novo, ao nível interno, nasce de um conjunto de fatores sociais e económicos, consequência das alterações que decorrem neste período, mas o fator mais determinante para o seu final foi a continuação da Guerra Colonial, que é resumido de forma sintética e clara por José Medeiros Ferreira que diz que “Como circunstâncias detonadoras do derrube do regime político, havia o cansaço da guerra por parte dos oficiais das Forças Armadas, a alteração das regras de acesso à carreira militar, a constituição do MFA, o mal-estar provocado pelas demissões dos generais Costa Gomes e António de Spínola (...) no seguimento da publicação do livro (...) *Portugal e o futuro*.”⁴⁶⁰

Fatores externos

Zoraide Portela Silva refere o cenário ao nível externo que também ajudou no derrube do Estado Novo em Portugal, sendo que “No âmbito internacional, as pressões que surgiram a partir da ONU quanto ao colonialismo português (...) foram acrescidas de um paulatino esfriamento de relações com antigas parcerias face à estridente negativa portuguesa em abrandar o seu posicionamento em relação à Guerra Africana”⁴⁶¹. Exemplo destas pressões no sentido da descolonização é dado por Tiago Moreira de Sá, que diz que “Logo após o 25 de Abril”⁴⁶² a ONU “(...) incitou Portugal a reconhecer «o direito à autodeterminação e à independência dos seus territórios ultramarino» e a iniciar «negociações com os movimentos de libertação africanos» com vista ao «restabelecimento sem demora da paz»”⁴⁶³, estabelecendo mesmo uma forte pressão nesse sentido.⁴⁶⁴

⁴⁵⁹ CARVALHO, Otelo Saraiva de. De 1954 a 1974: Em que medida a portuguesa história recente contribuiu para a formação do «Movimento dos Capitães». *Alvorada em Abril*. Amadora, Livraria Bertrand, 1977, p. 47. Sem ISBN

⁴⁶⁰ FERREIRA, José Medeiros. Do Golpe de Estado à Revolução. *História de Portugal*. MATTOSO, José (direção). Lisboa, Círculo de Leitores, 2014, vol. 8, p.18. ISBN 978-972-42-4919-3

⁴⁶¹ SILVA, Zoraide Portela. Guerra Colonial e Independência de Angola: O Fim da Guerra Não é o Fim da Guerra. *Tranversos: Revista de História* [Em linha] Rio de Janeiro, Universidade do Rio de Janeiro, 2016, vol. 7, número 7, p. 166 [Consultado a 30/12/2019]. Disponível em https://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=6&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwi8h5abt93mAhXh8OAKHU3XDCCQFjAFegQIBBAC&url=https%3A%2F%2Fwww.e-publicacoes.uerj.br%2Findex.php%2Ftranversos%2Farticle%2Fdownload%2F25600%2F18403&usg=AOvVaw14UJtc_2gsoWjgGN5M_6I

⁴⁶² SÁ, Tiago Moreira de. A indiferença. *Os Estados Unidos e a Descolonização de Angola*. Alfragide, Publicações D. Quixote, 2011, p. 103. ISBN 978-972-20-4522-3

⁴⁶³ Idem

⁴⁶⁴ SILVA, 2016; p. 166; SÁ, 2011; p. 103-104

Consequências do derrube do Estado Novo nas relações entre Portugal e Angola

O fim do Estado Novo veio alterar a relação que Portugal mantinha com a sua colónia de Angola, sendo que, segundo Feliciano Paulo Agostinho, estas alterações traduziram-se na indefinição da política colonial que Portugal deveria adotar a partir de 25 de abril de 1974, havendo duas correntes em confronto, a saber: a do MFA, responsável pelo golpe que derrubou o Estado Novo, que introduz “(...) o programa de descolonização das colónias”⁴⁶⁵ de forma total e completa, ideia suportada pela “(...) generalidade dos partidos portugueses”⁴⁶⁶ e; a ideia defendida por Spínola, “Presidente da República indigitado”⁴⁶⁷, que “(...) defendia a continuação de uma certa forma de autoridade sobre um império federado”⁴⁶⁸. A esta situação, continua Feliciano Paulo Agostinho, acrescentam-se outras duas a nível interno, sendo que: por um lado os militares em Angola não pretendiam continuar a guerra e voltar para casa, uma vez que para eles a independência de Angola era um dado adquirido e; deu-se um “(...) êxodo da maior parte dos colonos residentes portugueses e estrangeiros”⁴⁶⁹ residentes em Angola. Zoraide Portela Silva corrobora as ideias de Feliciano Paulo Agostinho, dizendo que “O problema colonial, que esteve no cerne do MFA, também foi o elemento que trouxe maiores divergências no seio do governo recém-instalado”⁴⁷⁰, sendo que “A cúpula da JSN”⁴⁷¹, ou seja, o governo recém-eleito e constituído, na “(...) sua maior parte, por generais e oficiais de primeiro escalão do Exército, entre eles o próprio Spínola”⁴⁷², “(...) e o MFA não entraram em um consenso fácil quanto às medidas mais imediatas na questão da guerra travada em Angola”^{473, 474}.

⁴⁶⁵ AGOSTINHO, Feliciano Paulo. *Guerra em Angola: As Heranças da Luta de Libertação e a Guerra Civil: A Luta Armada* [Em linha]. Dissertação de mestrado, Academia Militar, 2011, p. 28 [Consultada a 30/12/19]. disponível em [https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/11546/2/Guerra%20 em Angola.pdf](https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/11546/2/Guerra%20em%20Angola.pdf)

⁴⁶⁶ Idem

⁴⁶⁷ Idem

⁴⁶⁸ Idem

⁴⁶⁹ AGOSTINHO, Feliciano Paulo. *Guerra em Angola: As Heranças da Luta de Libertação e a Guerra Civil: A Luta Armada* [Em linha]. Dissertação de mestrado, Academia Militar, 2011, p. 29 [Consultada a 30/12/19]. disponível em [https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/11546/2/Guerra%20 em Angola.pdf](https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/11546/2/Guerra%20em%20Angola.pdf)

⁴⁷⁰ SILVA, Zoraide Portela. *Guerra Colonial e Independência de Angola: O Fim da Guerra Não é o Fim da Guerra. Transversos: Revista de História* [Em linha] Rio de Janeiro, Universidade do Rio de Janeiro, 2016, vol. 7, número 7, p. 171 [Consultado a 30/12/2019]. Disponível em https://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=6&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKewi8h5abt93mAhXh8OAKHU3XDCCQFjAFegQIBBAC&url=https%3A%2F%2Fwww.e-publicacoes.uerj.br%2Findex.php%2Ftransversos%2Farticle%2Fdownload%2F25600%2F18403&usg=AOvVaw14UJtc_2gsoWjqGN5M_6I

⁴⁷¹ Idem

⁴⁷² Idem

⁴⁷³ Idem

⁴⁷⁴ AGOSTINHO, 2011; pp. 28-29; SILVA, 2016; p. 171

António Costa Pinto corrobora as ideias dos autores anteriormente referidos, dizendo que “A questão colonial esteve na origem do primeiro conflito entre Spínola e o MFA, durante o golpe militar”⁴⁷⁵, prolongando-se as tensões entre ambos “(...) até à queda do general em Setembro de 1974”⁴⁷⁶ Douglas Wheeler e René Pelissier também mencionam a situação portuguesa imediatamente após o 25 de abril de 1974, concordando com as ideias dos autores anteriormente mencionados sobre as consequências do derrube do Estado Novo na relação entre Portugal e Angola, mencionando vários fatores que tornaram a mesma bastante complexa “(...) a luta pela criação de uma nova situação política para a antiga colónia.”⁴⁷⁷, os quais já foram analisados anteriormente.⁴⁷⁸

David Martelo também se refere às tensões entre Spínola e o MFA no que se refere ao ultramar, dizendo que o programa político deste último dizia, ainda antes do 25 de abril de 1974 que “(...) A política ultramarina do Governo Provisório (...) orientar-se-á pelos seguintes princípios: a. Reconhecimento de que a solução das guerras no Ultramar é política e não militar. b. Criação de condições para um debate franco e aberto, a nível nacional, do problema ultramarino. c. Claro reconhecimento do direito dos Povos à autodeterminação e adopção acelerada de medidas tendentes à autonomia administrativa e política dos territórios ultramarinos, com efectiva e larga participação das populações autóctones. d. Estabelecimento dos contactos julgados convenientes para um rápido restabelecimento da paz”⁴⁷⁹, contudo este programa foi, por insistência de Spínola, revisto após o golpe militar, tendo-se introduzido as seguintes alterações: “A não extinção da DGS nos territórios ultramarinos em guerra, onde deveria apenas ser reestruturada e organizada como Polícia de Informação Militar, enquanto as operações militares o exigissem; A manutenção dos Secretários-Gerais investidos nas funções de encarregados do Governo, até à nomeação dos novos Governadores pelo Governo Provisório; A não extensão da amnistia política aos presos de delito comum”⁴⁸⁰, sendo ainda suprimido o artigo c, referente ao reconhecimento do direito à autodeterminação dos povos, contudo, e de forma incompreensível, continua David Martelo, foi mantida a alínea a, do reconhecimento de uma solução política para a Guerra Colonial, o que dava o direito aos militares

⁴⁷⁵ PINTO, António Costa. A Transição para a Democracia e a Descolonização: A Pressão Descolonizadora na Metrópole. *O Fim do Império Português: A Cena Internacional, A Guerra Colonial, e a Descolonização, 1961-1975*. Lisboa, Livros Horizonte, 2001, p. 65. ISBN 972-24-1147-0

⁴⁷⁶ PINTO, António Costa. A Transição para a Democracia e a Descolonização: A Pressão Descolonizadora na Metrópole. *O Fim do Império Português: A Cena Internacional, A Guerra Colonial, e a Descolonização, 1961-1975*. Lisboa, Livros Horizonte, 2001, pp. 65-66. ISBN 972-24-1147-0

⁴⁷⁷ WHEELER, Douglas e PELISSIER, René. Uma Breve História de Angola entre 1971 e 2008. *História de Angola*. 6ª Edição. Lisboa, Tinta da China, 2016, p.358. ISBN 978-989-671-074-3

⁴⁷⁸ PINTO, 2001; pp. 65-66; WHEELER e PELISSIER, 2016; pp. 358-359

⁴⁷⁹ MARTELO, David. O programa do MFA e a questão colonial. *1974: Cessar-Fogo em África*. Mem-Martins, Publicações Europa-América, 2001, p. 88. ISBN 972-1-04889-5

⁴⁸⁰ MARTELO, David. O programa do MFA e a questão colonial. *1974: Cessar-Fogo em África*. Mem-Martins, Publicações Europa-América, 2001, p. 91. ISBN 972-1-04889-5

de não querer continuar a mesma, sendo que estas diferenças entre o MFA e Spínola se traduziriam em duas correntes de soluções para o problema colonial, a saber: “Uma via **democrática**, em que (...) Uma vez aprovada a nova Constituição (...) cada parcela do mundo português seria livre de, por via eleitoral, alcançar o grau de auto determinação que entendesse”⁴⁸¹, uma ideia defendida, como vimos, por Spínola no seu livro *Portugal e o Futuro* e; “Uma via **revolucionária**, em que se privilegiavam os direitos dos povos de Angola, Guiné e Moçambique à independência a curto prazo, com base na legitimidade decorrente da luta armada”⁴⁸², uma ideia apoiada no imediato pelo PS, pelo PCP e pelos restantes partidos de esquerda, bem como, posteriormente pelo PPD e pelo CDS.⁴⁸³

Relativamente aos movimentos de libertação ativos em Angola, diz Tiago Moreira de Sá, apesar de o JSN ter encetado imediatamente contactos com estes, sendo os primeiros feitos “Logo a 2 de Maio”⁴⁸⁴ de 1974, a sua reação foi de continuar e, em alguns casos, até mesmo de intensificar, os ataques contra as tropas portuguesas, por forma a poderem “(...) disfarçar a sua fraqueza, ganhando assim poder negocial no âmbito da descolonização”^{485, 486}.

Podemos concluir, face aos factos analisados, que o fim do Estado Novo levou a uma situação complexa no que se refere ao tratamento da questão das colónias portuguesas, uma vez que o MFA queria ceder a independência imediata e total às mesmas, enquanto que o presidente da JSN, Spínola, pretendia uma solução de cariz federativo, na qual Portugal continuaria a ter uma ligação aos seus territórios coloniais. A adicionar a esta complexidade temos ainda de considerar os factos de que os militares viam a independência de Angola como certa, não querendo continuar a guerra, e que a população branca residente em Angola estava a retornar em força para a metrópole.

Também podemos afirmar que os movimentos de libertação procuraram, face ao novo contexto português após a revolução de 25 de abril de 1974 e apesar de contactos encetados logo pelo JSN com estes, ganhar poder negocial no que se refere à descolonização, intensificando a sua luta pela independência.

⁴⁸¹ MARTELO, David. O difícil caminho da paz. 1974: *Cessar-Fogo em África*. Mem-Martins, Publicações Europa-América, 2001, p. 111. ISBN 972-1-04889-5

⁴⁸² Idem

⁴⁸³ MARTELO, 2001; pp. 79-93 e 111-112

⁴⁸⁴ SÁ, Tiago Moreira de. A indiferença. *Os Estados Unidos e a Descolonização de Angola*, Alfragide, Publicações D. Quixote, 2011, p. 76. ISBN 978-972-20-4522-3

⁴⁸⁵ SÁ, Tiago Moreira de. A indiferença. *Os Estados Unidos e a Descolonização de Angola*, Alfragide, Publicações D. Quixote, 2011, p. 77. ISBN 978-972-20-4522-3

⁴⁸⁶ SÁ, 2011; pp. 76-78

Consequências do derrube do Estado Novo nas relações entre Portugal e a comunidade internacional e a reação portuguesa

Ao nível internacional, o derrube do Estado Novo e consequente formação de um novo governo foi seguido, diz Feliciano Paulo Agostinho, de “(...) fortes pressões”⁴⁸⁷, por parte de toda a comunidade internacional, no sentido de Portugal ceder às suas colónias a independência. De entre estas pressões este autor destaca várias grandes organizações, nomeadamente: a ONU, que “(...) recomenda a Portugal negociar com os movimentos de libertação”⁴⁸⁸; a OUA, que “(...) perante o adiamento da definição portuguesa (...) endurece as suas posições e recomenda aos movimentos que intensifiquem a luta armada, para forçarem o governo português a negociar”⁴⁸⁹ e; os próprios movimentos de libertação, que respondem ao apelo da OUA e intensificam a sua pressão sobre Portugal. Zoraide Portela Silva partilha a mesma opinião de Feliciano Paulo Agostinho sobre a forte pressão exercida ao nível internacional sobre Portugal, dizendo que “Neste íterim, governantes do mundo todo, especialmente os da África, cobravam um posicionamento mais firme por parte do governo português”⁴⁹⁰ relativamente à descolonização portuguesa.⁴⁹¹

Nas reações internacionais após o derrube do Estado Novo, o Secretário-Geral das Nações Unidas, a 10 de junho de 1974, falou em esperança que “(...) estes desenvolvimentos levassem à independência”⁴⁹², com expressões semelhantes a ser usadas por outros representantes da ONU.

Zoraide Portela Silva diz que a reação da JSN perante esta pressão internacional deu-se “No dia nove de agosto de 1974”⁴⁹³, onde esta “(...) tornou pública a forma como se daria o processo de

⁴⁸⁷ AGOSTINHO, Feliciano Paulo. *Guerra em Angola: As Heranças da Luta de Libertação e a Guerra Civil: A Luta Armada* [Em linha]. Dissertação de mestrado, Academia Militar, 2011, p. 28 [Consultada a 30/12/19]. Disponível em https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/11546/2/Guerra%20_em_Angola.pdf

⁴⁸⁸ Idem

⁴⁸⁹ Idem

⁴⁹⁰ SILVA, Zoraide Portela. *Guerra Colonial e Independência de Angola: O Fim da Guerra Não é o Fim da Guerra. Transversos: Revista de História* [Em linha]. Rio de Janeiro, Universidade do Rio de Janeiro, 2016, vol. 7, número 7, p. 171 [Consultado a 30/12/2019]. Disponível em https://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=6&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwi8h5abt93mAhXh8OAKHU3XDCCQFjAFegQIBBAC&url=https%3A%2F%2Fwww.e-publicacoes.uerj.br%2Findex.php%2Ftransversos%2Farticle%2Fdownload%2F25600%2F18403&usg=AOvVaw14UJtc_2gsoWjqGN5M_6I

⁴⁹¹ AGOSTINHO, 2011; p. 28; SILVA, 2016; p. 171

⁴⁹² Presidente da República Democrática do Sudão e Secretário-Geral da ONU. *Conversações entre o Secretário-Geral das Nações Unidas e o Presidente da República Democrática do Sudão (Nova Iorque, 10/05/1974)* [Em linha]. Nova Iorque, ONU [Consultado a 22/04/2019]. Atualmente disponível no arquivo online da ONU com a referência S-0902-0010-03-00001 em <https://search.archives.un.org/other-countries-portuguese-territories-6>

⁴⁹³ SILVA, Zoraide Portela. *Guerra Colonial e Independência de Angola: O Fim da Guerra Não é o Fim da Guerra. Transversos: Revista de História* [Em linha]. Rio de Janeiro, Universidade do Rio de Janeiro, 2016, vol. 7, número 7, p. 172 [Consultado a 30/12/2019]. Disponível em <https://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=6&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwi8h5>

retirada de tropas portuguesas de Angola, que pode ser resumida em três pontos principais: o novo governo em Angola seria estabelecido a partir de uma coligação entre os três grupos nacionalistas principais levando em conta todas as etnias do país (...), uma Lei Eleitoral deveria ser estabelecida e, por fim, haveria a eleição de uma Assembleia Constituinte no prazo de dois anos, quando seria decidida a forma dos laços que Angola teria com Portugal.”⁴⁹⁴ Os resultados desta política de Spínola também são referidos por esta autora, que diz que esta fracassou, resultando numa cada vez maior “(...) insatisfação internacional”⁴⁹⁵, bem como do MFA, culminando na renúncia de Spínola da sua posição de Presidente da República Portuguesa a “30 de setembro de 1974”⁴⁹⁶ e a o controle de Portugal por parte da “(...) ala mais à esquerda do MFA”⁴⁹⁷, a qual “(...) abriu novas linhas de diálogo com os representantes dos respetivos grupos nacionalistas”⁴⁹⁸, cujos resultados analisaremos posteriormente. Douglas Wheeler e René Pelissier confirmam a ideia de Zoraide Portela Silva sobre a data em que se encetaram negociações sérias com os movimentos de libertação angolanos, considerando que “Foi apenas no Outono de 1974, altura em que Spínola, frustrado e assediado, se demitiu (...) que foi finalmente assinado um cessar-fogo com o MPLA e a FNLA e que foram encetadas negociações sérias acerca das condições de independência”⁴⁹⁹.⁵⁰⁰

David Martelo concorda com a ideia de Zoraide Portela Silva, dizendo que Spínola tentou a sua abordagem democrática, contudo os movimentos de libertação angolanos queriam a independência imediata e a retirada das tropas e bases portuguesas, continuando assim o combate armado e levando a um impasse nas negociações que deterioraram “(...) as relações políticas entre o General Spínola e a Comissão Coordenadora do MFA”⁵⁰¹, bem como a sucessivas alterações nas estratégias

[ab93mAhXh8OAKHU3XDCcQFjAFegQIBBAC&url=https%3A%2F%2Fwww.e-publicacoes.uerj.br/2Findex.php/2Ftransversos/2Farticulo/2Fdownload/2F25600/2F18403&usg=AOvVaw14UJtc_2gsoWjqGN5M_6I](https://www.e-publicacoes.uerj.br/2Findex.php/2Ftransversos/2Farticulo/2Fdownload/2F25600/2F18403&usg=AOvVaw14UJtc_2gsoWjqGN5M_6I)

⁴⁹⁴ Idem

⁴⁹⁵ Idem

⁴⁹⁶ Idem

⁴⁹⁷ Idem

⁴⁹⁸ SILVA, Zoraide Portela. Guerra Colonial e Independência de Angola: O Fim da Guerra Não é o Fim da Guerra. *Tranversos: Revista de História* [Em linha]. Rio de Janeiro, Universidade do Rio de Janeiro, 2016, vol. 7, número 7, p. 173 [Consultado a 30/12/2019]. Disponível em https://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=6&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKewi8h5ab93mAhXh8OAKHU3XDCcQFjAFegQIBBAC&url=https%3A%2F%2Fwww.e-publicacoes.uerj.br/2Findex.php/2Ftransversos/2Farticulo/2Fdownload/2F25600/2F18403&usg=AOvVaw14UJtc_2gsoWjqGN5M_6I

⁴⁹⁹ WHEELER, Douglas e PELISSIER, René. Uma Breve História de Angola entre 1971 e 2008. *História de Angola*. 6ª Edição. Lisboa, Tinta da China, 2016, p.359. ISBN 978-989-671-074-3

⁵⁰⁰ SILVA, 2016; p. 172-173; WHEELER e PELISSIER, 2016; pp. 358-359

⁵⁰¹ MARTELO, David. O difícil caminho da paz. 1974: *Cessar-Fogo em África*. Mem-Martins, Publicações Europa-América, p. 131. ISBN 972-1-04889-5

de negociação ultramarina, que ainda levariam à assinatura de um cessar-fogo com MPLA, FNLA e UNITA, contudo falhariam devido à ausência de uma base comum de negociação.⁵⁰²

Sobre a política falhada de Spínola para a descolonização António Costa Pinto explica os motivos pelos quais esta falhou, dizendo que “A opção de Spínola só seria possível com um poder metropolitano forte e uma estratégia negocial escorada na força militar, mas nenhuma das condições estava presente.”⁵⁰³ Perante esta situação, e face às divergências entre MFA e Spínola, António Costa Pinto corrobora a ideia de Zuraide Portela Silva da queda de Spínola do poder e da tomada do MFA do mesmo, confirmando também que foi com esta organização no poder que ficou definido “(...) o quadro legal permitindo a descolonização e (...) os órgãos nele envolvidos”⁵⁰⁴, levando ao intensificar das negociações.⁵⁰⁵

Podemos resumir tudo o que foi analisado dizendo que logo após o derrube do Estado Novo as pressões internacionais pela descolonização portuguesa se intensificaram, levando Spínola a elaborar um plano de descolonização que, contudo, não seria bem-sucedido devido a um conjunto de fatores. Também podemos afirmar que a consequência do insucesso deste plano foi, ultimamente, a demissão do próprio Spínola da presidência devido à conjunção entre o fator anteriormente referido e as clivagens existentes entre Spínola e o MFA relativamente à questão colonial.

O Acordo de Alvor

Devido a todas as consequências anteriormente mencionadas da queda do Estado Novo, diz Feliciano Paulo Agostinho, “(...) o Governo Português finalmente averiguou que a solução da guerra nas colónias nunca se resolveria pela força, mas sim pela política e pelo diálogo com aqueles que os combatiam”⁵⁰⁶, tendo, “Em Outubro de 1974, assinado um cessar-fogo com a FNLA, o MPLA e a UNITA, sendo encetadas negociações acerca das condições da independência”⁵⁰⁷, tendo destas resultado o Acordo de Alvor, assinado a “15 de Janeiro de 1975”⁵⁰⁸, no qual ficou estabelecido “(...)

⁵⁰² MARTELO, 2001; pp. 113-173

⁵⁰³ PINTO, António Costa. A Transição para a Democracia e a Descolonização: A Pressão Descolonizadora na Metrópole. *O Fim do Império Português: A Cena Internacional, A Guerra Colonial, e a Descolonização, 1961-1975*. Lisboa, Livros Horizonte, 2001, p. 67. ISBN 972-24-1147-0

⁵⁰⁴ Idem

⁵⁰⁵ PINTO, 2001; pp. 66-67

⁵⁰⁶ AGOSTINHO, Feliciano Paulo. *Guerra em Angola: As Heranças da Luta de Libertação e a Guerra Civil: A Luta Armada* [Em linha]. Dissertação de mestrado, Academia Militar, 2011, p. 29 [Consultada a 30/12/19]. Disponível em [https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/11546/2/Guerra%20em Angola.pdf](https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/11546/2/Guerra%20em%20Angola.pdf)

⁵⁰⁷ Idem

⁵⁰⁸ Idem

um governo de transição”⁵⁰⁹ e se “(...) fixou a data da independência de Angola em 11 de Novembro de 1975.”⁵¹⁰ Neste acordo, continua Feliciano Paulo Agostinho, ficaram estabelecidos ainda outros pontos, os quais, segundo este autor, são: o reconhecimento de Portugal do “(...) MPLA, FNLA e UNITA como os únicos representantes legítimos do povo angolano”⁵¹¹; a delimitação das zonas onde estes movimentos de libertação poderiam agir, sendo esta definida às zonas ocupadas pelos mesmos à altura do cessar-fogo; a amnistia de “(...) todos os (...) actos patrióticos praticados no decurso da luta de libertação de Angola”⁵¹²; a estrutura que o governo transitório deveria ter, sendo definido este deveria ser “(...) presidido por um colégio presidencial (...) constituído por três membros de cada movimento”⁵¹³, bem como que ao nível de ministros, deste governo, estes deveriam ser compostos por igual número de elementos do MPLA, UNITA e FNLA, bem como representantes portugueses; as forças militares seriam combinadas, sendo constituídas por igual número de elementos entre os três movimentos de libertação com uma representação de 8000 elementos de cada um destes, bem como uma presença de militares portugueses, a qual se fixaria em 2400, e; a realização de eleições até nove meses após “(...) 31 de janeiro de 1975”⁵¹⁴.⁵¹⁵

Zoraide Portela Silva corrobora as ideias de Feliciano Paulo Agostinho, dizendo que, fruto dos contactos do MFA com os grupos nacionalistas angolanos, “(...) estes foram dispendo-se, unilateralmente, a aceitar o cessar-fogo”⁵¹⁶ e chegaram a acordo a 15 de janeiro de 1974 sobre os “(...) princípios para a independência”⁵¹⁷ em Alvor, chegando-se assim ao Acordo de Alvor, que esta

⁵⁰⁹ AGOSTINHO, Feliciano Paulo. *Guerra em Angola: As Heranças da Luta de Libertação e a Guerra Civil: A Luta Armada* [Em linha]. Dissertação de mestrado, Academia Militar, 2011, p. 29 [Consultada a 30/12/19]. Disponível em [https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/11546/2/Guerra%20 em Angola.pdf](https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/11546/2/Guerra%20em%20Angola.pdf)

⁵¹⁰ Idem

⁵¹¹ Idem

⁵¹² Idem

⁵¹³ Idem

⁵¹⁴ AGOSTINHO, Feliciano Paulo. *Guerra em Angola: As Heranças da Luta de Libertação e a Guerra Civil: A Luta Armada* [Em linha]. Dissertação de mestrado, Academia Militar, 2011, p. 30 [Consultada a 30/12/19]. Disponível em [https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/11546/2/Guerra%20 em Angola.pdf](https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/11546/2/Guerra%20em%20Angola.pdf)

⁵¹⁵ AGOSTINHO, 2011; pp. 29-30

⁵¹⁶ SILVA, Zoraide Portela. *Guerra Colonial e Independência de Angola: O Fim da Guerra Não é o Fim da Guerra. Transversos: Revista de História* [Em linha]. Rio de Janeiro, Universidade do Rio de Janeiro, 2016, vol. 7, número 7, p. 173 [Consultado a 30/12/2019]. Disponível em https://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=6&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwi8h5abt93mAhXh8OAKHU3XDCCcQFjAFegQIBBAC&url=https%3A%2F%2Fwww.e-publicacoes.uerj.br%2Findex.php%2Ftransversos%2Farticle%2Fdownload%2F25600%2F18403&usg=AOvVaw14UJtc_2gsoWjqGN5M_6I

⁵¹⁷ SILVA, Zoraide Portela. *Guerra Colonial e Independência de Angola: O Fim da Guerra Não é o Fim da Guerra. Transversos: Revista de História* [Em linha]. Rio de Janeiro, Universidade do Rio de Janeiro, 2016, vol. 7, número 7, p. 174 [Consultado a 30/12/2019]. Disponível em https://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=6&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwi8h5abt93mAhXh8OAKHU3XDCCcQFjAFegQIBBAC&url=https%3A%2F%2Fwww.e-publicacoes.uerj.br%2Findex.php%2Ftransversos%2Farticle%2Fdownload%2F25600%2F18403&usg=AOvVaw14UJtc_2gsoWjqGN5M_6I

autora resume de forma semelhante ao já referido anteriormente por Feliciano Paulo Agostinho, acrescentando alguns pontos, a saber: os representantes portugueses do governo de transição, a que Zoraide Portela Silva se refere como o “(...) Alto Comissariado”⁵¹⁸, teria um papel somente consultivo, não podendo “(...) intervir em assuntos governamentais”⁵¹⁹; a definição do princípio da “(...) não-discriminação étnica para os futuros critérios de nacionalidade”⁵²⁰; a formação de “(...) uma Comissão de Defesa Nacional, formada pelo colégio presidencial, Alto Comissariado e Estado Maior Unificado”⁵²¹, que serviria como elemento unificador das forças militares combinadas já mencionadas por Feliciano Paulo Agostinho, e; a formação dos ministérios deveria ter “(...) as chefias divididas entre os grupos.”⁵²² Relativamente a este tema Douglas Wheeler e René Pelissier discordam da ideia de Zuraide Portela Silva no ponto em que o Acordo de Alvor define os poderes do Alto Comissariado em somente órgão consultivo, dizendo que “Segundo o Acordo de Alvor, o alto-comissariado português permaneceria dotado de plenos poderes em Angola até à sua independência”^{523 524}.

António Costa Pinto corrobora de forma mais geral as ideias de Feliciano Paulo Agostinho e Zuraide Portela Silva, dizendo que “Em Outubro de 1974”⁵²⁵ se deram as negociações para o cessar-fogo e “Em janeiro de 1975 (...) a FNLA, a UNITA e a Frelimo reuniram-se em Mombaça, para aprovarem os princípios gerais para as negociações com Portugal e, uma semana depois, assinaram-se os acordos de Alvor”⁵²⁶, nos quais se definiu “(...) todo o processo de descolonização de Angola”⁵²⁷,

⁵¹⁸ SILVA, Zoraide Portela. Guerra Colonial e Independência de Angola: O Fim da Guerra Não é o Fim da Guerra. *Tranversos: Revista de História* [Em linha]. Rio de Janeiro, Universidade do Rio de Janeiro, 2016, vol. 7, número 7, p. 174 [Consultado a 30/12/2019]. Disponível em https://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=6&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKewi8h5abt93mAhXh8OAKHU3XDCCcQFjAFegQIBBAC&url=https%3A%2F%2Fwww.e-publicacoes.uerj.br%2Findex.php%2Ftransversos%2Farticle%2Fdownload%2F25600%2F18403&usg=AOvVaw14UJtc_2gsoWjqGN5M_6l

⁵¹⁹ Idem

⁵²⁰ Idem

⁵²¹ Idem

⁵²² SILVA, Zoraide Portela. Guerra Colonial e Independência de Angola: O Fim da Guerra Não é o Fim da Guerra. *Tranversos: Revista de História* [Em linha]. Rio de Janeiro, Universidade do Rio de Janeiro, 2016, vol. 7, número 7, p. 175 [Consultado a 30/12/2019]. Disponível em https://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=6&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKewi8h5abt93mAhXh8OAKHU3XDCCcQFjAFegQIBBAC&url=https%3A%2F%2Fwww.e-publicacoes.uerj.br%2Findex.php%2Ftransversos%2Farticle%2Fdownload%2F25600%2F18403&usg=AOvVaw14UJtc_2gsoWjqGN5M_6l

⁵²³ WHEELER, Douglas e PELISSIER, René. Uma Breve História de Angola entre 1971 e 2008. *História de Angola*. 6ª Edição. Lisboa, Tinta da China, 2016, p.359. ISBN 978-989-671-074-3

⁵²⁴ SILVA, 2016; pp. 173-175; WHEELER e PELISSIER, 2016; p. 359

⁵²⁵ PINTO, António Costa. A Transição para a Democracia e a Descolonização: A Descolonização Caso a Caso. *O Fim do Império Português: A Cena Internacional, A Guerra Colonial, e a Descolonização, 1961-1975*. Lisboa, Livros Horizonte, 2001, p. 77. ISBN 972-24-1147-0

⁵²⁶ Idem

⁵²⁷ Idem

definindo-se somente estes três movimentos como representantes da população angolana e outros detalhes que os autores anteriores abordam de forma mais profunda.⁵²⁸

Podemos afirmar, face ao que foi analisado, que, devido aos impactos que o derrube do Estado Novo teve em Portugal, o governo português se apercebeu que a única solução para a questão colonial era a cedência da independência, tendo para o efeito assinado com o MPLA, FNLA e UNITA o Acordo de Alvor. Neste sentido torna-se importante analisar de que forma a assinatura deste acordo alterou a situação em Angola, o que faremos seguidamente.

A situação em Angola após a assinatura do Acordo de Alvor

Feliciano Paulo Agostinho diz que “As cláusulas apontadas no Alvor constituíam-se na mais importante via de descolonização”⁵²⁹, contudo “As divergências entre os movimentos de libertação e a condição desfavorável do governo Português (...) seriam os principais obstáculos para o cumprimento desse acordo”⁵³⁰, sendo que “(...) a aproximação da independência proporcionou a competitividade entre os movimentos”⁵³¹. De facto, continua este autor, no âmbito destas disputas “O MPLA procurou antecipar-se aos seus oponentes, implantando-se em Luanda”⁵³² em todos os meios que tivessem impacto na sociedade, favorecendo mesmo o contacto com o MFA, sendo que para este último sempre foi difícil encetar contactos com a UNITA e o FNLA. Adicionalmente, diz Feliciano Paulo Agostinho, indo contra o definido no Acordo de Alvor os três movimentos de libertação começaram a reforçar os seus efetivos armados.⁵³³

Zoraide Portela Silva vai de encontro às ideias expressas por Feliciano Paulo Agostinho, dizendo que “O Acordo de Alvor (...) havia conseguido a perspectiva da independência concreta, mas não trouxera governabilidade ao seu governo de transição”⁵³⁴, contudo vai ainda mais longe, mostrando que perante a inoperância deste governo de transição foi tentada uma “(...) recomposição do que

⁵²⁸ PINTO, 2001; p. 77

⁵²⁹ AGOSTINHO, Feliciano Paulo. *Guerra em Angola: As Heranças da Luta de Libertação e a Guerra Civil: A Luta Armada* [Em linha]. Dissertação de mestrado, Academia Militar, 2011, p. 30 [Consultada a 30/12/19]. Disponível em [https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/11546/2/Guerra%20 em Angola.pdf](https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/11546/2/Guerra%20em%20Angola.pdf)

⁵³⁰ Idem

⁵³¹ Idem

⁵³² Idem

⁵³³ AGOSTINHO, 2011; p. 30

⁵³⁴ SILVA, Zoraide Portela. *Guerra Colonial e Independência de Angola: O Fim da Guerra Não é o Fim da Guerra. Transversos: Revista de História* [Em linha]. Rio de Janeiro, Universidade do Rio de Janeiro, 2016, vol. 7, número 7, p. 175 [Consultado a 30/12/2019]. Disponível em https://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=6&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKewi8h5abt93mAhXh8OAKHU3XDCCQFjAFegQIBBAC&url=https%3A%2F%2Fwww.e-publicacoes.uerj.br%2Findex.php%2Ftransversos%2Farticle%2Fdownload%2F25600%2F18403&usg=AOvVaw14UJtc_2gsoWjqGN5M_6I

havia sido acordado em Alvor através de uma reunião (...) uma espécie de Alvor II”⁵³⁵, numa reunião que decorreu entre “(...) 16 a 20 de junho”⁵³⁶ de 1975.⁵³⁷

Douglas Wheeler e René Pelissier, por seu turno, vão ainda mais longe que os autores anteriores, mencionando vários motivos pelos quais o Acordo de Alvor foi incapaz de assegurar uma transição para a independência pacífica em Angola, a saber: “(...) impotência de Portugal para fazer cumprir as regras do Acordo”⁵³⁸; a “(...) hostilidade mútua dos partidos nacionalistas africanos”⁵³⁹ e; a incapacidade dos partidos nacionalistas africanos em “(...) assumir a responsabilidade pela segurança das várias áreas em disputa, incluindo Luanda.”⁵⁴⁰ Douglas Wheeler e René Pelissier reforçam ainda a ideia de Zoraide Portela Silva no que se refere à tentativa de um Alvor II, referindo-se ao Acordo de Naruku, numa cimeira organizada pelo Quênia com os representantes dos movimentos de libertação para evitar a escalada do conflito, confirmando igualmente a ausência de resultados práticos deste acordo.⁵⁴¹

Tendo em conta todo este contexto complexo em Angola, que impedia o funcionamento do governo de transição desta colónia, e a situação difícil que se vivia em Portugal neste período, com o 11 de março de 1975, diz Feliciano Paulo Agostinho, seguiu-se uma guerra civil, que começou com os confrontos entre o MPLA e o FNLA, ainda em março de 1975, a qual contava com a intervenção de países alheios ao conflito, resultando na internacionalização deste conflito, sendo que segundo este autor: a FNLA contava com o apoio do Zaire, dos EUA e da China; o MPLA era apoiado pelo Congo Brazzaville e URSS, sendo posteriormente, e numa fase mais crítica, apoiado também por Cuba e; a UNITA tinha o apoio da Namíbia e da África do Sul, sendo que a China ainda enviou também alguns apoios para este movimento de libertação. Desta guerra civil, continua Feliciano Paulo Agostinho, sairia vitorioso o MPLA, que embora se tenha visto em dificuldades durante decurso da mesma conseguiu dar a volta à mesma devido aos apoios enviados de Cuba, sendo que a 11 de novembro de 1975, isto é, na data prevista para a proclamação de independência de Angola era o único

⁵³⁵ SILVA, Zoraide Portela. Guerra Colonial e Independência de Angola: O Fim da Guerra Não é o Fim da Guerra. *Tranversos: Revista de História* [Em linha]. Rio de Janeiro, Universidade do Rio de Janeiro, 2016, vol. 7, número 7, p. 175 [Consultado a 30/12/2019]. Disponível em https://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=6&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwi8h5abt93mAhXh8OAKHU3XDCCQFjAFegQIBBAC&url=https%3A%2F%2Fwww.e-publicacoes.uerj.br%2Findex.php%2Ftransversos%2Farticle%2Fdownload%2F25600%2F18403&usg=AOvVaw14UJtc_2gsoWjqGN5M_6l

⁵³⁶ Idem

⁵³⁷ SILVA, 2016; p. 175

⁵³⁸ WHEELER, Douglas e PELISSIER, René. Uma Breve História de Angola entre 1971 e 2008. *História de Angola*. 6ª Edição. Lisboa, Tinta da China, 2016, p.359. ISBN 978-989-671-074-3

⁵³⁹ Idem

⁵⁴⁰ Idem

⁵⁴¹ WHEELER e PELISSIER, 2016; p. 359

movimento de libertação presente em Luanda, pelo que proclamou sozinho “(...) o governo da República Popular de Angola”, contando mesmo com o consentimento português neste facto, uma vez que era o desejo do Estado Português em se retirar completamente de Angola nesta data, bem como com o reconhecimento da fundação deste novo país por parte de vários governos internacionais. Feliciano Paulo Agostinho faz ainda referência à tentativa falhada do FNLA e da UNITA em fundarem o seu próprio governo, tendo mesmo proclamado a República Democrática de Angola, contudo este nunca foi internacionalmente reconhecido.⁵⁴²

Zoraide Portela Silva acrescenta à ideia elaborada por Feliciano Paulo Agostinho que, perante a inoperância do Acordo de Alvor e início da guerra civil em Angola, Portugal suspendeu mesmo parcialmente o Acordo de Alvor, lavando assim “(...) as mãos de salvaguardar a trajetória pacífica do governo de transição à independência em novembro”⁵⁴³, bem com que os únicos ministérios ainda operacionais eram aqueles encabeçados pelo MPLA. Esta autora reforça ainda a ideia de um conflito internacionalizado em Angola elaborada por Feliciano Paulo Agostinho, dizendo que “A forma como os eventos se sucederam em Angola estava, em nível internacional, relacionadas a uma oleada de revoluções terceiro-mundistas iniciadas na década de 1970”⁵⁴⁴, bem como adiciona que a intervenção dos EUA na guerra civil em Angola se deveu à “(...) possibilidade da URSS aproveitar-se da fragilidade dos Estados Unidos em sua situação pós-Watergate pós-Vietnã para empenhar-se em uma ação mais proativa em Angola”⁵⁴⁵, alterando a sua “(...) política de apoio tácito aos bastiões brancos”⁵⁴⁶, passando a apoiar o FNLA, que, tal como a UNITA visaram retirar o controlo de Luanda

⁵⁴² AGOSTINHO, 2011; pp. 30-40

⁵⁴³ SILVA, Zoraide Portela. Guerra Colonial e Independência de Angola: O Fim da Guerra Não é o Fim da Guerra. *Tranversos: Revista de História* [Em linha]. Rio de Janeiro, Universidade do Rio de Janeiro, 2016, vol. 7, número 7, p. 175 [Consultado a 30/12/2019]. Disponível em https://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=6&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKewi8h5abt93mAhXh8OAKHU3XDCCQFjAFegQIBBAC&url=https%3A%2F%2Fwww.e-publicacoes.uerj.br%2Findex.php%2Ftransversos%2Farticle%2Fdownload%2F25600%2F18403&usg=AOvVaw14UJtc_2gsoWjqGN5M_6I

⁵⁴⁴ SILVA, Zoraide Portela. Guerra Colonial e Independência de Angola: O Fim da Guerra Não é o Fim da Guerra. *Tranversos: Revista de História* [Em linha]. Rio de Janeiro, Universidade do Rio de Janeiro, 2016, vol. 7, número 7, pp. 175-176 [Consultado a 30/12/2019]. Disponível em https://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=6&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKewi8h5abt93mAhXh8OAKHU3XDCCQFjAFegQIBBAC&url=https%3A%2F%2Fwww.e-publicacoes.uerj.br%2Findex.php%2Ftransversos%2Farticle%2Fdownload%2F25600%2F18403&usg=AOvVaw14UJtc_2gsoWjqGN5M_6I

⁵⁴⁵ SILVA, Zoraide Portela. Guerra Colonial e Independência de Angola: O Fim da Guerra Não é o Fim da Guerra. *Tranversos: Revista de História* [Em linha]. Rio de Janeiro, Universidade do Rio de Janeiro, 2016, vol. 7, número 7, p. 176 [Consultado a 30/12/2019]. Disponível em https://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=6&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKewi8h5abt93mAhXh8OAKHU3XDCCQFjAFegQIBBAC&url=https%3A%2F%2Fwww.e-publicacoes.uerj.br%2Findex.php%2Ftransversos%2Farticle%2Fdownload%2F25600%2F18403&usg=AOvVaw14UJtc_2gsoWjqGN5M_6I

⁵⁴⁶ Idem

ao MPLA antes de ocorrer a independência de Angola. Sobre o apoio cubano ao MPLA numa altura crítica descrito por Feliciano Paulo Agostinho, Zoraide Portela Silva descreve ainda em maior pormenor a importância e os contornos da ação cubana, dizendo que “(...) apenas seis dias antes de Portugal retirar-se completamente de Angola (...) Dava-se início à Operação Carlota”⁵⁴⁷, onde 650 homens enviados por Cuba conseguiram “(...) bloquear o acesso da FNLA e da UNITA”⁵⁴⁸ a Luanda, conseguindo assim o MPLA manter o controlo de Angola aquando da data prevista da independência de Angola.⁵⁴⁹

Douglas Wheeler e René Pelissier confirmam a ideia de Feliciano Paulo Agostinho da existência de uma guerra civil em Angola, bem como da forma como esta decorreu, confirmando a intervenção externa no conflito, analisando adicionalmente as causas que podem ter conduzido à mesma, chegando a “(...) três motivos principais:”⁵⁵⁰ “(...) a introdução em Angola de grandes quantidades de armas”⁵⁵¹ no seguimento “(...) do 25 de Abril de 1974 e especialmente depois da transferência dos quartéis-generais em dos movimentos (...) para Luanda, em Janeiro de 1975”⁵⁵²; “(...) o armamento dos civis”⁵⁵³ e; a “(...) a regionalização dos movimentos que (...) «defendiam» as suas regiões contra os seus rivais. Estes autores confirmam ainda a entrega de Portugal de Angola ao MPLA, o único que ocupava a data prevista para a independência a capital angolana, Luanda, numa decisão que consideram como “(...) algo sem precedentes na história da África contemporânea”⁵⁵⁴, pois o poder não foi entregue “(...) a um poder ou partido específico, mas sim ao «povo de Angola»”⁵⁵⁵.⁵⁵⁶

Sobre esta entrada em Angola de grande quantidade de armas mencionada por Douglas Wheeler e René Pelissier, Tiago Moreira de Sá defende que estas não vieram só de origem estrangeira, mas, no caso do MPLA, também de Portugal, por ação do PCP, dizendo que nos EUA se havia descoberto

⁵⁴⁷ SILVA, Zoraide Portela. Guerra Colonial e Independência de Angola: O Fim da Guerra Não é o Fim da Guerra. *Tranversos: Revista de História* [Em linha]. Rio de Janeiro, Universidade do Rio de Janeiro, 2016, vol. 7, número 7, p. 179 [Consultado a 30/12/2019]. Disponível em https://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=6&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwi8h5abt93mAhXh8OAKHU3XDCCQFjAFegQIBBAC&url=https%3A%2F%2Fwww.e-publicacoes.uerj.br%2Findex.php%2Ftransversos%2Farticle%2Fdownload%2F25600%2F18403&usg=AOvVaw14UJtc_2gsoWjqGN5M_6I

⁵⁴⁸ Idem

⁵⁴⁹ SILVA, 2016; pp. 175-179

⁵⁵⁰ WHEELER, Douglas e PELISSIER, René. Uma Breve História de Angola entre 1971 e 2008. *História de Angola*. 6ª Edição. Lisboa, Tinta da China, 2016, p.360. ISBN 978-989-671-074-

⁵⁵¹ Idem

⁵⁵² Idem

⁵⁵³ Idem

⁵⁵⁴ WHEELER, Douglas e PELISSIER, René. Uma Breve História de Angola entre 1971 e 2008. *História de Angola*. 6ª Edição. Lisboa, Tinta da China, 2016, p.361. ISBN 978-989-671-074-

⁵⁵⁵ Idem

⁵⁵⁶ WHEELER e PELISSIER, 2016; pp. 360-361

que, nas palavras de Henry Kissinger “(...) a URSS e os comunistas portugueses decidiram colocar o MPLA no poder em Angola através de um fornecimento intenso de armas”^{557, 558}

Podemos resumir tudo o que foi analisado no facto que o Acordo de Alvor, cujo objetivo era uma transição para a independência de Angola de forma pacífica, não foi bem-sucedido, uma vez que não só se desencadeou uma guerra civil neste território, como esta se internacionalizou, com as potências estrangeiras a intervir na mesma através do seu apoio aos movimentos de libertação. Prova irrefutável deste insucesso, bem como da incapacidade portuguesa em conseguir controlar esta situação, está no facto da entrega do poder aquando da data da independência de Angola, ao povo angolano e não a um dos movimentos de libertação, deixando assim a resolução da questão da entrega do poder em Angola a cargo dos angolanos, ilibando-se Portugal assim de qualquer responsabilidade neste processo desse ponto em diante.

⁵⁵⁷ SÁ, Tiago Moreira de. *A Fase Defensiva. Os Estados Unidos e a Descolonização de Angola*. Alfragide, Publicações D. Quixote, 2011, p. 161. ISBN 978-972-20-4522-3

⁵⁵⁸ SÁ, 2011; pp. 160-161

Conclusões

Relativamente à primeira questão a que esta dissertação se propõe a responder, sobre qual a política colonial do Estado Novo entre 1955 e 1975, podemos dizer que esta passou por três fases distintas: uma primeira fase que vai desde 1955 até ao derrube do Estado Novo a 25 de abril de 1974, sob o domínio do Estado Novo, onde a grande prioridade passou por assegurar a manutenção das colónias, vistas por Salazar e pelo seu sucessor, Marcelo Caetano, como vitais devido a diversos motivos, nomeadamente uma visão nacionalista onde o colonialismo era um dos seus principais vetores e o Pacto Colonial, no qual as colónias tinham um importante papel na economia nacional; uma segunda fase, que vai desde o 25 de abril de 1974 até à renúncia de Spínola ao cargo de Presidente da Junta de Salvação Nacional, a 30 de setembro de 1974, período este marcado por uma incerteza sobre a forma como a questão colonial deveria ser conduzida, com o MFA a defender a independência imediata e total dos territórios coloniais e Spínola a defender uma solução federativa, na qual as colónias manteriam relações económicas com Portugal após a sua independência, e; por fim, a terceira e última fase, na qual, logo após a renúncia de Spínola, face ao falhanço da sua política colonial, o governo português entra em negociações com os movimentos de libertação no sentido de uma independência total, embora o Acordo de Alvor, atingido no âmbito destas negociações, não tenha sido cumprido por parte dos movimentos de libertação, levando mesmo Portugal a dar a independência ao povo angolano, passando para este a questão de que movimento de libertação lideraria o país.

Sobre a segunda questão à qual esta dissertação se propõe responder, de que forma a Guerra Colonial em Angola, com os seus desenvolvimentos específicos, afetou a posição da ONU sobre o colonialismo, podemos afirmar que a Guerra Colonial em Angola acabou por ter um papel fulcral da definição na ONU de que as colónias tinham direito à independência total, desde que os povos que nela residiam assim o desejassem, uma vez que: inicialmente a ONU somente pretendia ser informada sobre a situação neste território por parte das potências coloniais, com o objetivo de serem desenvolvidas relações amigáveis com os povos coloniais, contudo, face à intransigência portuguesa em fornecer as informações requeridas pela ONU relativamente aos seus territórios coloniais, sob a afirmação de que apenas dispunha de Províncias Ultramarinas, cujo território era inalienável e indiferenciado das províncias na metrópole, foram aprovadas uma série de moções que definiam o que era um território colonial e os territórios sob esta situação abrangidos, sendo que; após o início da Guerra Colonial e face à repressão portuguesa constante dos movimentos de libertação em Angola, dá-se uma evolução da posição da ONU sobre a questão colonial, passando esta a defender que os povos colonizados, caso o desejassem, tinham o direito à independência total.

Relativamente à terceira questão à qual esta dissertação propõe responder, qual a reação portuguesa às tomadas de posição na ONU acerca da sua política colonial, podemos distinguir esta resposta em dois períodos distintos: na vigência do Estado Novo, o governo português procurou sempre resistir à pressão da ONU tanto em ceder informações sobre os territórios coloniais como, posteriormente, em ceder a independência aos mesmos, apoiado em várias estratégias e contando sempre com algum apoio no seio desta instituição para que estas funcionassem. Após o derrube do Estado Novo, a 25 de abril de 1974, dá-se uma alteração radical da política colonial portuguesa, passando a procurar-se uma solução pacífica para a questão colonial, através da cedência da independência embora, como anteriormente referi, tenha havido um período onde se discutiu se a independência das colónias deveria ser total ou se estas deveriam continuar a ter uma ligação económica à metrópole.

Sobre a quarta questão colocada no início desta dissertação, se a Guerra Colonial em Angola foi influenciada pelo contexto internacional, podemos afirmar categoricamente que sim, uma vez que tanto a URSS e os EUA, bem como outros países dos blocos que lideravam no contexto da Guerra Fria, intervieram ativamente em Angola, apoiando os movimentos de libertação com apoios monetários, homens e material de combate, numa tentativa clara de, quando esta se tornasse independente, integrasse um dos dois grandes blocos em que o mundo estava dividido neste período.

Relativamente à última questão a que esta dissertação se propõe responder, sobre de que forma a Guerra Colonial em Angola afetou as relações entre Portugal e os EUA, podemos afirmar claramente que estas relações foram afetadas consoante o posicionamento dos Estados Unidos relativamente à questão colonial, sendo que: até Kennedy se tornar Presidente dos EUA, as relações entre este país e Portugal eram amigáveis, uma vez que os Estados Unidos apoiavam as potências colonialistas no âmbito da Guerra Fria, havendo mesmo acordos entre Portugal e os EUA no que se refere à utilização da Base das Lages; após Kennedy se tornar presidente dos EUA, a política deste país relativamente ao colonialismo altera-se, passando a ser pró-africana, levando mesmo, como vimos, à votação favorável dos EUA à integração da questão de Angola na ONU. Perante este desenvolvimento as relações entre os Estados Unidos e Portugal tornam-se tensas, levando mesmo à ameaça de expulsar os EUA da Base das Lages, o que levou a uma moderação da política colonial norte-americana, sem, contudo, deixar de haver desconfiança entre os EUA e Portugal, que permitem a utilização da Base das Lages, mas sem qualquer acordo formal. E, por fim; uma terceira fase, já em 1968 e com Nixon enquanto Presidente dos EUA, na qual são retomadas relações amigáveis entre Portugal e os Estados Unidos, uma vez que Nixon apoiava a causa portuguesa, levando mesmo à renovação do acordo para a utilização da Base das Lages.

Podemos retirar outras ilações de tudo o que foi analisado, sendo uma delas o papel fulcral que Portugal, através do movimento antissalazarista em Portugal e da oposição política ao Estado Novo, tiveram na criação de uma mentalidade nacionalista que levaria ao desejo de independência e, posteriormente, à criação dos movimentos de libertação armados. Também podemos afirmar com convicção que a situação militar em Angola durante todo o período da Guerra Colonial nunca fugiu ao controlo de Portugal, restringindo-se, durante todo este período, a ação dos movimentos de libertação a territórios fora das grandes cidades, sendo que nestas a guerra mal se fazia sentir, tendo mesmo havido um forte desenvolvimento destas ao nível de infraestruturas e economia.

Outra conclusão importante que é possível tirar, e que deriva da ilação anterior, é que a Guerra Colonial foi mais nociva ao nível da metrópole que na própria colónia de Angola, uma vez que Portugal teve enormes custos financeiros e de recursos humanos para manter Angola sob o seu domínio. Custos financeiros, uma vez que 50% do PIB era destinado à Guerra Colonial, parte do qual, dado o embargo por parte dos EUA, no contexto da NATO, da entrega de material de guerra, destinava-se à aquisição do mesmo através de outros países que estavam dispostos a vender, e elevados custos ao nível de recursos humanos, pois era necessário um fluxo constante de tropas vindas da metrópole para render os militares que se encontravam em Angola a combater, a tal ponto que o Estado Novo, face à falta de oficiais que se disponibilizassem para combater, viu-se obrigado a aprovar o Decreto-Lei 353/73, que estaria na base da formação do Movimento dos Capitães, o qual eventualmente evoluiu os seus objetivos e acabaria por derrubar o Estado Novo.

Por fim, podemos afirmar convictamente que, se a transição de Angola para a independência não se deu de forma pacífica, parte deste facto se deve às disputas pelo poder por parte do MPLA, FNLA e UNITA, bem como à internacionalização deste conflito, uma vez que Portugal negocia com estes o Acordo de Alvor, cujos termos não são respeitados por parte dos movimentos de libertação envolvidos nas negociações. A outra parte da responsabilidade vem de Portugal, nomeadamente a incapacidade deste em assegurar o cumprimento dos termos estabelecidos no Acordo de Alvor, bem como o facto de o PCP fornecer armas ao MPLA e a introdução de armas em Luanda após a transferência das bases dos movimentos de libertação para esta cidade.

Bibliografia

- AGOSTINHO, Feliciano Paulo. *Guerra em Angola: As Heranças da Luta de Libertação e a Guerra Civil* [Em linha]. Dissertação de Mestrado, Academia Militar, 2011 [Consultada a 30/12/19]. Disponível em [https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/11546/2/Guerra%20 em Angola.pdf](https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/11546/2/Guerra%20em%20Angola.pdf)
- ALEXANDRE, Valentim. *Contra o Vento: Portugal, O Império e a Maré Anticolonial (1945-1960)*. Lisboa, Círculo de Leitores, 2017. ISBN 978-989-644-457-0
- CAPOCO, Zeferino. *Do nacionalismo à construção do Estado: Angola 1961-1991, uma síntese analítica* [Em linha]. s/local, s/editor, s/ano [Consultado a 27/03/20]. Disponível em https://www.academia.edu/32197382/Nacionalismo_Angolana
- FRAGA, Luís Alves de. *A Guerra Colonial (1961 – 1974)* [Em linha]. s/local, s/editor, s/ano [Consultado a 22/04/19]. Disponível em <http://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/653/1/A%20Guerra%20Colonial.pdf>, acessado a 22/04/19
- FERREIRA, João José Brandão. A Colonização Portuguesa no Século XIX à Luz da Estratégia. *Revista Militar*, Lisboa, Revista Militar, 20005, n.º 2439, p. 3 (no pdf) [Consultado a 18/12/19]. Disponível em <https://www.revistamilitar.pt/artigopdf/103>
- FERREIRA, José Medeiros. Do Golpe de Estado à Revolução. *História de Portugal*. MATTOSO, José (direção). Lisboa, Círculo de Leitores, 2014, vol. 8, pp 17-34. ISBN 978-972-42-4919-3
- GARCIA, José Luís Lima. *Ideologia e Propaganda Colonial no Estado Novo: Da Agência Geral das Colónias à Agência Geral do Ultramar 1924 – 1974: O Império Português: Ideia e Instituição: O Contexto Nacional* [Em linha]. Tese de Doutoramento, Universidade de Coimbra, 2011, pp. 109-110 [Consultado a 05/01/20]. Disponível em <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/20029/1/Tese-AGC-Lima%20Garcia.pdf>
- JAHÍĆ, Tea. *Angola e a luta pela emancipação nacional* [Em linha], Dissertação de Mestrado, Universidade de Zagreb, 2014 [Consultada a 27/03/20]. Disponível em <http://darhiv.ffzg.unizg.hr/id/eprint/5320/1/Tea%20Jahić%20-%20portugalski.pdf>

- MARCOS, Daniel da Silva Costa. *Salazar e de Gaulle: a França e a Questão Colonial Portuguesa (1958-1968)*. Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2007. Coleção Biblioteca Diplomática do MNE – Série D. ISBN 978-972-9245-54-1
- MARQUES, José Carlos Lopes. *Sob o signo do artigo 73. A política colonial do "Estado Novo" português orgulhosamente só na ONU (1955-1974)* [Em linha]. Dissertação de Mestrado, ISCTE-IUL, 2011 [Consultada a 20/04/19]. Disponível em <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/4126>
- MARTELO, David. *1974: Cessar-Fogo em África*. Mem-Martins, Publicações Europa-América, 2001. ISBN: 972-1-04889-5
- NUNES, João Paulo Avelãs e FREIRE, Américo (coordenadores). *Historiografias Portuguesa e Brasileira no Século XX: Olhares Cruzados* [Em linha]. PIMENTA, Fernando Tavares et al. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013 [Consultado a 22/04/20]. ISBN 978-989-26-0646-0. Disponível em <http://hdl.handle.net/10316.2/38578>
- PINTO, António Costa. *O Fim do Império Português: A Cena Internacional, A Guerra Colonial, e a Descolonização, 1961-1975*. Lisboa, Livros Horizonte, 2001. ISBN 972-24-1147-0
- RAMOS, Rui (2012) [Edição Original 2009], “O segundo salazarismo: A Guerra Fria, a industrialização e as guerras em África (1945-1974): O marcelismo (1968-1974)”, *História de Portugal*, coordenado por Rui Ramos, Lisboa, A Esfera dos Livros, pp. 696-705. ISBN 978-989-626-366-9
- REIS, Cardoso Bruno. Portugal and the UN: A Rogue State Resisting the Norm of Decolonization (1956–1974). *Portuguese Studies* [Em linha]. Inglaterra, Modern Humanities Research Association, 2013, vol. 29, n.º 2, pp. 251-276 [Consultado a 16/04/19]. Disponível em http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/22869/1/ICS_BCReis_ARI.pdf
- REZOLA, Maria Inácia. *O Dia da Liberdade: 25 de Abril de 1974*. LAURET, Pedro (coordenação). Vila do Conde, Editora Verso da História, 2015. ISBN 978-989-9937-74-1
- ROSAS, Fernando. Marcelismo: A Liberalização Tardia. *História de Portugal*. MATTOSO, José (direção). Lisboa, Círculo de Leitores, 2014, vol. 7, pp. 6. ISBN 978-972-42-4919-3
- SÁ, Tiago Moreira de. *Os Estados Unidos e a Descolonização de Angola*, Alfragide, Publicações D. Quixote, 2011. ISBN 978-972-20-4522-3

- SANTOS, Aurora Almada e. O Comité de Descolonização da Organização das Nações Unidas e a Legitimação Da Luta Armada nas Colónias Portuguesas: 1965-1974. Em *XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA (Fortaleza, 2009)* [Em linha]. Brasil, ANPUH, 2009, pp. 1-9 [Consultado a 20/04/19]. Disponível em <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/anpuhnacional/S.25/ANPUH.S25.0401.pdf>
- SANTOS, Aurora Almada e. Os Debates da Organização das Nações Unidas sobre a Questão Colonial Portuguesa e o Desenvolvimento da Ideia de Autodeterminação (1961-1975). *Caderno de Estudos Africanos* [Em linha]. Lisboa, Centro de Estudos Internacionais do ISCTE-IUL, 2018, n.º 35, pp. 13-32 [Consultado a 16/04/19]. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/pdf/cea/n35/n35a02.pdf>
- SANTOS, Aurora Almada e. A ONU e as resoluções da Assembleia Geral de Dezembro de 1960. *Relações Internacionais*, Lisboa, IPRI, 2011, n.º 30, pp. 61-69 [Consultado a 22/04/19]. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/pdf/ri/n30/n30a04.pdf>
- SANTOS, Aurora Alexandrina Vieira Almada e. *A Organização das Nações Unidas e a Questão Colonial Portuguesa: 1961-1970* [Em linha]. Tese de Doutoramento, FCSH, 2014 [Consultada a 22/04/14]. Disponível em <https://run.unl.pt/handle/10362/13087>
- SILVA, Agostinho. “A Origem e Intervenção do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) na luta de Independência Nacional (1961-1975)”. Trabalho de Investigação Aplicada, Academia Militar, 2010 [Consultado a 03/04/20]. Disponível em <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/7264/1/TIA-813-SILVA.pdf>
- SILVA, Duarte A. E. O litígio entre Portugal e a ONU (1960-1974). *Análise Social* [Em linha], Lisboa, ICS-UL, 1995, vol. 130, pp. 5-50 [Consultado a 20/04/19]. Disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/122337927506tBL0an1Az23CC9.pdf>
- SILVA, Zuraide Portela. Guerra Colonial e Independência de Angola: O Fim da Guerra Não é o Fim da Guerra. *Tranversos: Revista de História* [Em linha]. Rio de Janeiro, Universidade do Rio de Janeiro, 2016, vol. 7, número 7, pp. 155-184 [Consultado a 30/12/2019]. Disponível em https://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=6&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwi8h5abt93mAhXh8OAKHU3XDCcQFjAFegQIBBAC&url=https%3A%2F%2Fwww.e-publicacoes.uerj.br%2Findex.php%2Ftranversos%2Farticle%2Fdownload%2F25600%2F18403&usq=AOvVaw14UJtc_2gsoWjqGN5M_6I

WESTAD, Odd Arne. *A Guerra Fria: Uma História do Mundo*. Lisboa, Círculo de Leitores, 2018. ISBN 978-989-644-339-9

WHEELER, Douglas e PELISSIER, René. *História de Angola*. 6ª Edição. Lisboa, Tinta da China, 2016. ISBN 978-989-671-074-3

Fontes

AMACHREE, Godfrey. *Algumas Observações das minhas conversas recentes enquanto representante do Secretário-Geral, com o Governo Português (Nova Iorque, 17/09/1963)*. Nova Iorque, ONU, 1963, p. 3 [Consultado a 22/04/2019]. Atualmente disponível no arquivo online da ONU, referência S-0884-0016-03-00001, p. 3, disponível em <https://search.archives.un.org/portuguese-territories-special-committee-on-territories-under-portuguese-administration-2>

ASSEMBLEIA NACIONAL. *Lei N.º 2048, de 11 de Junho de 1951* [Em linha]. Lisboa, Assembleia Nacional, 1951, p.1 [Consultada a 24/04/19]. Disponível em <https://www.parlamento.pt/Parlamento/Documents/Lei2048.pdf>

ANON (1970). *The United States Abstains* [Em linha]. Nova Iorque New York Times, 10/12/1970, número desconhecido, página desconhecida [Consultado a 22/04/19]. Atualmente disponível no arquivo online da ONU, referência S-0884-0008-12-00001 em <https://search.archives.un.org/guinea-complaint-against-portugal-22-november-1973>

A.N.I.. *“Prossegue a repressão dos núcleos de assaltantes no Norte de Angola*, Lisboa, Diário de Lisboa, 27/03/1961, n.º 13752, p. 1 [Consultado a 06/09/19]. Atualmente disponível online no Fundo Documentos Ruella Ramos em <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=06541.079.17225>

CARVALHO, Otelio Saraiva de. *Alvorada em Abril*. Amadora, Livraria Bertrand, 1977. Sem ISBN

Comissão Permanente ONU. *Telegrama*. Nova Iorque, Comissão Permanente ONU, 24/03/1961, pp. 1-2. Atualmente disponível no Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, 902.2 – 1961, arquivo 2818, localizado em C.E52.P5

Delegação Portuguesa ONU. *Telegrama*. Nova Iorque, Delegação Portuguesa ONU, 16/03/1961, p. 1. Atualmente disponível no Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, 902.2 – 1961, arquivo 2818, localizado em C.E52.P5ENNES. *Telegrama*.

ENNES. *Telegrama*. Ennes, 8/03/1961, p. 1. Atualmente disponível no Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, 902.2 – 1961, arquivo 2818, localizado em C.E52.P5

ENNES. *Telegrama*. Ennes, 12/03/1961. Atualmente disponível no Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, 902.2 – 1961, arquivo 2818, localizado em C.E52.P5

Ennes. *Telegrama*. Ennes, 14/03/1961. Atualmente disponível no Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, 902.2 – 1961, arquivo 2818, localizado em C.E52.P5

VIEIRA, F. *Telegrama*. F. Vieira, 24/03/1961. Atualmente disponível no Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, 902.2 – 1961, arquivo 2818, localizado em C.E52.P5

KISELEV. *Declaração sobre a concessão de independência aos países e povos coloniais*. Em *Décima Quinta Sessão da Assembleia Geral da ONU (Nova Iorque, 01/12/1960)* e atualmente disponível no arquivo online da ONU, referência S-0888-0005-02-00001 [Em linha]. Nova Iorque, ONU, 1960, s/página [Consultado a 22/04/2019]. Disponível em <https://search.archives.un.org/congo-delegation-comments-on-role-of-secretary-general-and-secretariat-in-work-of-made-in-plenary-meetings-during-first-part-of-15th-session-of-general-assembly-congo-pv-930-961> Ministério Público de Portugal (2019 [1945]), *Carta das Nações Unidas*, disponível em <http://www.ministeriopublico.pt/instrumento/carta-das-nacoes-unidas-0>, acessado a 24/04/19

ONU. *Declaração Sobre a Concessão de Independência aos Países e Povos Coloniais* [Em linha]. Nova Iorque, ONU, 1960 [Consultada a 06/09/19]. Disponível em <http://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/decl-indepcolonial.pdf> Negócios Estrangeiros (s/data), disponível no Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, 902.2 – 1961, arquivo 2818, localizado em C.E52.P5

ONU. *Carta das Nações Unidas* [Em linha]. Nova Iorque, ONU, 1945, p. 1 [Consultada a 24/04/19]. Disponível em <http://www.ministeriopublico.pt/instrumento/carta-das-nacoes-unidas-0>

Presidente da República Democrática do Sudão e Secretário-Geral da ONU. *Conversações entre o Secretário-Geral das Nações Unidas e o Presidente da República Democrática do Sudão (Nova Iorque, 10/05/1974)* [Em linha]. Nova Iorque, ONU [Consultado a 22/04/2019]. Atualmente disponível no arquivo online da ONU com a referência S-0902-0010-03-00001 em <https://search.archives.un.org/other-countries-portuguese-territories-6>

QUEIROZ. (22/03/1961) *Telegrama datado de 22/03/1961*. s/local, QUEIROZ, disponível no Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, 902.2 – 1961, arquivo 2818, localizado em C.E52.P5

Serviço de Imprensa da ONU. (1962), *Comité Especial para Territórios sobre Administração Portuguesa Completa Planos para Visita a África: Para Sair Amanhã à Noite* [Em linha]. Em arquivo online da ONU, referência S-0884-0016-11-00001. Nova Iorque, ONU, 1962, p. 1 [Consultado a 22/04/19]

Disponível em <https://search.archives.un.org/portuguese-territories-special-committee-on-territories-under-portuguese-administration-2>

ZORIN. Carta de V.A. Zorin, Membro Permanente da URSS nas UN, para o Presidente da XV Sessão da Assembleia Geral. União das Repúblicas Socialistas Soviéticas: Missão para a ONU (URSS, 09/05/1961) [Em linha]. URSS, 1961, p.1 [Consultado a 22/04/2019]. Atualmente disponível no arquivo online da ONU, arquivo S-0884-0015-09-00001 em <https://search.archives.un.org/portuguese-territories-angola-2>